



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Ivanilde de Sousa do Espírito Santo

**Governança Territorial: a trajetória do funcionamento dos conselhos deliberativos
nas Reservas Extrativistas Marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba na Região
Bragantina do Estado do Pará.**

**Belém
2020**

Ivanilde de Sousa do Espírito Santo

**Governança Territorial: a trajetória do funcionamento dos conselhos deliberativos
nas Reservas Extrativistas Marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba na Região
Bragantina do Estado do Pará.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa da Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Marc Piraux.

**Belém
2020**

Ivanilde de Sousa do Espírito Santo

Governança Territorial: a trajetória do funcionamento dos conselhos deliberativos nas Reservas Extrativistas Marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba na Região Bragantina do Estado do Pará.

Projeto de Dissertação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa da Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém - PA: 30/06/2020

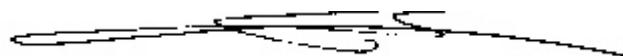
Banca Examinadora



Prof. Dr. Marc Piraux
(Orientador)
NCADR - UFPA



Prof. Dr. Valério Gomes
(Membro Titular Interno)
NCADR - UFPA



Prof. Dr. Pierre Teisserenc
(Membro Titular Externo)
UFPA-Sociologia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E77g Espírito Santo, Ivanilde de Sousa do
 Governança Territorial: a trajetória do funcionamento dos
 conselhos deliberativos nas Reservas Extrativistas Marinhas Caeté-
 Taperaçú e Araí-Peroba na Região Bragantina do Estado do Pará. /
 Ivanilde de Sousa do Espírito Santo. — 2020.
 120 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Me. Marc Piraux
 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
 Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e
 Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém,
 2020.

 1. Governança Territorial. 2. Reserva Extrativista Marinha.
 3. Conselho Deliberativo. I. Título.

CDD 307.7209811

Ao meu avô, Manuel Magno do Espírito Santo, (*In memoriam*)
Pelo estímulo à procura do conhecimento.
“Eternas Saudades!”

A minha mãe, Maria do Espírito Santo,
Por ser o meu porto seguro e a minha grande inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, que me guiou e me deu sabedoria para chegar até aqui. Pois sem a Sua ajuda nada disso seria possível.

A minha família, que sempre acreditou em mim, em especial aos meus pais, Raimundo do Espírito Santo e Maria do Espírito Santo pelo amor, incentivos e dedicação a todos os momentos da minha vida; a minha irmã Juvanilde Cordeiro que me acolheu e cuidou de mim em sua casa durante o período do mestrado; e aos meus sobrinhos Jair Sousa e Natalina Sousa que me acompanharam durante a pesquisa de campo.

Ao meu orientador Prof^o. Marc Piraux, por toda contribuição, dedicação e disponibilidade durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus amigos Adham Magno Braga, José Lucas Sena, Diene Nunes e Edenilze de Jesus que disponibilizaram um pouco dos seus tempos para me ajudar na pesquisa.

Ao INEAF – MAFDS, tanto aos professores que foram essenciais para a minha formação de mestre, quanto aos funcionários pelos serviços prestados.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pelos momentos de aprendizados em sala de aula e a troca de experiências no dia-a-dia, em especial as minhas irmãs, Dayana de Oliveira, Khete Oliveira, Tasseli dos Santos, Letícia Malcher, Diene Nunes e Edenilze de Jesus.

Aos conselheiros e lideranças das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, obrigada pela confiança e prestatividade durante a pesquisa campo. Minha profunda admiração e agradecimento a todos os entrevistados desta pesquisa. A dona Antonia (morada do município de Bragança) pela acolhida em sua casa durante a pesquisa de campo.

Ao ICMBio, pela concessão da licença de pesquisa nas duas Resexs marinhas, em especial a técnica Cláudia Alves, que sempre me recebeu com muita disposição e afetividade.

E por fim, agradeço ao Odaci Costa, Luanna Brito, Eleci Silva, Nelma Miranda, Jordão Favacho, Natiely Menezes, Rosimar Costa, Iranilde Cruz, Orlandino do Espírito Santo, Marinalva Trindade, Irandina do Espírito Santo, Rogério Leal, Herbert Andrade, Orlei do Espírito Santo, Suelen Fernandes, Deivid Cordeiro e ao meu pequeno Gabriel do Espírito Santo que me apoiaram com incentivos, me ajudaram cada um à sua maneira, são pessoas mais que especiais, por isso deixo aqui a minha imensa gratidão.

MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar o funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Reservas Extrativistas (Resexs) marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba ao longo de suas trajetórias, sob a ótica da governança territorial. De forma específica, a pesquisa descreve a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos dessas duas Resexs marinhas, analisa a gestão desses conselhos deliberativos a partir de alguns critérios da governança territorial e compara a gestão entre os conselhos deliberativos. O estudo foi realizado nas Resexs Marinhas Caeté-Taperaçu (município de Bragança) e a Araí-Peroba (município de Augusto Corrêa), criadas em 2005, na região do nordeste do estado do Pará. O trabalho foi elaborado a partir de uma abordagem qualitativa. Utilizou-se para obter os resultados, os diagramas de Venn e as matrizes direcionadas para os conselheiros e as lideranças. A coleta de dados se deu através de questionários, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Como instrumento teórico, usou-se os conceitos de territórios, de governança territorial sob a ótica da gestão social, governança dos conselhos deliberativos específicos das Resexs marinhas, e a gestão coletiva dos bens comuns. Observou-se que apesar das dificuldades o conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu está funcionando, embora em uma gestão mais centralizada, enquanto que o conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba encontra-se inativo desde 2014, um dos motivos que levou a inatividade desse conselho foi à falta de uma gestão descentralizada, o difícil acesso a Resex, a política partidária e a falta de uma politização. Conclui-se que apesar da governança territorial ser uma inovação social para a gestão dos territórios de Resexs marinhas, nos conselhos deliberativos Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba trata-se de uma governança ainda em fase de experimentação, visto que, identificou-se arranjos institucionais enfraquecidos e participações não efetivas das comunidades extrativistas no processo de decisão, o que gera conflitos e impossibilita atuação da governança territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Territorial. Reserva Extrativista Marinha. Conselho Deliberativo.

ABSTRACT

The aforementioned report analyzes and compares the deliberative councils of Marine Extractive Reserves (Resex, in Portuguese) Caeté-Taperaçu and Araí-Peroba's management choices, within their trajectories, through a territorial governance perspective. The research: outlines, particularly, the deliberative councils' trajectory in these two marine Resexs; analyzes their performances, based on models of territorial governance; and compares their management decisions. The study was carried out in the Marine Resex Caeté-Taperaçu (municipality of Bragança) and Araí-Peroba (municipality of Augusto Corrêa), both created in 2005, in the northeastern region of the State of Pará. The research was refined using a qualitative methodology. The Venn diagrams and The Matrices were directed at the leaders and counselors to obtain the report assessment. Questionnaires, semi-structured interviews, and participant remarks were used for data acquisition. The concepts of territories, territorial governance from the perspective of social management, specific deliberative marine Resex councils' governance, and collective management of common goods were used as theoretical instruments. Despite the difficulties, as observed, the marine Resex Caeté-Taperaçu's deliberative council is operational, albeit in centralized management; the marine Resex Araí-Peroba's deliberative council has been inactive since 2014. The lack of decentralized management, the Resex's hindered accessibility, partisan issues, and the lack of politicization were some of the reasons that led to the Araí-Peroba council's inactivity. It is concluded that notwithstanding the territorial governance as a social innovation for marine Resex's territories management, in the Caeté-Taperaçu and Araí-Peroba deliberative councils, governance is still in its experimentation phase. The weakened institutional arrangements and the ineffective participation of extractive communities in the decision-making process generate conflicts and make it impossible for the implementation of territorial governance.

KEYWORDS: Territorial Governance. Marine Extractive Reserve. Deliberative Council.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Competências dos conselheiros.....	28
Quadro 02: Matriz de análise para os conselheiros.....	31
Quadro 03: Matriz de análise para as lideranças extrativistas.....	32
Quadro 04: Variáveis e representação gráfica dos diagramas de Venn.....	34
Quadro 05: Descrição dos conselheiros que foram entrevistados.....	35
Quadro 06: Composição do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu em 2007.....	40
Quadro 07: Desafios e estratégias apresentados pelos conselheiros representantes dos polos e dos presidentes das associações das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Tracuateua.....	63
Quadro 08: Composição do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba em 2007.....	70
Quadro 09: O papel dos conselheiros de acordo com as normativas e os resultados encontrados em campo.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização das Resex marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba.....	29
Figura 02: Participação nas reuniões realizada na Resex marinha Araí-Peroba.....	36
Figura 03: Trajetória das principais ações desenvolvidas na gestão de funcionamento do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu.....	37
Figura 04: Etapas do processo de formação do conselho deliberativa da Resex Caeté-Taperaçu.....	39
Figura 05: Diagrama de Venn com os conselheiros na gestão do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu entre o período 2011 a 2014.....	47
Figura 06: Diagrama de Venn com os conselheiros na gestão atual (2019) do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu.....	50
Figura 07: Construindo a linha do tempo “Memórias da terra e do mar”.....	63
Figura 08: Trajetória das principais ações desenvolvidas na gestão de funcionamento do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba.....	65
Figura 09: Casa do programa das casas habitacionais.....	71
Figura 10: Casa do programa das casas habitacionais.....	71
Figura 11: Ponte do Azoíçal.....	77
Figura 12: Ramal contruido pelo INCRA.....	77
Figura 13: Etapas realizadas no processo de mobilização para formação dos comitês comunitários da Resex marinha Araí-Peroba.....	81
Figura 14: Reunião na Ilha do Coco.....	82
Figura 13: Reunião na vila do Ipixuna.....	82
Figura 16: Reunião na vila de Nova Olinda.....	83
Figura 17: Reunião para formação do comitê comunitario.....	84
Figura 18: Ata da reunião de formação do comitê comunitario.....	84

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- Assuremacata** – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu
- AUREMAP** – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba
- BASA** – Banco da Amazônia S/A
- CDRU** – Concessão de Direito Real de Uso
- CODETER** – Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural
- CONFREM** – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos
- CNPT** – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
- CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IDATAM** – Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia
- IFPA** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MOPEPA** – Movimento dos Pescadores do Pará
- NGI** – Núcleo de Gestão Integrada
- PNMA** – Política Nacional do Meio Ambiente
- Resex** – Reserva Extrativista
- SECTAM** – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
- SEMA** – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- SPA** – Sindicato dos Pescadores Artesanais
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UFPA** – Universidade Federal do Pará
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 TERRITÓRIO: ABORDAGEM E CONCEPÇÃO DO CONCEITO	16
2.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL: A LUZ DA GESTÃO SOCIAL	18
2.3 GOVERNANÇA DO CASO ESPECÍFICO DAS RESEXES MARINHAS	21
2.3.1 Conselhos Deliberativos	21
2.3.1.1 Gestão coletiva dos bens comuns	23
2.3.1.2 Conflitos existentes nesses espaços de deliberações.	24
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	26
3.1 ÁREA DE ESTUDO	26
3.1.1 Reservas extrativistas no Brasil.....	26
3.1.2 Reservas Extrativistas marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba	29
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	32
3.3.1 A trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas	32
3.3.2 Diagramas de Venn	33
3.3.3 Aplicação de entrevistas.....	34
3.3.4 Observação Participante.....	35
4 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU	37
4.1 A TRAJETÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	37
4.2 ATUAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO NA SUA SEGUNDA GESTÃO	47
4.3 A GESTÃO ATUAL DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DOS CONSELHEIROS	49
4.3.1 Participação.....	51
4.3.2 Gestão compartilhada	53
4.3.3 Saídas (outputs) dos produtos da governança	56
4.3.4 Resultados (outcomes) do funcionamento do conselho deliberativo	57
4.4 A GESTÃO ATUAL DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DAS LIDERANÇAS.....	58
4.4.1 Participação.....	58
4.4.2 Saídas (outputs) dos produtos da governança	60
4.4.3 Resultados (outcomes) do funcionamento do conselho deliberativo	60
4.5 DESAFIOS ATUAIS E ESTRATÉGIAS FUTURAS PARA A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	62
5 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARAÍ-PEROBA	65

5.1 A TRAJETÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	65
5.2 A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DOS EX-CONSELHEIROS	73
5.2.1 Participação.....	73
5.2.2 Gestão compartilhada	74
5.2.3 Saídas (<i>outputs</i>) dos produtos da governança	77
5.2.4 Resultados (<i>outcomes</i>) do funcionamento do conselho deliberativo	78
5.3 A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DAS LIDERANÇAS	78
5.3.1 Participação.....	79
5.3.2 Saídas (<i>outputs</i>) dos produtos da governança	80
5.3.3 Resultados (<i>outcomes</i>) do funcionamento do conselho deliberativo	81
5.4 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA REATIVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	81
6. O CONSELHO DELIBERATIVO ENQUANTO ESPAÇO DE DELIBERAÇÕES NAS RESEXES MARINHAS CAETÉ-TAPERACU E ARAÍ-PEROBA NA REGIÃO BRAGANTINA	85
6.1 O PAPEL DOS CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS E SOCIAIS NOS CONSELHOS DELIBERATIVOS	85
6.2 O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL.....	89
6.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO COLETIVA EM TERRITÓRIO DE USO COMUM.....	93
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE I.....	106
APÊNDICE II	108
APÊNDICE III.....	109
APÊNDICE IV.....	110
ANEXO I.....	112
ANEXO II.....	114
ANEXO III.....	115
ANEXO IV	118
ANEXO V.....	119

1 INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (Resexs) foram instituídas como uma das categorias de unidade de conservação, a partir da lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil. Os objetivos das Resexs são a proteção dos meios de vida, a cultura das populações tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Para Medeiros (2009) o SNUC é uma base institucional de gestão da biodiversidade no Brasil e a partir dele tem-se uma nova perspectiva de controle do uso dos recursos naturais e a descentralização da gestão, o que possibilita envolver a sociedade na construção dos planos de manejo, de gestão e políticas públicas. Chamy (2008) e Teisserenc (2014) descrevem que de maneira geral a ideia de Resex remete ao domínio público, pois dá direitos às comunidades extrativistas à concessão real de uso do território e a conservação ambiental.

Teisserenc (2014) fala das transformações na produção da ação pública, pois as Resexs demandam nova forma de gestão local, que possibilita aos atores sociais a experiência de uma coprodução das ações públicas. Além da ambientalização das situações locais, que também é um fator importante na construção das Resexs, por introduzir novos comportamentos pelas populações e na construção de regras e valores (TEISSERENC, 2014), o que vai afetar os aspectos econômicos, a organização social, a política e o sistema de poder do território.

Para Santos e Simonian (2017) apesar das conquistas alcançadas com a criação das Resexs marinhas, ainda carecem de melhorias nas políticas públicas sociais e ambientais, o que pode contribuir tanto para o fortalecimento da gestão dos recursos do bem comum, quanto para a construção dos modos de vidas e a equidade social. Dumit (2013) expõem que por mais que as Resexs tenham como característica o uso coletivo dos recursos naturais sustentável, ainda não se alcançou uma transformação estrutural no manejo de sistemas socioecológicos. A autora atribui isso à submissão às políticas públicas generalizadas, uma vez que, no Brasil é recorrente que os recursos naturais sejam regulados sob o regime estatal.

As Resexs são geridas por conselhos deliberativos através da gestão participativa, com representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil organizada e das populações tradicionais, que possibilita debates e diálogos sobre os problemas relacionados

às Resexs e a territorialização das políticas públicas. Na visão de Rêgo (2016), os conselhos deliberativos são importantes ferramentas para gestão participativa, ao promover espaços de diálogo entre atores sociais e governamentais. Essa articulação pode garantir direitos, ampliar o conhecimento de desenvolvimento social e do papel do Estado, mas principalmente a busca de um novo paradigma de gestão (GONÇALVES, KAUCHAKJE, e MOREIRA, 2015).

A partir da Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007 estabelece diretrizes e normas para a gestão compartilhada nesses conselhos deliberativos, descrevendo-o como “espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da unidade de conservação e sua área de influência, referente as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais” (BRASIL, 2007, pág. 02).

Segundo Teisserenc (2014) a gestão participativa nos conselhos deliberativos deve envolver ações coletivas para chegar ao consenso do estabelecimento de regras que venham ser favoráveis tanto para a população extrativista quanto para o meio ambiente, e assim estabelecer regras que sejam capazes de promover a cooperação dos atores governamentais e sociais. No entanto Cunha e Loureiro (2009) descrevem que é preciso atentar-se aos artifícios que às vezes estão presentes nos planos de manejo, projetos e programas com rótulos democráticos, visto que esses podem ser meios de impor interesses particulares em detrimento aos interesses das populações extrativistas.

Segundo Peres (2011) essa prática é muito recorrente nos conselhos deliberativos, visto que, na maioria das vezes as participações das populações tradicionais e seus saberes são poucos evidenciados. Dai a importância em analisar o funcionamento da gestão desses conselhos deliberativos, através do dispositivo de governança territorial, visto que estes representam um espaço de participação e relação de poder entre os atores de diferentes instâncias. Nesse contexto, esta pesquisa foi realizada nos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, sendo o principal espaço coletivo de tomada de decisão dessas unidades. No entanto, o conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu apesar das dificuldades está em funcionamento, já o da Resex marinha Araí-Peroba encontra-se inativo desde o ano 2014.

De acordo com essas realidades é importante analisar a trajetória de funcionamento da gestão desses conselhos deliberativos, dando ênfase nos momentos que estes começaram a ter dificuldades, para identificar os porquês dos fatos, e assim se chegar à compreensão dos motivos que levaram às situações atuais, visto que, as dificuldades de um e a inatividade do outro podem estar atreladas a um contexto histórico social ou político, logo

suas situações atuais são reflexos destes contextos. O que leva a questionar: **Como explicar as dificuldades de funcionamento do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu do município de Bragança e a inatividade do conselho deliberativo da Resex marinha Arai-Peroba do município de Augusto Corrêa?**

O presente trabalho tem por objetivo geral: analisar e comparar o funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba ao longo de suas trajetórias, sob a ótica da governança territorial.

Tendo como objetivos específicos:

- ❖ Descrever a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das duas Resexs marinhas.
- ❖ Analisar a gestão dos conselhos deliberativos, a partir de alguns critérios da governança territorial.
- ❖ Comparar a gestão entre os conselhos deliberativos das duas Resexs marinhas.

A pesquisa de campo ocorreu no segundo semestre de 2018 para realização do pré-campo e entre os meses de abril a novembro de 2019 para a finalização da coleta dos dados. A escolha em estudar a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Arai-Peroba se dá pelos seguintes fatos: Por estarem localizadas na região bragantina, o que possibilita maior flexibilidade à pesquisa por residir nessa região; e analisar a trajetória da gestão desses conselhos deliberativos, para compreender quando e como esses funcionaram, a partir de indicadores da governança territorial.

Esta dissertação está estruturada em 07 (sete) seções. A primeira consiste na parte introdutória que apresenta uma breve abordagem sobre as Resexs marinhas e seus conselhos deliberativos, o objeto deste estudo. Bem como inclui a pergunta de pesquisa, o objetivo geral e os específicos que norteiam esta pesquisa.

A segunda seção apresenta-se à base teórica utilizada nesta pesquisa, com ênfase: na abordagem e concepção do conceito de território; a governança territorial a luz da gestão social; e em uma governança específica do caso das Resexs marinhas, dando ênfase nos conselhos deliberativos. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada. Nesta são apresentadas a área de estudo da pesquisa e os caminhos metodológicos que foram seguidos para realização da pesquisa de campo.

A quarta e quinta seção descreve as Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba. Aborda a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos; a realização dos diagramas de Venn no conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-

Taperaçu; a gestão dos conselhos deliberativos a partir da visão dos conselheiros (Caeté-Taperaçu) e ex-conselheiros (Araí-Peroba); a gestão desses conselhos deliberativos a partir da visão das lideranças das Resexs marinhas; e o acompanhamento do processo de mobilização para a reativação do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba.

A sexta seção é qualificada uma análise comparativa da gestão entre os conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Arai-Peroba. Nesta seção são correlacionadas às teorias utilizadas nesta dissertação com os resultados empíricos encontrados.

A última seção é feitas as considerações finais da pesquisa. Nesta é apresentada reflexões acerca dos objetivos propostos e do questionamento da pergunta de pesquisa feita no início do trabalho, bem os desafios e estratégias encontradas nos conselhos deliberativos da Caeté-Taperaçu e Arai-Peroba. Esta dissertação também é composta pelas referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERRITÓRIO: ABORDAGEM E CONCEPÇÃO DO CONCEITO

A trajetória dos territórios é marcada por distintas relações que vão desde a dependência, apropriação até a dominação dos recursos naturais, pautadas nas identificações e delimitações de espaços (LIMA, SILVA e DAL FORNO, 2014). Assim Cazella, Bonnal e Maluf (2009) descrevem que o conceito de território é considerado polissêmico. Segundo os autores no campo da geografia o conceito de território foi desenvolvido na década de 1970, juntamente com a antropologia que traz uma visão pautada na relação entre o mundo material e simbólico; a sociologia por sua vez, trata-se da produção dos espaços urbanos e rurais; a economia volta-se para o lado econômico da localização da produção; e a ciência política trabalha com a territorialização do poder e políticas públicas.

Sobre as diferentes definições de territórios, Lima, Silva e Dal Forno (2014) apresentam o conceito de territórios a partir de alguns contextos, tais como: no campo da geografia, relaciona-se ao espaço; já nas ciências humanas, o território é visto como um espaço que os seres humanos estão organizados em grupos sociais; e nas ciências naturais o território é um meio de identificação do *habitat* e os ecossistemas para os seres vivos. Logo, tais definições sobre os territórios dependem do ponto de vista e da problemática política e social colocada em questão.

Na visão de Haesbaert (2005) a origem dos territórios está atrelada a uma dupla conotação, a material e simbólica, na qual descreve que em ambos existem relações de poder, de um lado o poder no sentido de dominação, a exemplo de propriedades privadas que tem como princípio a exclusividade, este visa o controle físico, a produção e o lucro. Do outro lado o poder simbólico no sentido de apropriação, que é um território com múltiplas identidades, seu princípio é a coletividade. A visão desse tipo de território é de “abrigo”, “lar” e de segurança afetiva de quem mora (HAESBAERT, 2005).

Os autores Cazella, Bonnal e Maluf (2009) também expõem que existem dois tipos de territórios, o primeiro “território dado”, quando existe uma legalidade através de documentos formais que possui duas características específicas. Uma trata da evolução de uma realidade presente e a outra é o jogo de poder que existe entre os atores sociais envolvidos; o segundo tipo por sua vez, é o “território construído”, que apresenta algumas características, tais como: multiplicidade, limites não definidos claramente e a valorização do potencial de recursos latentes. Ainda segundo os autores, os territórios não são apenas

um fator geográfico ou físico, mas uma realidade que envolve o lado humano, social, cultural e histórico. O que remete a particularidade de cada território, pois cada um tem sua cultura e história, mas principalmente sua estrutura de construção social.

Para Corrêa (2009), Cançado, Tavares e Dallabrida, (2013) e Pires (2016) o território é uma conexão entre o espaço, a política e a economia, uma vez que há uma demarcação espacial, mas também há questões simbólicas que originam as ações de atores sociais, pois são espaços de relações sociais que visam interesses locais, sejam eles políticos ou econômicos. Dessa forma a construção de um território está atrelada a uma história e a uma cultura, mas também apresenta instituições jurídicas e políticas, nestas são criadas as regras e normas, para que o território venha ser gerido coletivamente, através de um processo de institucionalização (CORRÊA, 2009; PIRES, 2016).

Ao levar o conceito de território para o enfoque rural, os autores Lima, Silva e Dal Forno (2014) enfatizam que esse tem grande importância para o desenvolvimento rural, visto que, promove o desenvolvimento local e a atuação dos atores sociais, tanto no individual, quanto nas instituições ou até mesmo na governança local. Schneider (2004) também descreve que a emergência da abordagem territorial no desenvolvimento rural precisa considerar um espaço de ação que envolve relações sociais, econômicas, políticas e institucionais.

Haesbaert (2005) fala das relações econômicas e culturais dos territórios rurais, onde as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e dão significado ao lugar. O que o Decreto de nº 6.040/07 vem chamar de “territórios tradicionais”, que de acordo com o decreto são espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica das populações tradicionais. Sob essa ótica, na visão de Silva (2015) o território precisa ser compreendido como produto das relações sociais que constituem-se no espaço. Fernandes (2008) também descreve que as relações sociais e o espaço estão ligados, pelo fato de estarem em movimentos, construindo história e seus territórios.

Fernandes (2008) enfatiza que a relação entre esses territórios e o espaço de governança é determinada por políticas públicas de desenvolvimento, com isso, quem determina a política é quem define a forma de organização dos territórios. O autor descreve que os territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, que vão desde o local até a escala nacional, sempre voltado para uma relação de poder, visto que o território envolve totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade com espaço de governança em nível de um país, de um estado ou de um município (FERNANDES, 2008).

A partir da visão dos autores citados sobre suas diferentes acepções dos conceitos de territórios, no caso específico das Resexs marinhas é perceptível que esses espaços são territórios formados mediante ações coletivas, com atores sociais mobilizados em um dado ambiente. Logo a primeiro momento tem como característica a demarcação geográfica. No entanto, ocorre dentro de um contexto social e cultural, de forma que exista uma interação entre os grupos sociais. Essas Resexs marinhas também podem ser consideradas territórios tradicionais, por ser ocupadas por comunidades extrativistas e pesqueiras que residem dentro e no entorno das Resexs marinhas, e em tais comunidades existem formas particulares de se reproduzirem socialmente, culturalmente e economicamente.

Nesse contexto, as Resexs marinhas enquanto territórios voltam-se tanto para o campo da geografia como das ciências humanas, uma vez que envolve demarcações geográficas e a formação da organização de grupos sociais, além dos conceitos das ciências antropológicas com relação ao lado material e simbólico, bem como os conceitos das ciências políticas que vão trabalhar com foco na territorialização do poder, discutidos nos conselhos deliberativos e as políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento dos territórios.

2.2 GOVERNANÇA TERRITORIAL: A LUZ DA GESTÃO SOCIAL

Os autores Teisserenc (2014) e Pires et al. (2011) trazem a ideia de governança como um dispositivo capaz de produzir ações locais eficazes, a fim de promover o engajamento dos atores, pois reflete em mobilizar atores sociais para coproduzirem ações coletivas e regras que sejam capazes de facilitar a cooperação de um determinado território. Assim possibilita a participação da sociedade civil no âmbito político, visto que a governança proporciona ambientes de partilha que envolve o planejamento de ações com atores articulados. Para Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) essa articulação entre os atores é normatizada de acordo com os seus arranjos, a exemplos, dos arranjos produtivos locais, conselhos gestores, fóruns temáticos e outros. Contudo segundo os autores, as relações simbólicas, institucionais e materiais estabelecidos, vão de acordo com os seus territórios.

Para os autores Pires et al. (2011) a governança territorial tem um recorte espacial de poder, com uma conjuntura entre sociedade civil, Estado e mercado, estes criam um ambiente de articulação, de conflito e de cooperação no processo de desenvolvimento territorial. Pires et al., (2011); Fuini, (2013) e Pires (2014), também definem a governança territorial como um processo institucional-organizacional, pois são construídas as

estratégias de forma coletiva, através de atores sociais, econômicos e políticos, por meio das “regras do jogo”.

Dallabrida (2011, pág. 03) afirma que a governança territorial se refere “[...] às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos, a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. Percebe-se que o autor relaciona a governança territorial com prática da gestão compartilhada, com envolvimento, participação nos processos decisórios e corresponsabilidade dos atores de diferentes instâncias. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) descrevem que entre os atores institucionais, o Estado se apresenta com seus diferentes agentes em instâncias municipais, estaduais e federais. Por isso os autores reafirmam que o conceito de governança territorial não refere-se apenas a atores que residam no território, mas a soma de atores territoriais, com poder de intervenção no território, advindas de outras escalas territoriais.

Bastos et al. (2012) complementa que a governança territorial se refere às ações que vão expressar a capacidade de gestão de uma sociedade organizada no território, ao considerar o envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Ainda sobre governança territorial, os autores Piraux e Caniello (2015) relatam que esta se institui através dos arranjos institucionais, que permite diálogo entre a sociedade civil e o Estado, o que torna-se um motivador de mudanças sociais, além de reconfigurar a atuação dos atores engajados nas ações públicas. Os autores descrevem que esses arranjos legitimam as decisões a partir de regras estabelecidas, na busca de respeitar os interesses coletivos, lidar com os conflitos e definem uma visão compartilhada tanto dos problemas como das potencialidades do desenvolvimento dos territórios.

Contudo, para Ferrão (2013) quanto mais enfraquecidos forem as instituições políticas e a sociedade civil, maior será a possibilidade da atuação da governança se transformar em arenas de disputas de interesses individuais, o que resulta na falta de prestação de contas e controle democrático, tornando-se apenas em instrumentos de clientelistas. Por isso, os autores Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) descrevem que a governança territorial exige uma reformulação no processo de decisão e a execução de objetivos coletivos em sentido da gestão social, visto que a governança territorial e a gestão social aproximam-se pelos adjetivos.

Sob essa ótica, Pires et al. (2011) expõem que a governança territorial está ligada à gestão social, principalmente com relação ao processo de tomada de decisão, por acontecer por meio de uma gestão que envolve vários atores do Estado e da sociedade civil. Nessa

perspectiva, Botrel, et al., (2011) relatam que a gestão social valoriza os processos de participação da sociedade civil em diferentes níveis, que acontecem por meio dos diversos espaços institucionais e processos participativos de formação, planejamento, supervisão e avaliação. Para complementar essa ideia, os autores Cançado, Tenório e Pereira (2011) expõem que os princípios da gestão social podem estar presentes no processo de tomada de decisão, a partir da dialogicidade, transparência e emancipação social.

Sob essa ótica, Cançado (2011) descreve que a gestão social tem como características: tomada de decisão coletiva, dialogicidade, transparência nos processos decisórios, sem coerção, linguagem inteligível a todos os participantes, entendimento e emancipação como resultado de gestão social com base na cidadania deliberativa, tal emancipação é entendida pelo autor como seres humanos que alcançaram uma autonomia, logo independe do assistencialismo ofertado pelo Estado.

Fischer (2002, pág. 29) conceitua a gestão social como um espaço “reflexivo das práticas e do conhecimento constituído por múltiplas disciplinas”. Dentro dessa linha de pensamento, Tenório (2005) expõe que a gestão social pode ser compreendida como um processo gerencial deliberativo, com diálogo e tomada de decisão compartilhada, cujos objetivos é atender às demandas de uma determinada sociedade, região e território, visto que todos têm a capacidade de expressar suas experiências e produzir conhecimento. Nessa perspectiva, as autoras Boullosa e Schommer (2009) descrevem que a aprendizagem coletiva é uma forma de desenvolver a gestão social.

Diante do exposto pelos autores, observa-se que a gestão social envolve partilha de responsabilidade entre atores, o que na maioria das vezes ocasiona em conflitos. Visto que, para Boullosa e Schommer (2009, pág.5) “o foco não estava nas partes, mas na interação entre as partes, não na finalidade, sim na interação entre finalidades, definindo o caráter identitário metainteracional das experiências”. Oliveira, Cançado e Pereira (2010) também descrevem que a gestão social contribui para a organização e funcionamento dos espaços, pois não basta dizer que existe um espaço democrático, apenas com direito a voz e voto, mas que as decisões sejam coletivas, transparentes e de entendimentos para todos.

A partir da visão dos autores sobre os conceitos de governança territorial e gestão social, existem alguns questionamentos quando se levar tais conceitos para as realidades dos territórios de Resexs marinhas, entre eles estão: como a gestão social acontece nos territórios de Resexs marinhas? As decisões tomadas nesses territórios estão de acordo com as práticas da gestão social ou está restrita a manipulação?. Com relação às Resexs marinhas, existe uma instância de governança através dos conselhos deliberativos que são

compostos por diferentes atores. Sua finalidade é promover uma gestão compartilhada, com atores participativos e mobilizados, o que caracteriza as práticas da gestão social.

2.3 GOVERNANÇA DO CASO ESPECÍFICO DAS RESEXS MARINHAS

2.3.1 Conselhos Deliberativos

No caso específico das Resexs marinhas, a governança pode ser encontrada através dos conselhos deliberativos, que segundo Teisserenc (2014) é uma ferramenta que foi adotada pelo Estado para atender às reivindicações dos movimentos sociais com o intuito de uma gestão participativa. Rêgo (2016) também fala sobre a importância desses conselhos deliberativos, ao descrever como ferramenta de gestão das Resexs, uma vez que são configurados como espaços de diálogos que permitem a participação dos atores sociais.

Esses conselhos deliberativos são espaços que promovem a participação nas decisões, pautando-se na descentralização do poder. Sua estrutura acontece através da composição de atores governamentais, neste âmbito o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ocupa a cadeira de presidente de acordo com o SNUC no artigo 17 e inciso II que as “Resexs serão gerida por um conselho deliberativo, cujo presidido pelo órgão responsável por sua administração” (BRASIL, 2000). Além de atores não governamentais que se dividem em sociedade civil organizada tendo a Associação dos Usuários¹ das Resexs marinhas a cadeira de vice-presidente e as populações extrativistas que residem nas áreas das Resexs, conforme o SNUC (PERES, 2011).

As competências dos conselhos deliberativos são: criar as regras de funcionamento das Resexs, fiscalizar, gerir as políticas públicas e aprovar os planos de gestão e manejo (TEISSERENC, 2016). Além de: atuar pela conservação da biodiversidade; conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da unidade para promover discussão sobre o papel e a efetividade da gestão; identificar os problemas, conflitos e potencialidades; compatibilizar os interesses; buscar integração no contexto local e regional; demandar e propor aos órgãos competentes ações e políticas públicas que promova o desenvolvimento no território; definir mecanismos de tomada de decisão para participação dos diferentes atores; participar da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão nas Resexs (ICMBIO - Guia para gestão e conselhos, 2014).

Nos conselhos deliberativos um dos princípios fundamentais é a **participação**, que é entendida como forma de influência individual ou coletiva nos processos de decisões,

¹ Aqueles que residam dentro e no entorno da Resex e enquadre ao menos uma das atividades, entre o extrativismo e a pesca (ABDALA, SARAIVA e WESLEY, 2012).

nesse sentido Bordenave (2013) descreve que é uma necessidade importante dos cidadãos, principalmente como instrumento para solução de problemas. Gohn (2011) também entende que a busca pelos direitos sociais e por cidadania se dá através da participação.

Sob essa ótica, Bordenave (2013) define a participação como um processo de desenvolvimento da consciência crítica e a capacidade do indivíduo de intervir sobre determinado fato. Ainda segundo o autor, o significado de participação se dá pelo seguinte entendimento: “fazer parte” e “tomar parte”. De acordo com essas expressões é possível fazer a diferença entre participação passiva e ativa, pois “fazer parte” não necessariamente significa ter voz na tomada de decisão, já “tomar parte” apresenta maior qualidade na participação (BORDENAVE, 2013). Visto que, na participação social, o engajamento e a mobilização são fundamentais no processo de tomada de decisão, que reflete nas políticas públicas sociais, econômicas e ambientais das Resexs marinhas.

Teisserenc (2014) descreve que os conselhos deliberativos apresentam mobilizações constantes, com atores sociais locais engajados e motivados, ao trabalhar ações coletivas na busca de respostas às exigências para o desenvolvimento sustentável. Costa et al. (2017) também expõem que a governança nas Resexs remete à ideia de um território que mobilizou vários atores na busca do desenvolvimento sustentável, ao atuar em cima das ações coletivas multissetoriais para estabelecer as regras comuns capazes de promover a cooperação.

Por isso Teisserenc (2014) expõe que essa participação social dispõe de representantes das comunidades para defender interesses e projetos. Logo Gohn (2011) ressalta que essa participação não representa apenas um sujeito social, mas toda uma construção de relação entre Estado e a sociedade, mobilizados e participativos na formulação e implementação de uma política pública.

Outro princípio importante nos conselhos deliberativos se trata da **aprendizagem dos atores**, que, segundo Coudel, Tonneau e Piraux (2010) precisa ter uma capacidade de interação para compartilhar conhecimentos nas questões relacionadas à realização, gestão e habilidades práticas para implementar e gerenciar projetos. Os autores descrevem que a aprendizagem é motivada por um “estímulo”, com atores integrados na busca de uma aprendizagem coletiva.

No entanto essa aprendizagem coletiva entre os atores acontece a partir de outro do princípio que é **gestão compartilhada** que existe ou deveria existir nesses conselhos deliberativos, de forma que, por meio desses espaços é possível a troca de conhecimento entre diferentes atores sobre as Resexs marinhas.

Para Silva Junior et al. (2018) a gestão compartilhada é uma maneira ao qual se confrontam diferentes interesses e visões com relação ao território. Por isso os autores expõem que através dessa forma de gestão é possível assegurar valores e representações, contudo, isso não significa que estejam isentos de conflitos, mas que sejam adotadas estratégias em suas negociações para que as tomadas de decisões possam ser de forma consensual. E por se tratar de Resexs marinhas, logo seus conselhos deliberativos voltam-se para uma gestão coletiva dos bens comuns.

2.3.1.1 Gestão coletiva dos bens comuns

Uma Resex marinha é caracterizada um bem comum, diante disso, segundo a visão dos autores Olson (1965) e Hardin (1968), a possibilidades de serem exploradas. Quanto a isso existem três pontos de vista sobre a utilização e gestão de recursos de acesso comum: a primeira é a Lógica da Ação Coletiva (OLSON, 1965); a segunda é a Tragédia dos Comuns (HARDIN, 1968); e a terceira é a Teoria Common Poll Resource (OSTROM, 1990).

Sobre a gestão coletiva dos bens comuns, para Olson (1965) e Hardin (1968) existem muitos dilemas comportamentais ligados a gestão coletiva, os que mais se destacam são: atores preocupados mais com seus interesses pessoais do que os coletivos; no meio grupo sempre vai haver os *free rider* (aproveitadores); e há poucas pessoas que querem assumir cargos voluntários na preservação e produção dos bens comuns. Diante dessa situação, Ostrom (1990) relata a necessidade de criar-se os arranjos institucionais, visto que, nestes são criadas as regras e estas devem ser obedecidas por todos, logo devem ser definidas de forma coletiva.

Ostrom (1990) vai apresentar oito princípios de instituições, sendo estes: (1) clareza na definição do sistema de recursos comuns, bem como de seus participantes; (2) levar em consideração as especificidades locais, regras de apropriação e do sistema de recurso; (3) as regras da gestão de bens comuns devem ser determinadas com a participação de um maior número possível dos indivíduos afetados; (4) as fiscalizações devem acontecer através dos próprios moradores da região; (5) sanções para quem desobedecer às regras estabelecidas; (6) instâncias de fácil acesso e baixo custo para solucionar os conflitos existentes; (7) direito de se organizar, sem ser contestado por autoridades governamentais; e (8) em situação de sistemas maiores, a organização dos participantes deve ser dentro de seus arranjos institucionais específicos. Ainda segundo a autora, através dos arranjos institucionais é possível superar o dilema da ação coletiva, apresentado por Olson (1965) e Hardin (1968).

Nos territórios de Resexs marinhas existem comunidades tradicionais que têm livre acesso para tirar sua alimentação seja do mar, seja da floresta e das atividades agrícolas. Sob essa ótica, compreende-se que a natureza tem um viés econômico e que isso é importante no desenvolvimento das atividades das comunidades locais. Santos, Chaves e Nogueira (2016) descrevem que as ações econômicas não devem ser explicadas, apenas sob o olhar econômico, mas precisa considerar os lados sociais e uso dos recursos comuns, visto que a super-exploração causa todos os tipos de impactos, sejam eles: ambientais, sociais e econômicos, tanto em curto como em longo prazo. Sobre esses impactos que Hardin (1968) apresenta como um problema, por existir uma coletividade versus o uso dos recursos naturais, o que pode ocasionar na tragédia do bem comum.

A solução dada pelo autor para evitar um colapso futuro é um controle interno, por meio do regime de propriedade privada. Já Ostrom (1990) traz outra possibilidade para resolver esse problema, através dos arranjos institucionais. Haja vista, que Santos, Chaves e Nogueira (2016) falam que as instituições têm um papel importante tanto na reorganização do modo vida das populações como também na regulação ao acesso, uso e manejo dos recursos naturais. O que vai refletir quando Santos (1991) fala que os grupos, ou seja, os arranjos constroem seus espaços de acordo com suas necessidades e organização social.

2.3.1.2 Conflitos existentes nesses espaços de deliberações.

Os conselhos deliberativos são espaços que ocorrem diversos conflitos, devido se composto por distintos atores, logo são pensamentos e interesses diferentes. Para Brito (2008) no Brasil os conflitos surgem no gerenciamento e manejo dos recursos naturais das Resexs, quando atores sociais defendem lógicas diferentes dos atores governamentais na gestão coletiva dos bens comuns. No entanto para o autor, nem sempre os conflitos são negativos, visto que, através dos conflitos é possível encontrar formas de entendimento e crescimento na hora de negociar, além de buscar soluções para os problemas existentes, pois é necessário que exista uma visão interdisciplinar dos problemas que envolvem as Resexs marinhas.

Sob essa ótica, Acsehrad (2004) afirma que os conflitos têm origem quando grupos sociais sentem-se ameaçados quanto à apropriação do território, recorrente á novas práticas impostas por outros grupos. Visto que, ao criar uma Resex marinha, cria-se um conselho deliberativo que integra novos atores sociais e governamentais, trazendo com isso novas regras, que nem sempre são decididas de forma coletiva.

Brito (2008) descreve que as políticas públicas são os principais motivos dos conflitos entre as populações locais e a gestão das Resexs, devido serem criadas e implantadas no sistema *top-down*, com pouca ou nenhuma participação da população que residem nas Resexs. Além de outros motivos, relatado pelo autor que dão origem aos conflitos, tais como: a forma como são criadas as Resexs, a extensão da área, elaboração do plano de manejo, a localização da unidade de conservação e a forma de conduzir a gestão dos conselhos deliberativos.

Os autores Canto et al. (2018) ao realizar estudo em 03 (três) unidades de conservação, identificaram dois principais conflitos em classe operacional e socioambiental, de forma que o conflito ligado a classe operacional, volta-se gestão das unidades de conservação, tal como o “conflito relacionado à falta de informação” e o conflito de classe socioambiental é o "conflito relacionado à pesca e uso dos mangues”. Os autores observaram uma baixa relação entre os conselheiros sociais e governamentais, o que resultava em uma relação assimétrica nos conselhos deliberativos.

Diante dessa realidade os autores Canto et al. (2018) descrevem que para que haja uma gestão democrática nos territórios de unidades de conservação, antes é necessário medir os conflitos, isso não significa que os conflitos sejam extinguidos, visto que os conflitos tem um viés de crescimento para os conselheiros e um desenvolvimento para o território, uma vez que a eliminação do conflito, pode ocasionar um retrocesso do território. Dessa forma os conselhos deliberativos das Resexs marinhas podem ser considerados uma construção de relações, moldadas e aperfeiçoadas pela maneira de gerenciar os conflitos existentes, pois os conflitos têm a capacidade de promover mudanças nos espaços de deliberações.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa teve abordagem qualitativa e descritiva, dando profundidade na compreensão da realidade do estudo. Essa foi construída com base em dados secundários e primários. Os secundários foram obtidos por meio de revisão bibliográfica em artigos, livros, teses e dissertações, disponíveis em bibliotecas e *sites*. Já os primários foram coletados através de pesquisa de campo.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

3.1.1 Reservas Extrativistas no Brasil

O Brasil nas últimas décadas é marcado por constantes mudanças no âmbito ambiental (SILVA, 2013), essas mudanças ocorrem diante dos diversos problemas, sobretudo quando se refere às leis ambientais restritivas e a exploração desordenada dos recursos naturais (CHAMY, 2008). Foi, por exemplo, em consequência desses problemas que houve diversas mobilizações sociais e reivindicações sobre os espaços de uso comum (CHAMY, 2008).

Dentro do contexto histórico sobre a proteção e manutenção da diversidade biológica, a concepção de criação das Resexs, surge na década de 80 em decorrência de conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária (CUNHA, 2001; CHAMY, 2008; SILVA, 2013; TEISSERENC, 2016) a partir da luta dos seringueiros no Acre, que se estabeleceu como crítica aos desmatamentos ocorridos na Amazônia, fruto do desenvolvimento capitalista, cujo objetivo era o acúmulo de riquezas (CUNHA, 2001; SILVA, 2013; COSTA et al., 2017).

A partir de 1985, as Resexs ganham visibilidade tanto em cenário nacional como internacional, visto que passam a ser conhecida e debatida por diferentes setores sendo eles: governamentais, não-governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa e movimentos sociais, fortalecendo assim a luta dos seringueiros (CUNHA, 2001). Nessa luta, a presença da liderança de Chico Mendes foi importante, pois participou assiduamente no movimento nacional de seringueiros, movimento este que se destacou depois da sua morte em 1988, devido à grande repercussão que contribuiu para inclusão das Resexs na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (RISSO, 2012; SILVA, 2013). Sendo considerada a partir da Lei 7.804, de 18 de julho de 1989 e do Decreto 98.897 em 1990 como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais.

De acordo com Cunha (2001) entre os anos de 1995 a 1999 houve uma redução significativa dos desmatamentos ocorridos no interior das unidades de conservação, por exemplo, a Resex Chico Mendes no Acre foi de 0,6%, e na Resex Ouro Preto em Rondônia foi de 0,1%, segundo os dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). Nos anos 2000 as Resexs têm mais uma conquista, a criação da lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 – SNUC, sendo uma lei específica para as unidades de conservação.

Essas unidades dividem-se em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Dentro do grupo da unidade de uso sustentável, a Resex é considerada como categoria que caracteriza-se como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cujos objetivos básicos são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). As Resexs foram criadas primeiras em áreas florestais, em seguida foram criadas em áreas de mangues, conhecidas por Resexs marinhas.

Silva (2013) expõe que uma das propostas para a criação das Resexs marinhas na Amazônia ocorreu por conta de conflitos de pessoas que sobrevivem de coleta do caranguejo e a intensa exploração dessa atividade. A autora cita exemplos dos municípios de Soure, São Caetano de Odívelas e Vigia. Nestes municípios a atividade de coleta do caranguejo tornou-se uma das importantes fontes de renda, mas ao passo que a atividade foi intensificada, provocou na escassez do crustáceo (SILVA, 2013).

Para Silva Junior (2013) outro motivo para criação de Resexs marinhas é à busca dos direitos dos pescadores artesanais prejudicados pela urbanização, turismo e a pesca industrial. Como exemplo, as Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba na região bragantina, que foram criadas a partir das mobilizações de pescadores artesanais, através de ações coletivas na busca de combater as embarcações comerciais e a pesca predatória, que gerava problemas sociais, econômicos e ambientais nas comunidades (SILVA JUNIOR, 2013; SANTOS, CHAVES e NOGUEIRA, 2016).

De acordo com SNUC o plano de manejo precisa ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da criação da Resex, e na elaboração, esse plano precisa ter a participação da população extrativista. Contudo Silva (2013) aponta que as Resexs trazem em sua trajetória debates importantes em relação à forma como os saberes das comunidades extrativistas são “incorporados” nos planos de manejo, visto que, esses planos são validados por uma instituição governamental, o que muitas vezes gera conflitos pelo fato dos saberes tradicionais serem submetidos a planos com base técnica.

Dessa forma, as Resexs podem ser consideradas como novos instrumentos de política ambiental, contudo é preciso para seu funcionamento, uma variedade de ferramentas, tais como: o conselho deliberativo, os diagnósticos locais, os planos de uso e os de gestão, o método participativo na gestão local, etc. (TEISSERENC, 2014). As Resexs são geridas por conselhos deliberativos através da gestão participativa, que vai envolver atores sociais e governamentais. Que segundo Teisserenc (2016) os conselhos deliberativos são responsáveis em criar as regras de funcionamento das Resexs, bem como tem o papel de fiscalizar, gerir as políticas públicas e aprovar o plano de manejo. No quadro (01) apresenta de forma específica a competência dos conselheiros que compõem o conselho deliberativo.

Quadro 01: Competências dos conselheiros

Conselheiros	Competências
ICMBio	Ocupa o cargo de presente dos conselhos deliberativos, este elabora e organiza os documentos e a logística das atividades do conselho, além de articular e direcionar as reuniões e assembléias realizadas nos conselhos.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Fazer o cadastramento das famílias no Registro dos Beneficiários (RB), fazer a avaliação e seleção de quais famílias estavam aptas para ter acesso ao financiamento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e expedir o termo de concessão de uso aos extrativistas.
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER)	Assistência técnica dos agricultores nas áreas de Resex.
Prefeitura municipal	Apoio nas ações que acontecem na Resex, além do repasse das verbas federais para construção das estradas, pontes e abertura de ramais.
Universidades Federais	Desenvolver pesquisas e projetos nas Resexs
Associação mãe	Ocupa a cadeira de vice-presidente do conselho deliberativo, além de gerenciar os recursos advindos de políticas públicas para a Resex e defende os direitos dos associados.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	Defender os direitos dos usuários da Resex que são agricultores associados.
Sindicato dos Pescadores Artesanais (SPA)	Representar os pescadores, e por tratar-se de Resex marinhas, grande parte dos usuários têm como atividade principal a pesca.
Conselheiros dos polos	Informar as comunidades extrativistas das decisões e as ações do conselho deliberativo, bem como levar as demandas das comunidades para dentro do conselho.

Fonte: Elaborado pela autora.

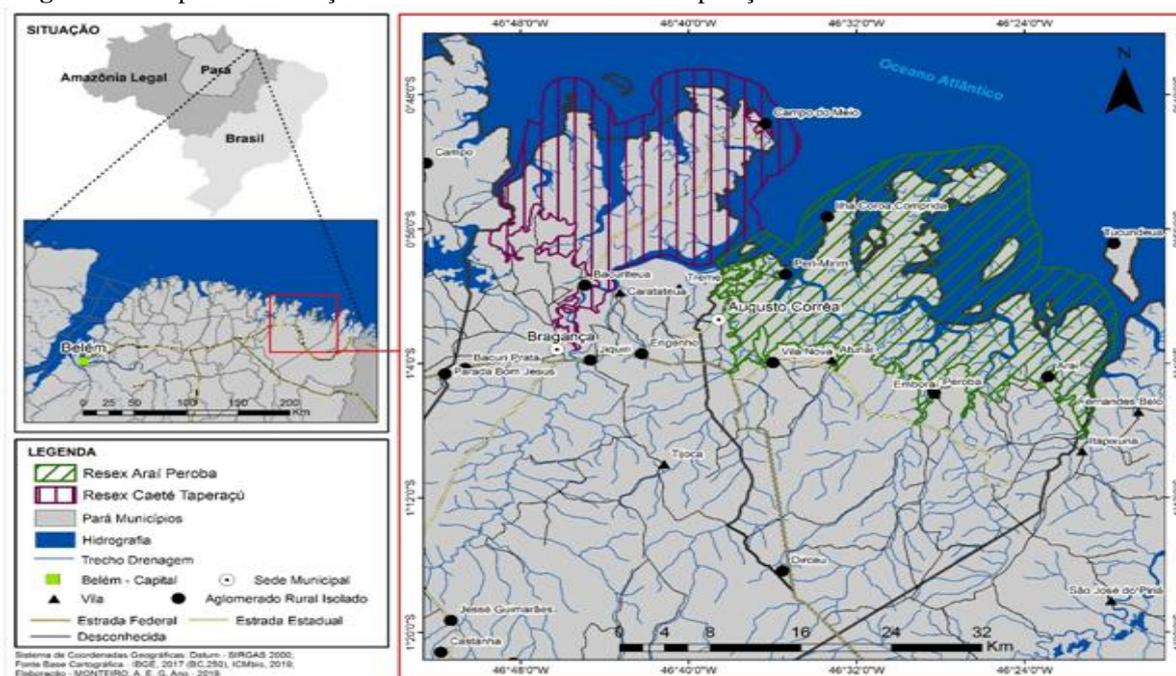
Silva Junior et al. (2014) descrevem que as Resexs marinhas são territórios que tem uma gestão participativa, tanto no processo de decisões quanto no acesso aos recursos naturais. Entende-se com o histórico das Resexs, dois momentos importantes e distintos de criação, o primeiro momento ligado ao contexto de lutas contra ao sistema de dominação e o segundo momento como um instrumento de ordenamento territorial e gestão ambiental. Pois apesar das Resexs serem de cunho social, elas também se apresentam como um instrumento de interesse do governo.

3.1.2 Reservas Extrativistas Marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba

A presente pesquisa foi realizada em duas Resexs marinhas que estão localizadas na região bragantina do estado do Pará. A primeira denominada de Resex marinha Caeté-Taperaçu que pertence ao município de Bragança, situada a uma latitude de $1^{\circ} 3' 57''$ ao sul e a uma longitude $46^{\circ} 47' 22''$ ao oeste (IBGE, 2018). A distância desse município é de 223 km da cidade de Belém, capital do estado.

A segunda Resex marinha é a Araí-Peroba localizada no município de Augusto Corrêa que está situado a uma latitude de $01^{\circ} 01' 19''$ ao sul e a uma longitude $46^{\circ} 38' 42''$ ao oeste, com uma área de 1.019,043 km² (IBGE, 2018). A distância desse município até Belém é de 228 km. A figura (01) apresenta um mapa com a localização das Resexs marinhas e seus respectivos municípios.

Figura 01: Mapa de localização das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba.



Fonte: Pesquisa Elaboração: Espírito Santo e Monteiro (2019)

A criação das Resexs marinhas teve início a partir de ações coletivas de um grupo de pescadores que sentiam-se prejudicados pela pesca predatória recorrente (SILVA JUNIOR, 2013; SANTOS, CHAVES e NOGUEIRA, 2016). Segundo os autores esse grupo teve apoio de alguns órgãos públicos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e outros, cujos objetivos das ações eram a criação das respectivas Resexs marinhas.

Com os decretos s/nº de 20 de maio de 2005 (anexos I e II) foram criadas as Resexs marinhas, no período de governo do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. A

Resex marinha Caeté-Taperaçu com uma área de extensão de 42.068 (quarenta dois mil e sessenta oito hectares), sendo composta por 55 (cinquenta e cinco) comunidades, organizadas em 08 (oito) polos, o que corresponde a aproximadamente 20% da área do município. E a Resex marinha Araí-Peroba com uma área de extensão de 11.479 (onze mil, quatrocentos e setenta nove hectares), sendo composta por 06 (seis) polos.

Em 2007 foram criados os conselhos deliberativos dessas Resexs marinhas, o ICMBio passou a ter um representante na presidência dos respectivos conselhos deliberativos, a finalidade era proporcionar um espaço legalmente constituído com uma gestão participativa, composto por conselheiros governamentais e não governamentais. No ano de 2012 é criado o plano de manejo da Resex marinha Caeté-Taperaçu.

Em 2014 com o estudo socioambiental referente à proposta de ampliação da Resex marinha Araí-Peroba, é decretada por meio do decreto s/nº de 10 de outubro de 2014 (anexo III), a sua ampliação, logo ocorreu uma reorganização do território, visto que, sua área de extensão passou a ser de 55.555 (cinquenta cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco hectares), abrangendo mais 5 (cinco) pólos.

Em 2018, com a realização do pré-campo para subsidiar esta pesquisa, observou-se que o conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu apesar de algumas dificuldades de articulação entre os conselheiros encontra-se em funcionamento. No entanto o conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba não funciona desde 2014, os motivos apontados foram: conselheiros desarticulados, gestão centralizadora, o difícil acesso a Resex marinha, a política partidária existente no município e a falta de uma politização.

A escolha em estudar essas Resexs marinhas foi o fato: de estarem localizadas na região bragantina, o que possibilita maior flexibilidade à pesquisa por residir nessa região; além de possuírem algumas similaridades, como os motivos das ações coletivas para as suas criações, ano que foram consolidadas como Resexs marinhas e o ano da criação de seus respectivos conselhos deliberativos; e de em alguns momentos haver diferenças, a exemplo, da existência de um plano de manejo da Resex marinha Caeté-Taperaçu (o que supõe um processo mais avançado) e a ampliação espacial da Resex marinha Araí-Peroba; e por fim a possibilidade de analisar a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba. Dessa forma, utilizou-se de critérios da governança territorial sob o olhar da gestão social, com intuito de fazer uma análise comparativa entre os conselhos deliberativos.

3.2 QUADRO DE ANÁLISE

Foram utilizadas duas matrizes² de análise, orientadas pelos questionários que estão em apêndice I e II, a primeira direcionada para os conselheiros com os seguintes critérios de análise: participação, gestão compartilhada, as saídas (*outputs*) dos produtos da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento dos conselhos deliberativos. O objetivo é fazer uma análise entre os conselhos deliberativos a partir desses critérios. No quadro (02) apresenta a matriz que foi utilizada.

Quadro 02: Matriz de análise para os conselheiros.

Crítérios	Indicadores abordados	Objetivos
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização • Protagonismo. • Interação entre os atores. • Grupos de interesses. • Engajamento. 	Analisar a participação dos conselheiros sociais e governamentais nos conselhos deliberativos.
Gestão compartilhada	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação. • Parceiras. • Conflitos • Processo decisório e negociação • Transparência 	Analisar a gestão dos conselhos deliberativos, em relação à cooperação, parcerias, conflitos, processo de decisório e negociação e transparência.
Saídas (<i>outputs</i>) dos produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de planos • Existência de políticas públicas adaptadas. • Realização de diagnósticos. • Existência de acordos de pesca. 	Analisar a saída dos produtos que foram coproduzidos nos conselhos deliberativos.
Resultados (<i>outcomes</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência do funcionamento dos conselhos deliberativos. • Legitimidade. • Aprendizagem. 	Analisar os resultados em relação à eficiência, legitimidade e aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda matriz de análise foi direcionada para as lideranças das comunidades extrativistas, que não fazem parte dos conselhos deliberativos, mas que possuem conhecimentos sobre a gestão dos mesmos. Os critérios descritos são: participação, as saídas (*outputs*) dos produtos da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento dos conselhos deliberativos. No quadro (03) apresenta a matriz que foi utilizada.

² As perguntas nos questionários estão de acordo com os indicadores abordados nas matrizes.

Quadro 03: Matriz de análise para as lideranças extrativistas.

Crítérios	Indicadores abordados	Objetivos
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Participação das comunidades extrativistas na elaboração do plano de manejo. • Articulação entre os polos. • Engajamento das comunidades no desenvolvimento das ações coletivas. • Representatividade dos membros dos conselhos. 	Analisar a participação das comunidades extrativistas nas ações desenvolvidas pelos conselhos deliberativos.
Saídas (<i>outputs</i>) dos produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de políticas públicas adaptadas. • Realização de diagnósticos. • Acordos de pesca 	Analisar as saídas dos produtos que foram coproduzidos nos conselhos deliberativos.
Resultados (<i>outcomes</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência do conselho deliberativo. • Legitimidade • Transparência 	Analisar a eficiência, legitimidade e transparência dos conselhos deliberativos.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Na realização de pré-campo, foram entrevistados um total de 12 (doze) pessoas, envolvendo lideranças e conselheiros governamentais e não governamentais das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, cujos objetivos eram obter informações mais gerais sobre essas Resexs marinhas e seus respectivos conselhos deliberativos. Esse primeiro contato foi importante para avaliar a viabilidade da pesquisa, além das primeiras impressões e reflexões sobre quais caminhos a percorrer, com relação aos aspectos teóricos e metodológicos.

Entre as perguntas que nortearam as primeiras entrevistas estavam: Como foram criadas as Resexs marinhas? Em que ano foram criados seus conselhos deliberativos? Como ocorre a participação das comunidades extrativistas nos processos decisórios dos conselhos deliberativos? Qual a importância desses conselhos deliberativos para as Resexs marinhas? Como está a situação atual dos conselhos deliberativos?

3.3.1 A trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas

Foi realizada a descrição da trajetória da gestão dos conselhos deliberativos, com recorte temporal de 2005 a 2019 para a Resex marinha Caeté-Taperaçu e de 1997 a 2019 para a Resex marinha Araí-Peroba. O objetivo em estabelecer uma linha do tempo para cada conselho deliberativo é para mostrar datas importantes de seus acontecimentos. Na

busca de compreender quando funcionaram, porquê eles funcionavam, quais as dificuldades, quando um deles parou de funcionar e quais os motivos da sua inatividade.

Na realização dessa linha do tempo, foram entrevistadas 02 (duas) pessoas chaves de cada Resex marinha, para resgatar o processo de mobilizações para a criação dos conselhos deliberativos e seus funcionamentos desde as suas criações. Nas coletas das informações para descrever suas trajetórias, foi utilizados dados primários e secundários. No conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu, optou-se pela utilização dos dois dados, devido à disponibilidade de trabalhos já publicados sobre a mesma. Já o conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba, a descrição da sua trajetória foi apenas através de dados primários, visto que, foram encontrados poucos trabalhos já realizados.

Entre as perguntas que nortearam as entrevistas, estão: 01) Em que ano começaram as mobilizações para a criação do conselho deliberativo? 02) Como ocorreu o processo de formação desse conselho deliberativo? Como era a gestão da Resex marinha, antes da criação do conselho deliberativo? 03) Quais eram os objetivos para a existência de um conselho deliberativo? 04) Como era o conselho deliberativo no início da sua criação? 05) Em que ano foram criados os planos de gestão e de manejo da Resex marinha? 06) Quais políticas públicas foram implementadas com a gestão do conselho deliberativo? 07) Foram criados acordos de pesca para a Resex marinha? 08) Em que ano o conselho deliberativo parou de funcionar (Araí-Peroba)? 09) Saberá me dizer os motivos que levaram a situação atual do conselho deliberativo?.

3.3.2 Diagramas de Venn

Após descrever a trajetória dos conselhos deliberativos, foram realizados dois diagramas de Venn com 10 (dez) conselheiros da Resex marinha Caeté-Taperaçu, o primeiro entre o período 2011 a 2014 na segunda gestão do conselho deliberativo, por ser o período que este conselho mais desenvolveu ações e teve parcerias, e o segundo diagrama foi referente a gestão atual (2019) período que o conselho deliberativo se encontra com dificuldades no seu funcionamento. O objetivo era mapear a participação dos conselheiros governamentais e não governamentais, que tiveram maior importância e atuação no conselho deliberativo, os conflitos e as parcerias.

Nos diagramas de Venn foram utilizadas duas variáveis, sendo elas: o grau de importância; e o grau de atuação no conselho deliberativo. A representação gráfica foi por círculos com tamanhos diferentes que dependeu do grau de importância, e a distância dos

círculos com o universo analisado se deu pelo grau de atuação. Como apresenta o quadro (04).

Quadro 04: variáveis e representação gráfica dos diagramas de Venn

Variáveis	Representação gráfica	Descrição
Grau de importância para o conselho deliberativo	Círculos com três tamanhos diferentes.	O grau de importância será proporcional aos tamanhos dos círculos. Quanto maior for o círculo mais importante.
Grau de atuação no conselho deliberativo	Distância entre o conselho deliberativo em análise e os atores que fazem parte do conselho deliberativo.	A distância entre os atores e o conselho deliberativo significa o grau de atuação. Quanto mais distante, menos atuante.

Fonte: Elaborado com base na guia para gestão e conselhos do ICMBio (2014).

A elaboração dos diagramas se deu pelas seguintes formas: lista dos nomes das instituições, organizações sociais e polos que fazem parte do conselho deliberativo, essa lista foi construída através da pergunta: “Quais as instituições, organizações sociais e polos que fazem parte do conselho deliberativo?”. Em seguida perguntou-se: “Qual desses nomes citados têm maior importância no conselho deliberativo? Quais têm uma maior atuação? Como se dava às questões de conflitos entre os conselheiros? E as parcerias?”.

3.3.3 Aplicação de entrevistas

Após a realização dos diagramas, foram realizadas entrevistas com questionários semiestruturados, direcionado tanto para os conselheiros, como para as lideranças das comunidades extrativistas. O objetivo é analisar a partir dos critérios descritos nas matrizes o funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos. As entrevistas direcionadas para os conselheiros, contou com a participação de 22 (vinte e dois) pessoas, sendo elas representantes de órgãos públicos, sociedade civil organizada e população extrativista. No quadro (05) apresenta de forma detalhada a quantidade de conselheiros governamentais, da sociedade civil organizada e da população extrativista por Resex marinha que foram entrevistados.

Quadro 05: Descrição dos conselheiros que foram entrevistados.

Conselheiros	Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba	Instituições, Organizações e polos das Resexs marinhas
Governamentais	03	03	ICMBio; EMATER; e Prefeituras Municipais.
Sociedade civil organizada	03	03	STR; SPA; e as Associações dos usuários das Resexs marinhas.
População extrativista	07	03	Os polos da Resex marinha Caeté-Taperaçu (Bacuriteua, Acarajó, Ajuruteua, Campo, Tamatateua, Caratateua e Treme). Os polos da Resex marinha Araí-Peroba (Araí, Peroba e Porto do Campo).

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas direcionadas para as lideranças, contou com a participação de 12 (doze) líderes comunitários, sendo 6 (seis) de cada Resex marinha, os critérios de escolha para as lideranças foram: pessoas que não faziam parte dos conselhos deliberativos, mas que tinham certo grau de conhecimento sobre o seu funcionamento; e que moram em comunidades geograficamente próximas (visto que, existem comunidades distantes e de difícil acesso, onde o único meio de transportes são os barcos).

3.3.4 Observação Participante

Utilizou-se a técnica de “observação participante” (MARCONI e LAKATOS, 2010), no processo de mobilização na reativação do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba. A participação da pesquisadora ocorreu em diversas ações, tais como: **Na mobilização para a formação dos comitês comunitários**, pois tal Resex marinha foi ampliada em 2014, no mesmo ano que o conselho deliberativo parou de funcionar, logo todas as comunidades que fazem parte da ampliação, não tinham comitês comunitários. Nessa ação a pesquisadora junto ao presidente da Associação dos Usuários da Resex Marinha Araí-Peroba (AUREMAP) visitaram diversas comunidades na identificação das lideranças, para falar da importância dos comitês comunitários e a formação do conselho deliberativo.

Houve também a participação em várias reuniões (figura 02) organizada pelo ICMBio e a AUREMAP nas comunidades extrativistas, ocasião que foram entregues panfletos confeccionados pela pesquisadora (apêndice III). Além de participar da reunião para formação do comitê comunitário na comunidade do Bacanga Porto, cuja função da pesquisadora nessa ocasião era **elaboração da ata e explicar algumas finalidades de um comitê comunitário**.

Figura 02: Participação nas reuniões realizada na Resex marinha Araí-Peroba.

Gestão Socioambiental	Conselho Deliberativo
<p>No ano de 2019, as principais atuações da equipe de gestão socioambiental estão voltadas à renovação do Conselho Deliberativo das RESEX Tracuateua e Araí-Peroba. Nessas duas unidades, o ICMBio e as associações de Usuários AUREMAT (Tracuateua) e AUREMAP (Araí-Peroba) estão mobilizando as comunidades para eleição dos comitês comunitários: o primeiro passo para a renovação do Conselho Deliberativo.</p> <p>Em Araí-Peroba, o ICMBio e a AUREMAP, com o apoio da mestranda da UFPA, Ivanilde Sousa, fizeram reuniões nos Polos de Araí, Nova Olinda e Zé Castor, envolvendo as comunidades próximas. As ações continuarão por todo o mês de agosto nas várias comunidades onde moram os beneficiários da RESEX.</p>	<p>A 1ª Reunião Ordinária de 2019 do Conselho Deliberativo de Caeté-Taperaçú e Gurupi-Piriá ocorreu, respectivamente, em 25 e 26/08/19 quando foram apresentados o projeto do Instituto Bicho D'água voltado para a pesquisa de mamíferos aquáticos e peixe Espadarte nas RESEX do litoral paraense, a nova configuração do NGI ICMBio Bragança e os resultados da Campanha por Orgulho da RARE, conduzida pelos coordenadores de campanha, Joel Aviz (Bragança) e Josele Tavares (Viseu). Durante as reuniões, novas demandas foram levantadas e registradas em Ata para os devidos encaminhamentos.</p>
<p>ICMBio e Associações de Usuários das RESEX planejam atividades</p> <p>No dia 07 de agosto ocorreu a primeira reunião de planejamento regional das unidades de conservação do ICMBio Bragança. Participaram da reunião os representantes das Associações de Usuários das quatro RESEX que compõem o arranjo bragantino. As ações serão executadas pelo ICMBio e Associações no segundo semestre de 2019.</p>	

Fonte: Boletim informativo Bimestral das ações do ICMBio em 2019.

A participação da pesquisadora nessas ações foi necessária, visto que, muitas comunidades extrativistas não tinham o conhecimento que fazia parte de uma área de Resex marinha, nem sobre a finalidade dos comitês comunitários e do próprio conselho deliberativo.

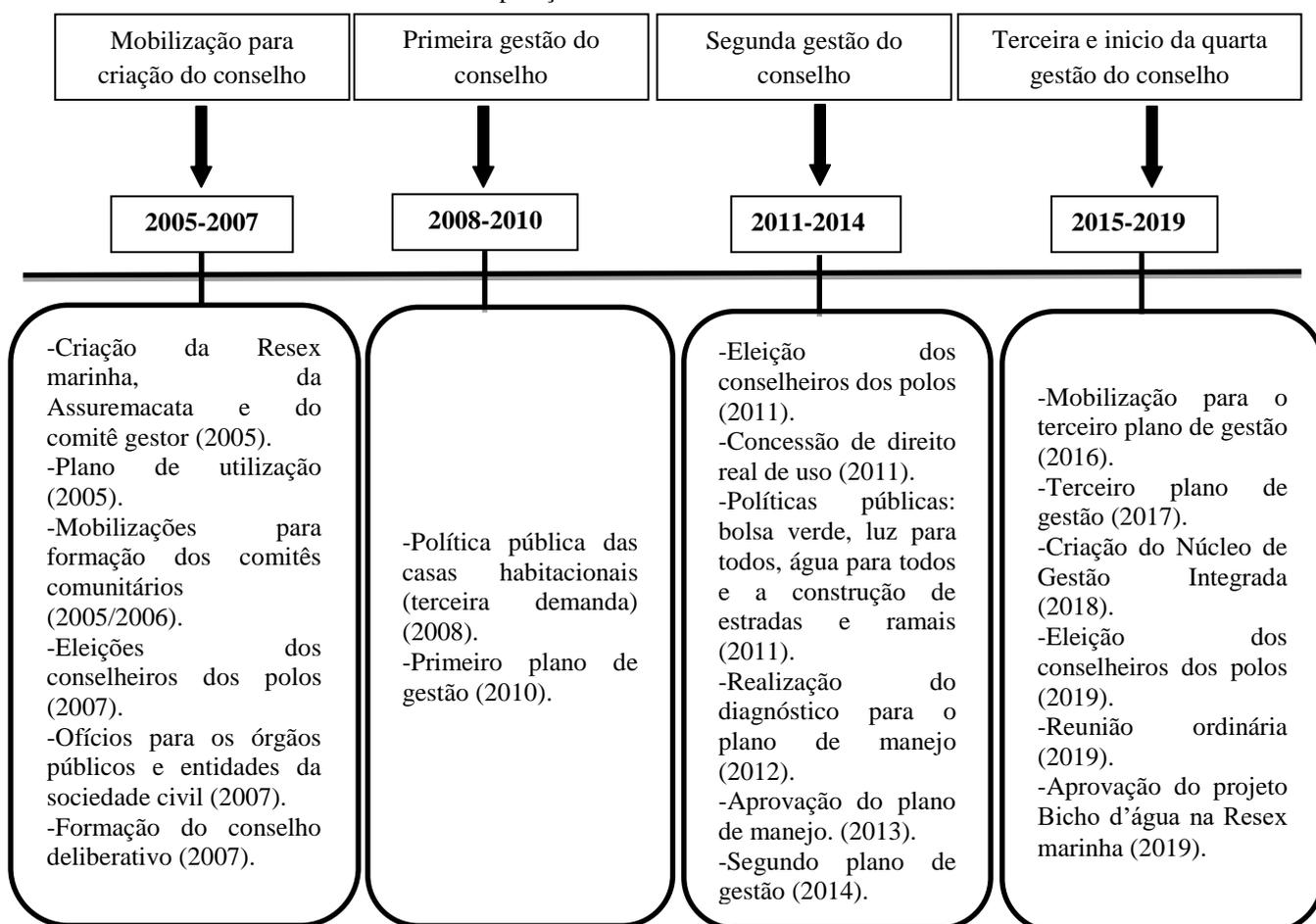
4 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERACU

4.1 A TRAJETÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

A Resex marinha Caeté-Taperaçu é uma das 9 (nove) Resexs marinhas criadas no estado do Pará. Possui uma área de extensão de 42.068 (quarenta dois mil e sessenta oito hectares), que corresponde 20% da área total do município na qual está localizada. Para Peres (2011) nessa Resex marinha a atividade mais significativa é a pesca, tanto que foi a pesca predatória a maior reivindicação para que fosse criada essa Resex marinha e não o desmatamento ou a regulação fundiária, que historicamente é a reivindicação de outras Resexs.

A gestão da Resex marinha Caeté-Taperaçu está ligada a um conselho deliberativo composto por atores de diferentes estâncias. A figura (03) apresenta em 04 (quatro) fases, a trajetória das principais ações que aconteceram no funcionamento da gestão do conselho deliberativo entre os anos de 2005 a 2019.

Figura 03: Trajetória das principais ações desenvolvidas no funcionamento da gestão do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu



Fonte: Elaborado pela autora.

Optou-se em dividir em 04 (quatro) fases sendo elas: mobilização para criação do conselho deliberativo; primeira gestão do conselho deliberativo; segunda gestão do conselho deliberativo; e terceira e início da quarta gestão do conselho deliberativo. Objetivo é a compreensão das ações no decorrer de cada etapa para identificar os principais fatores que levaram o enfraquecimento desse conselho deliberativo.

Fase 01: Mobilização para criação do conselho deliberativo

Essa Resex marinha foi criada por meio do decreto s/nº de 20 de maio de 2005, nesse mesmo ano também foram criados a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Assuremacata) e um comitê gestor formado por cinco líderes comunitários. Contente (2013) ao investigar o processo de implantação dessa Resex marinha identificou uma associação representativa dos usuários e a existência de uma estrutura organizada, chamada de “Comitê Representativo das Comunidades”. Ainda segundo a autora, os agentes desse comitê gestor atuavam de forma voluntária junto com a Assuremacata para decidir e planejar as regras referentes aos recursos, espaços, sanções, atividades econômicas e as formas de monitoramento.

Nesse período foi criado o plano de utilização³, que é um documento aprovado por uma portaria e registrado em cartório, sendo elaborado pela Assuremacata, IBAMA, comitê gestor, as lideranças das comunidades e alguns órgãos públicos, com as regras sobre o gerenciamento da Resex marinha. Esse plano é um instrumento de apoio a gestão da Resex marinha, criado a partir de amplas discussões nas comunidades extrativistas. De acordo com as entrevistas, foi identificado que o comitê teve um papel importante no processo de elaboração desse documento, ao mobilizar as comunidades para o levantamento dos dados, visto que foram realizadas diversas reuniões nas comunidades para considerar nesse plano a realidade local de cada comunidade.

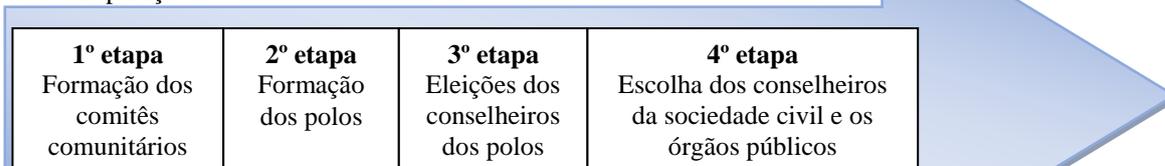
Foi montado um calendário de planejamento para cada atividade desenvolvida no processo de desenvolvimento do plano de utilização, depois do levantamento dos dados a Assuremacata organizou uma assembléia geral para aprovação final desse plano. Nessa assembléia estavam presentes lideranças comunitárias, representantes da secretaria municipal de economia e pesca, do conselho da pastoral de pescadores, da prefeitura e do IBAMA. A finalidade do plano de utilização era garantir a preservação e o uso sustentável

³ O Plano de Utilização é o instrumento legal que tem por objetivo regulamentar a utilização dos recursos naturais e definir as regras a serem seguidas pelos moradores da Resex. O que diferencia o plano de utilização do plano de manejo é que no plano de utilização adentra em especificidades diárias e relações de comportamentais com a Resex, enquanto que o plano de manejo não entra nesses detalhes.

dos recursos naturais, para que respeitassem as regras estabelecidas e assim combater as práticas predatórias dentro do território da Resex marinha.

No final do ano de 2005 iniciaram-se as mobilizações para a formação do conselho deliberativo. Por ser um processo longo, foram necessários aproximadamente 02 (dois) anos para que fosse criado o conselho deliberativo, visto que o processo possui diferentes etapas. Como mostra a figura (04) de forma sintetizada.

Figura 04: Etapas do processo de formação do conselho deliberativa da Resex Caeté-Taperaçu.



Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira etapa consistiu na formação dos comitês comunitários, pois era necessário que cada comunidade tivesse o seu, para tanto, foram realizadas diversas reuniões nas comunidades, organizada pela Assuremacata, o comitê gestor e o IBAMA para formação dos comitês comunitários. Depois que todas as comunidades concluíram essa etapa e mandaram para o IBAMA a ata informando os nomes dos membros de cada comitê comunitário, segue-se para a segunda etapa, formação dos polos que são aglomerados de comunidades, visto que cada um agrupa em torno de 05 (cinco) a 07 (sete) comunidades, o objetivo em formar esses polos, era a organização, a efetividade e a agilidade de atuação do conselho deliberativo nas comunidades.

A terceira etapa foi à indicação dos candidatos para concorrer à vaga de conselheiro para representar os polos, visto que cada polo elegeu um conselheiro e um suplente. A Resex marinha Caeté-Taperaçu é composta por 08 (oito) polos, conseqüentemente foram eleitos 08 (oito) conselheiros e 08 (oito) suplentes como representantes das comunidades extrativistas. Para fechar esse ciclo, ficava sob a responsabilidade da Assuremacata mandar para o IBAMA uma ata com informativo do ocorrido na eleição, com o nome completo do conselheiro (o mais votado) e do suplente (segundo mais votado).

Após a realização das eleições dos conselheiros representantes dos polos, a próxima etapa foi formar os conselheiros representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos. Nesta fase o IBAMA tinha a responsabilidade de se reunir com os conselheiros representantes dos polos para decidir quais entidades e instituições seriam convidadas a fazer parte do conselho deliberativo. Ao decidir essa questão, o IBAMA encaminhava, através de ofício, um convite para todas as entidades e instituições escolhidas pelos

conselheiros representantes dos polos para compor o conselho deliberativo, à medida que as entidades e instituições fossem respondendo positivamente, estas tornavam-se conselheiros.

E assim, por meio da portaria nº 17, de 24 de setembro de 2007 é criado o conselho deliberativo. O ICMBio⁴ passou a ocupar o cargo de presidente e a Assuremacata o cargo de vice-presidente. De acordo com artigo 2º da referida portaria, o conselho deliberativo passou a ter a sua composição pelas seguintes representações (quadro 06).

Quadro 06: Composição do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu em 2007.

Órgãos públicos	Entidade social	Comunidades extrativistas
ICMBio	Assuremacata	Pólo de Tamatateua
Prefeitura Municipal	STR	Pólo Centro
EMATER	Conselho Nacional dos Seringueiros	Pólo Caratateua
Marinha do Brasil	Movimento dos Pescadores do Pará	Pólo Acarajó
Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM	Igreja Católica	Pólo Treme
UFPA	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Pólo Bacuriteua
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Colônia de Pescadores de Bragança	Pólo Ajuruteua
Câmara de Vereadores	SPA	Pólo Cidade

Fonte: Organizado pela autora de acordo com o artigo 2º da portaria nº 17, de 24 de setembro de 2007.

Segundo os entrevistados, a missão em criar o conselho deliberativo era proporcionar um espaço de discussão, com uma gestão participativa composta por atores sociais e governamentais, que Silva Junior (2013) chama de um instrumento de participação e de poder entre os agentes técnicos e a população tradicional na gestão da Resex marinha.

Fase 02: Primeira gestão do conselho deliberativo

O conselho deliberativo é criado no final do ano de 2007, e de acordo com um ex-presidente da Assuremacata é no ano de 2008 que teve a terceira demanda da política pública das casas habitacionais. Sendo o INCRA o órgão responsável em administrar essa política e o conselho deliberativo a responsabilidade de fazer o levantamento dos beneficiários, fiscalizar e avaliar o processo de implementação. Com relação à forma como essa política foi conduzida, as lideranças comunitárias fazem críticas, pois não houve um controle sobre quem realmente precisava das casas, e o resultado foi que muitas pessoas beneficiadas as venderam. A punição decidida pelo conselho deliberativo para tais pessoas era ficar impossibilitadas de receberem quaisquer outros benefícios.

Kasanoski (2016) ao pesquisar sobre esse conselho deliberativo, descreve que este começa a ter uma efetividade em seu funcionamento a partir de 2010, ano que foi instalado

⁴ No ano 2007 o ICMBio já tinha assumido como órgão gestor responsável pelas Reservas Extrativistas.

o escritório do ICMBio no município de Bragança, onde a Resex marinha está localizada. Nesse mesmo ano também foi criado o primeiro plano de gestão⁵ do conselho deliberativo. Em uma das entrevistas foi identificado que esse plano de gestão foi elaborado de forma descentralizada a partir de diversas reuniões. O que era decidido nessas reuniões, era registrado em ata que em seguida transformavam-se em regras.

Tivemos diversas reuniões para estabelecer as regras do plano de gestão, foram muitas discussões para se chegar à aprovação, porque um queria de um jeito, já o outro queria de outra forma, aí já viu! Mas no final teve a aceitação de todos que participaram desse processo (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

Nesse mesmo ano, em 2010, a Assuremacata estava bem articulada com os conselheiros representantes dos polos, na qual, antes das reuniões ordinárias e as assembléias gerais no conselho deliberativo, reuniam-se para discutir as questões que levariam para tais eventos. Nessas articulações era feito todo um planejamento da Assuremacata e dos conselheiros representantes dos polos de como participar das ações e o cuidado de apresentar para as comunidades extrativistas, quais e onde as ações estavam sendo desenvolvidas.

Fase 03: Segunda gestão do conselho deliberativo

No ano de 2011, o conselho deliberativo passa por um o processo de reeleição dos conselheiros representantes dos polos, a maioria foram reeleitos, a explicação dada é que poucas pessoas querem assumir tais responsabilidades de ser um conselheiro. Nesse mesmo ano o conselho deliberativo conseguiu junto ao INCRA a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)⁶ para as comunidades extrativistas, o que facilitou a implementação de programas como os de infra-estrutura e de políticas públicas sociais. Outra conquista nesse mesmo ano foi o “Programa Luz para Todos”, que partiu da demanda das comunidades extrativistas, visto que ganharam fomentos de eletrodomésticos, no entanto não tinham energia elétrica. No final do ano de 2011 novos programas contemplam as comunidades extrativistas, como: “Água para Todos”, “Bolsa-Verde” e a construção de estradas e abertura de ramais. Esses programas aconteceram através de parceiras que o conselho deliberativo tinha com a prefeitura municipal.

⁵ O plano de gestão é um documento validado por meio de portaria que contém as regras internas construídas e definidas pelo conselho deliberativo.

⁶ O termo de concessão do direito real de uso é um documento utilizado como mecanismo assecuratório para a proteção dos direitos das comunidades extrativistas que vivem próximos a zona costeira e do mar, e dependem disso para a sua sobrevivência (MILANO, 2011).

Nesse mesmo ano de 2011 houveram alguns conflitos entre o conselho deliberativo e a gestão municipal, devido o desvio de verbas destinadas às construções das estradas e a abertura de ramais, que ao cair na conta da prefeitura foram destinadas para outros fins. Ao descobrirem tal fato, os conselheiros representantes dos polos e a Assuremacata mobilizaram-se com denúncias ao Ministério Público, para que a gestão municipal devolvesse o dinheiro.

Outro ponto que gerou divergência, segundo Silva Junior et al. (2018) ocorreu nas reuniões ordinárias para definir os critérios sobre o programa “Bolsa-Verde”. Na ocasião, os conselheiros representantes dos polos questionaram o modo de seleção dos beneficiários, visto que, a lista com o nome das famílias que seriam contempladas devia ser elaborada em 15 dias. Para os autores, a linguagem técnica no documento e os prazos exigidos para as tomadas de decisões resultaram em reclamações sobre a falta de clareza e a injustiça com os moradores da Resex marinha nos procedimentos, visto que o prazo dado seria insuficiente para englobar todas as comunidades extrativistas no levantamento.

Com relação a essas questões, nesse conselho deliberativo houveram alguns conflitos referentes às relações de poder, principalmente quando se tratava das políticas públicas e suas formas de destinações, visto que os entrevistados afirmam que as políticas públicas tendiam a privilegiar grupos ligados a Assuremacata, que segundo Silva (2013) foi o fator que gerou maiores reclamações entre os usuários da Resex marinha Caeté-Taperaçu. Outros conflitos mencionados pelos entrevistados foram: partidarização dos conselheiros representantes dos polos, ausência de informações quanto ao funcionamento das políticas públicas, deficiência no repasse de informação aos comitês comunitários e a falta mobilização dos associados da Assuremacata. Esses conflitos também foram encontrados por Silva (2018).

No final do ano de 2011 começaram as mobilizações para a elaboração do diagnóstico do plano de manejo⁷, período que os conselheiros representantes dos polos, a Assuremacata e os comitês comunitários passaram semanas nas comunidades para fazer o levantamento dos dados, através de reuniões com pescadores, agricultores e marisqueiros para discutir sobre as questões do que poderiam ou não entrar no do plano de manejo. De acordo com a ex-conselheira representante do polo Tamatateua, esse processo se dividiu em

⁷ Segundo o SNUC (2000) **plano de manejo** é um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que devem ser seguidas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, nesse sentido o **plano de manejo** contem orientações e informações para desenvolver atividades e ações necessárias nas áreas de Resex. O plano de manejo substituiu o plano de utilização elaborado em 2005.

duas etapas, a primeira foi explicar para as comunidades extrativistas o que seria um plano de manejo, e o segundo foi levar as lideranças comunitárias a um espaço de discussão para consentir sobre quais regras deveriam ser colocadas no plano manejo. O que parecia ser um processo democrático acabou gerando muitas críticas no ano de 2012, devido ser levantada uma série de informações com as comunidades extrativistas que no final não foi levado em consideração pelo técnico responsável em elaborar o plano de manejo.

Silva Junior et al. (2018), ao realizarem a pesquisa nessa Resex marinha, abordam os conflitos na elaboração do plano de manejo, ocasião em que os conselheiros representantes dos polos rejeitaram por unanimidade a proposta apresentada pelo primeiro consultor contratado para realizar a primeira versão do plano manejo. De acordo com as entrevistas, a revolta aconteceu porque no início ficou acordado que o plano manejo seria elaborado em cima das demandas apresentadas pelas comunidades extrativistas.

O Primeiro técnico ficou bravo com a gente, porque ele queria tudo para ontem, ele não entendia que estávamos trabalhando com pescadores, logo existia toda uma estratégia para conversar com eles. Mas o técnico queria que as comunidades estivessem à disposição dele. Aí o conselho deliberativo não aceitou a forma como ele queria conduzir as coisas. (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

De acordo com Silva Junior et al. (2018) em razão desse posicionamento dos conselheiros representantes dos polos, no final do ano de 2012 outra proposta foi encaminhada para deliberação, com uma metodologia detalhada de como aconteceria o processo de elaboração do plano de manejo, período que uma nova equipe contratada para elaborar o plano de manejo chegava à Resex marinha. Quando o documento ficou pronto houve mais conflitos, porque o plano de manejo estava em uma linguagem de difícil compreensão para os comunitários. Somente depois de muitas reformulações do plano de manejo para deixar em uma linguagem mais acessível a todos é que o plano de manejo é aprovado em 2013, no entanto, as populações extrativistas não se sentiram representadas. Como relatou uma entrevistada “O plano de manejo foi feito, mas não levou em consideração o nosso conhecimento, o nosso esforço, eu não me sinto incluída nesse plano” (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

Nesse mesmo ano de 2013 teve eleição para a presidência da Assuremacata, o que gerou mais conflitos. Lopes (2016) relata que os atritos com a comissão eleitoral, foi que apesar do presidente alegar ter sido eleito com votos legítimos, muitos associados e conselheiros representantes dos polos afirmam que o processo foi ilegal. Kasanoski (2016) relata que de acordo com Estatuto que rege o funcionamento da Assuremacata, os sócios inadimplentes perdem o direito de votar, e nessa época a inadimplência dos associados só

aumentava, contudo no período de eleição para presidência da Assuremacata, tais sócios mesmo sem direito a voto ficaram aptos a votar.

Diante desse fato, alguns conselheiros representantes dos polos acusaram ilegalidade nesse processo eleitoral. Além dos desvios de conduta, política partidária, dificuldade de se chegar a um consenso e a falta de reunião da Assuremacata com os conselheiros representantes dos polos. Por conta disso acabaram por não realizarem mais as reuniões para discutir as pautas que antecipavam as assembléias gerais e as reuniões ordinárias no conselho deliberativo. A soma de todos esses fatores enfraqueceu o funcionamento do conselho deliberativo.

Esses acontecimentos também ficaram evidentes nas pesquisas dos autores Silva Junior et al. (2014; 2018) correspondendo a dependência excessiva do Estado no sentido do assistencialismo, dificuldades efetivas de reuniões locais e conflitos políticos. Ainda segundo os autores, a Assuremacata desapontava os conselheiros dos polos quanto a sua atuação no conselho deliberativo, de forma que o ICMBio recebia mais elogios pelo seu trabalho do que a própria Assuremacata, visto que cabe à Assuremacata representar os interesses de seus associados, uma vez que se propõe a tratar dos interesses das populações extrativistas locais.

A Assuremacata foi perdendo a força, houve muitos conflitos, não conseguiam chegar a um consenso, o presidente da associação queria uma coisa e os conselheiros dos polos queriam outras. Então houve muitos desentendimentos por isso que muitos conselheiros largaram seus cargos (Ex-conselheiro representante do polo Bacuriteua, 2019).

Em 2014, mesmo com os conflitos internos entre a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, o conselho deliberativo consegue elaborar o segundo plano de gestão, contudo esse plano de gestão vem com um caráter mais centralizado. Nesse mesmo período criou-se lados políticos entre a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, de forma que tais, não conseguiram lidar com essas questões. Algumas expressões ditas pelos conselheiros representantes dos polos a respeito da Assuremacata valem destaque, para mostrar o conflito que se formou: “Assuremacata apagou a identidade dos moradores, quando decidiu excluir a população das decisões”; “a associação caiu nos descréditos pelos próprios associados”.

Esses conflitos levaram muitos conselheiros representantes dos polos a se desmotivarem, uns dos motivos era a insatisfação política, o que enfraqueceu o vínculo com o conselho deliberativo. E o presidente (ICMBio) do conselho deliberativo, segundo os entrevistados não usou de estratégias para tentar minimizar tais conflitos entre a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos.

Fase 04: Terceira e início da quarta gestão do conselho deliberativo

No final do ano de 2016 o conselho deliberativo realizou mobilizações para elaborar o terceiro de plano de gestão, aprovado no ano de 2017. Nesse período o conselho deliberativo já atuava apenas nas questões de deliberações gerais, como: a aprovação de proposta de projeto e elaboração de plano de ação anual, enquanto que as questões mais específicas tais como: acompanhamento, controle e monitoramento das ações desenvolvidas na Resex marinha, ficavam a cargo do ICMBio.

No ano de 2018, por meio da portaria nº 978, de 21 de novembro de 2018 (anexo IV), em seu artigo 1º foi criado o Núcleo de Gestão Integrada (NGI), que é um arranjo organizacional gerencial de unidades de conservação. O objetivo do NGI é integrar as Resexs marinhas Araí-Peroba, Caeté-Taperaçu, Gurupi-Piriá, e a Tracuateua, para facilitar a atuação dos agentes do ICMBio nos territórios das 04 (quatro) Resexs marinhas. Com relação a essa integração, alguns conselheiros representantes de entidades sociais posicionaram-se contra, visto que o território aumentou, mas a quantidade de técnicos do ICMBio continuou o mesmo.

Eu não concordei com essa integração, por que o ICMBio de Bragança vai comandar as quatro Resexs marinhas. Se os conselhos deliberativos tiveram dificuldades nos últimos tempos para se articular nas Resexs marinhas, agora vai ser mais difícil, porque aumentou o território e diminuiu o contingente de servidores para atender as demandas de todas. (Conselheira representante de entidade social, 2019).

Tomara que essa integração não seja um tiro pela culatra. Porque se o ICMBio não conseguiu resolver o problema da Resex marinha de Bragança, achas que vai resolver o problema de mais três? (Conselheiro representante de entidade social, 2019).

No final do ano de 2018, acontece a eleição dos conselheiros representantes dos polos no conselho deliberativo, ocasião que gerou novos conflitos, visto que muitos moradores das comunidades extrativistas questionaram o fato de não serem comunicados a participar desse processo. Uma moradora da vila do Acarajo relata: “só fiquei sabendo da eleição do conselho deliberativo, depois que apareceu o conselheiro falando que tinha sido reeleito”. Outro morador da vila do Bacuriteua também questiona: “Como pode acontecer uma reeleição e quase ninguém ficar sabendo”. As críticas dos extrativistas foram devido à falta de um processo democrático na eleição de conselheiro representantes dos polos.

No primeiro semestre do ano de 2019, o conselho deliberativo realizou uma reunião ordinária, cuja pauta era: a) falar sobre as novas formas de gerenciamento da Resex marinha, o NGI, onde o técnico do ICMBio responsável pela presidência do conselho deliberativo que antes era apenas de Bragança, agora com a nova forma assumiria a

presidência de mais três (03) conselho deliberativo das Resexs marinhas de Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu; b) apresentar o projeto do Instituto Bicho D'água voltado para a pesquisa de mamíferos aquáticos e peixe Espadarte; c) apresentar os resultados da Campanha por Orgulho da Rare, que trabalhava com a transportação do caranguejo; e d) a construção do plano de ação para o segundo semestre desse ano.

Nessa ocasião estavam presentes os conselheiros representantes dos órgãos públicos: ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); os conselheiros representantes de entidades sociais: SPA, Assuremacata e associação de apicultores; e os conselheiros representantes dos polos Cidade, Caratateua, Acarajo, Tamatateua, Treme, Bacuriteua, Ajuruteua e Campo. Além de lideranças das comunidades do Patalino, Caratateua e Acarajo; e alguns biólogos do Instituto Bicho D'água.

Com relação à criação do NGI, foi relatado na reunião que o principal objetivo é melhorar a gestão e otimizar recursos humanos para garantir maior presença institucional nas Resexs marinhas. De acordo com os técnicos do ICMBio, a nova estrutura divide-se em 04 (quatro) áreas: 1) Administração e logística; 2) pesquisa e monitoramento; 3) proteção ambiental; e 4) gestão socioambiental. Contudo alguns conselheiros representantes de entidades sociais não estão seguros quanto a essa melhoria na gestão, como relatou um deles: “na teoria é tudo muito lindo, mas na prática o território ficou muito grande” (Conselheiro representante de entidade social, 2019).

Nessa reunião, observou-se que os conselheiros mais participativos nas discussões foram os representantes dos polos e do ICMBio, os demais representantes como da SEMMA, do IBGE, da Assuremacata e os das entidades sociais, não se manifestaram. Outro ponto observado foi à ausência de órgãos públicos a nível municipal, tais como o secretário de pesca, da agricultura familiar e de assistência social, além de representantes da câmara dos vereadores. Sobre essa questão um conselheiro representante de entidade social relata que “essa carência de órgãos públicos nas reuniões, também contribuiu para o enfraquecimento do conselho deliberativo”.

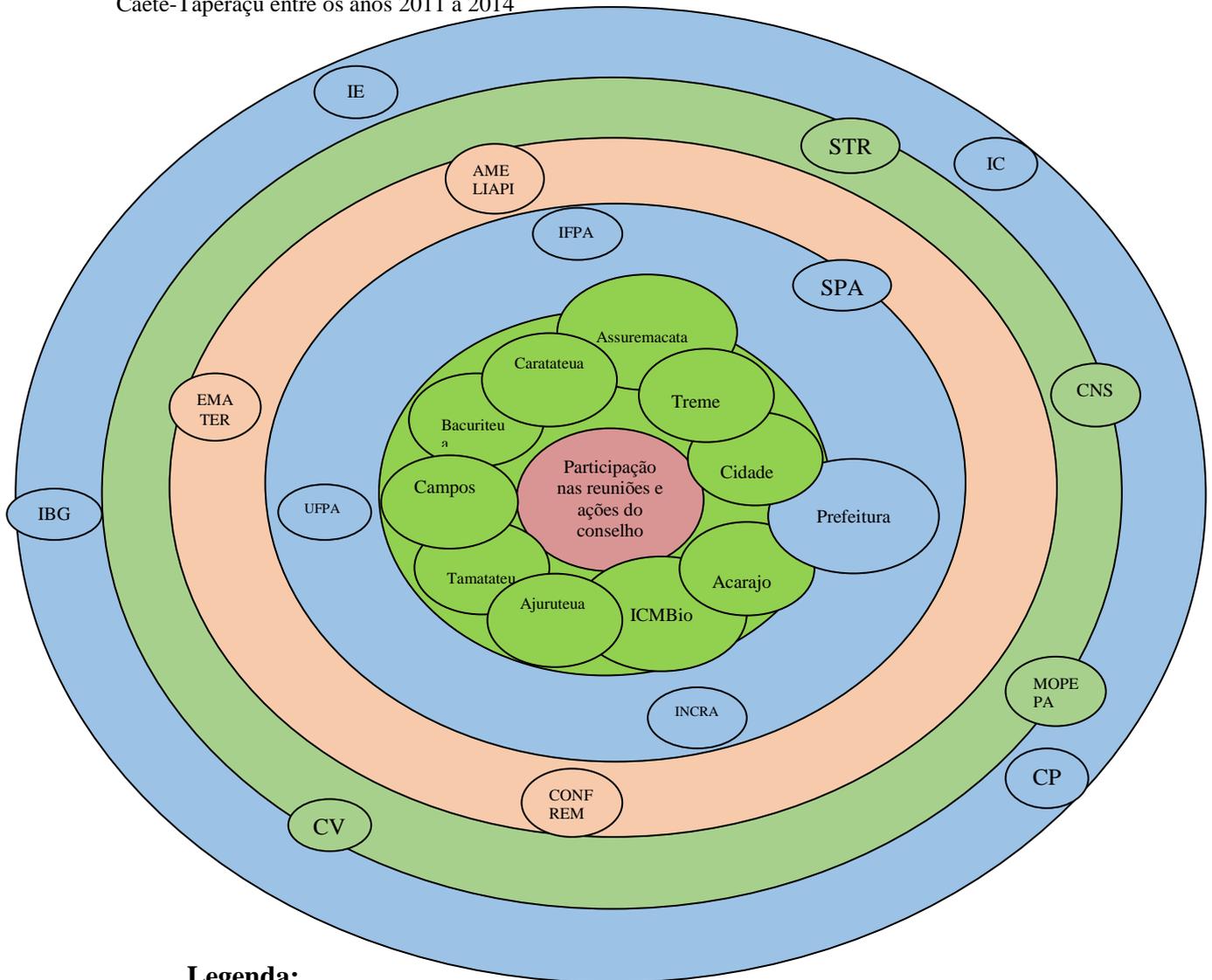
Observou-se também que os conselheiros estavam presentes apenas para aprovar decisões já pré-estabelecidas, visto que não houve discussões e negociações para a tomada de decisões, apenas exposição de como aconteceria (no caso o projeto de Instituto Bicho D'água) ou aconteceu (no caso o projeto da Rare) e os conselheiros apenas na figura de telespectadores, após a exposição da pauta feita pelo ICMBio, houve votação. Ao questionar esse posicionamento com um conselheiro representante do polo Caratateua, ele

respondeu “antes vínhamos nas reuniões do conselho para discutir, mas hoje é apenas para levantar a mão”. O que mostra um enfraquecimento no engajamento e na mobilização dos conselheiros.

4.2 ATUAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO NA SUA SEGUNDA GESTÃO

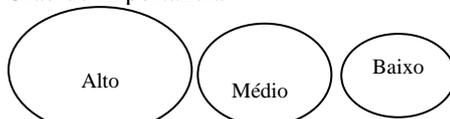
Através do diagrama de Venn (figura 05) referente aos anos de 2011 a 2014 (segunda gestão do conselho deliberativo) foi possível obter uma análise mais detalhada com relação ao grau de importância e de participação dos atores sociais e governamentais no conselho deliberativo.

Figura 05: Diagrama de Venn com os conselheiros na gestão do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu entre os anos 2011 a 2014



Legenda:

Grau de importância



Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (Assuremacata); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA); Capitania dos Portos (CP); Sindicato dos Pescadores Artesanais (SPA); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Igreja Católica (IC); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER); Igreja Evangélica (IE); Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM); Câmara de Vereadores (CV); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Banco da Amazônia S/A (BASA); Comitês Comunitários (CC).

Observa-se, no diagrama de Venn, que os conselheiros com “maior” grau de importância no conselho deliberativo foram os representantes: a) ICMBio, por ocupar a cadeira da presidência do conselho deliberativo e contribuir para a recuperação de áreas degradadas, fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais; b) Assuremacata, por ocupar a cadeira da vice-presidência, além de gerenciar os benefícios da Resex marinha e defender os direitos e deveres de seus associados; c) prefeitura municipal de Bragança, por ser a responsável em captar os recursos federais destinados a Resex marinha. Já o considerado “médio” em uma escala do grau de importância, ficaram os representantes dos polos, por serem os conselheiros que convivem diariamente com as comunidades extrativistas. Os demais representantes das instituições e entidades foram considerados “baixos” quanto o grau de importância, devido seu desempenho no funcionamento do conselho deliberativo.

Quanto ao grau de atuação/participação, os conselheiros com maior atuação, interação e mobilização no conselho deliberativo foram: os representantes dos polos, por trabalhar diretamente com a população extrativista e serem participativos nas ações desenvolvidas pelo conselho deliberativo; e o representante do ICMBio por ser o órgão que ajudava na articulação, mobilização e conduzia as reuniões ordinárias do conselho deliberativo.

O diagrama de Venn apresenta que o conselho deliberativo tinha parcerias com instituições, entidades e comitês comunitários, tais como: a Rare na execução de projetos, visto que essa ONG tem o projeto “Pesca pra Sempre”, seu objetivo é apoiar a gestão comunitária na pesca; a UNESCO na educação dos jovens da Resex marinha; o BASA no financiamento dos projetos; e os comitês comunitários por ajudarem nas mobilizações com as comunidades extrativistas sejam sobre as políticas públicas, ou sobre os desenvolvimentos de ações, planos e projetos na Resex marinha.

Os conselheiros representantes da Assuremacata e da prefeitura municipal, apesar de serem consideradas de maior importância, a partir de 2013 não são mais muito atuantes no conselho deliberativo, os motivos estão ligados aos conflitos: desvio de verbas federais,

falta de interesse, desvios de conduta com relação aos fomentos gerenciados pela Assuremacata, política partidária, gestão centralizadora da Assuremacata e falta de reunião por parte da Assuremacata. Tais conflitos resultaram em desconfiança sobre os reais interesses do poder público municipal e descrédito da Assuremacata diante dos associados.

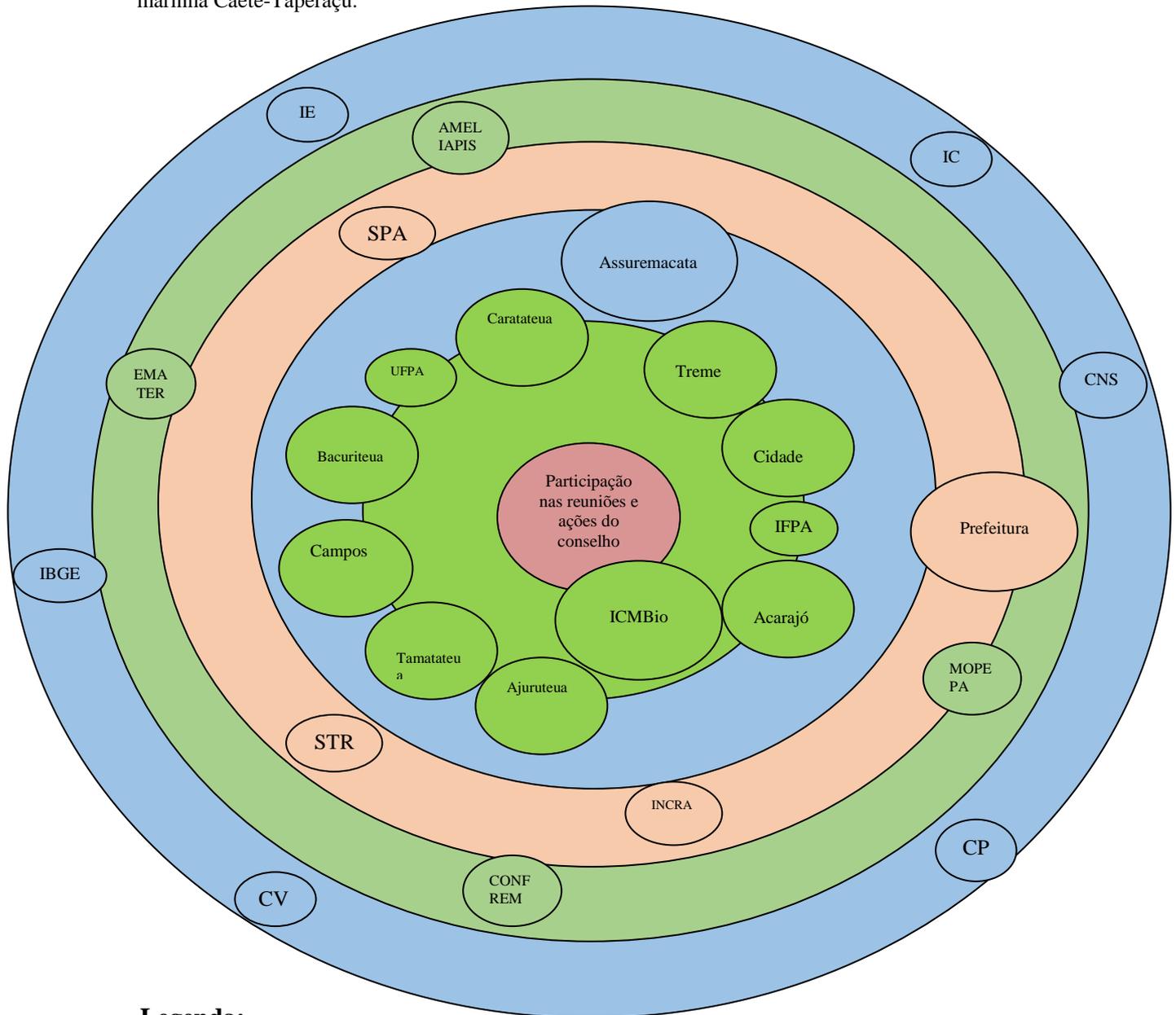
Quanto ao ICMBio, os conflitos se deram pela forma como se desencadeou o desenrolar da elaboração do plano de manejo, visto que a população extrativista não respeita o plano de manejo, por não se sentirem representados. Para Peres (2011) as críticas feitas pelas comunidades extrativistas na Resex marinha Caeté-Taperaçu, quanto aos questionamentos do plano de manejo, é o fato de que as regras foram formuladas com base em conhecimentos técnicos a partir de pesquisas com dados gerais sobre a região, de forma que, esses documentos não levam em consideração nas suas elaborações os saberes da população extrativista, pois cada Resex marinha apresenta suas particularidades.

Com o INCRA os conflitos se deram pela forma como foi conduzida à política pública das casas habitacionais, visto que a forma de distribuições não ocorreu corretamente, pois houve favoritismos para grupos dominantes dentro dessa Resex marinha, enquanto que muitas comunidades extrativistas que realmente precisavam das casas, não receberam tais benefícios. Já a UFPA, os conflitos se deram por não haver restituições das pesquisas realizadas na Resex marinha, visto que estudantes coletavam as informações e não voltavam com os resultados obtidos.

4.3 A GESTÃO ATUAL DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A OTICA DOS CONSELHEIROS

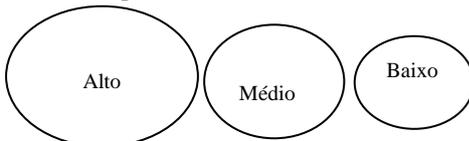
Neste tópico, serão expostos os resultados dos dados da pesquisa, com relação gestão atual do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu a partir de alguns critérios da governança, tais como: participação, gestão compartilhada, as saídas (*outputs*) dos produtos da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo, sob a ótica dos conselheiros. Optou-se em realizar outro diagrama de Venn (figura 06) referentes ao ano de 2019, período que o conselho deliberativo está iniciando sua quarta gestão, cujo o objetivo é comparar com a segunda gestão do conselho deliberativo (entre os anos de 2011 a 2014).

Figura 06: Diagrama de Venn com os conselheiros na gestão atual (2019) do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu.



Legenda:

Grau de importância



Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (Assuremacata); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Universidade Federal do Pará (Uppa); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA); Capitania dos Portos (CP); Sindicato dos Pescadores Artesanais (SPA); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Igreja Católica (IC); Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER); Igreja Evangélica (IE); Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM); Câmara de Vereadores (CV); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Comitês Comunitários (CC).

4.3.1 Participação

O Diagrama de Venn, referente ao ano de 2019, apresentou que os conselheiros representantes da prefeitura municipal, do ICMBio e da Assuremacata, continuam sendo as instituições e entidade de maior importância para o conselho deliberativo, devido as competências que são destinadas as entidades e instituições; os conselheiros representantes dos polos também continuam na posição de “médio” na escala de grau de importância e os demais são considerados baixos quanto ao grau de importância.

Com relação a participação no grau de atuação, o ICMBio passa a ser considerado a instituição com maior atuação, devido o trabalho que vem desenvolvendo nesse conselho deliberativo, desde a mobilização para que todos os conselheiros participem das reuniões ordinárias através de convocatórias (Anexo V) até o planejamento das ações. Isso fica evidente na fala de um dos entrevistados “o conselho deliberativo hoje para mim é o ICMBio, por ser o único que ainda está na luta” (Conselheiro representante do polo Acarajó, 2019).

Os conselheiros representantes dos polos já não são tão atuantes como antes, estes ajudam o ICMBio no desenvolvimento das ações e participam das reuniões no conselho deliberativo, contudo não existe mais articulação entre os polos e a Assuremacata para as reuniões que acontecem no conselho deliberativo, não existe mais discussões para se chegar nas decisões importante para a Resex marinha, tais conselheiros se apresentavam apenas como ouvintes que devem ou não concordar com as coisas que estão sendo colocada em pauta.

O posicionamento dos conselheiros representantes dos polos já não são os objetivos comuns, mas sim os políticos. Visto que, devido aos muitos conflitos políticos entre os polos e a Assuremacata, muitos conselheiros representantes dos polos que participaram da criação do conselho deliberativo, abandonaram seus cargos e novos conselheiros que assumiram, já vieram com a visão que é a Resex marinha não apenas como um território de comunidades extrativistas e proteção ao meio ambiente, mas sim um território onde podem obter-se vantagens políticas. Como relata um conselheiro representante do polo.

Porque quando não estamos firme na base, qualquer coisa nos derruba e foi o que aconteceu com os conselheiros dos polos e a associação, fomos derrubados por uma política partidária que se formou entre nós (Conselheiro representante do polo Caratateua, 2019).

A Assuremacata e a prefeitura se encontram cada vez mais distante do conselho deliberativo, devido os conflitos políticos que não foram resolvidos até o momento. Um dos reflexos desse distanciamento foi uma das reuniões que houve pouca presença de órgãos ligados a prefeitura, apenas a SEMMA que chegou no final da reunião, mas os secretários de pesca, meio ambiente, agricultura familiar, assistência social e nem alguém da câmara dos vereadores, não compareceram. Já a presidente da Assuremacata estava presente, mas não se pronunciou em nenhum momento. Em outra reunião apenas com os conselheiros representantes dos polos, o presidente da Assuremacata e os técnicos do ICMBio, algumas divergências e acusações aconteceram, o que deixa claro que alguns conflitos do passado ainda perduram.

No segundo diagrama de 2019, a UFPA começa a ser mais atuante no conselho deliberativo, isso acontece devido alguns grupos de estudos de professores e estudantes desenvolverem pesquisas e projetos em parceria com o conselho deliberativo. Enquanto que as demais instituições e entidades ainda se mantêm distantes. Ao questionar isso aos conselheiros representantes das entidades sociais, tais como STR e SPA estes relatam que o distanciamento se dá pelo fato de se sentirem excluídos do processo de execução das ações.

Eu participo só para preencher quadro. Mas pra chamar o sindicato pra verificar as questões de uma urgência e necessidade, executar alguma ação, não! A gente vai lá só pra ouvir, deliberar algumas coisas e tomar aquele lanche com eles (risos) (Conselheiro representante de entidades sociais, 2019).

Com relação à interação entre os conselheiros, de acordo com os entrevistados, essa interação existiu até o ano de 2013 que era através das reuniões com o presidente da Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, que eram realizadas todos os meses para discutir as questões que estavam acontecendo nos polos, só depois dessas reuniões que eram levadas para as assembleias gerais no conselho deliberativo. Diante disso, a Assuremacata tinha um papel fundamental na articulação com os conselheiros representantes dos polos. No entanto a partir de 2014 até o momento (2019) não existe mais interação entre esses conselheiros, as reuniões que antecediam as assembleias gerais já não acontecem, como relata um conselheiro “era muito discutido as questões de cada polos nas reuniões mensais, mas hoje em dia infelizmente acabou” (Conselheiro representante do polo Treme, 2019).

A associação reunia os polos para discutir situação que estavam acontecendo, e que o era necessário levar para dentro do conselho deliberativo para quando chegar na hora, mostrarmos que estávamos por dentro do assunto e sabíamos o que estávamos falando. Porque, por natureza os órgãos públicos têm um conhecimento mais geral das coisas, então precisamos está no mesmo nível para discutir e negociar as coisas, sem ser passado pra trás (Conselheiro representante do polo cidade, 2019).

Com relação aos grupos formados no conselho deliberativo, é possível observar a partir das entrevistas que o grupo mais dominante era a Assuremacata junto aos polos, pois tinham maior poder de decisão, primeiro por estarem em maior quantidade e segundo por estarem bem articulados, isso até 2013. Enquanto que o grupo excluído era aqueles que não participavam nas reuniões, logo não tinha poder nas decisões importantes que eram debatidas nesse conselho deliberativo. Tal grupo era formado pela prefeitura municipal, INCRA, câmara dos vereadores, Marinha do Brasil e EMATER. Em 2019 o grupo dominante é formado pelo ICMBio junto aos conselheiros representantes dos polos.

Quem mais tinha o poder de decisão era a associação, porque ela vai englobar todas as comunidades e inclusive os polos. Logo são oito polos e a associação. Então já tínhamos nove votos, é um valor bem expressivo na hora de decidimos qualquer coisa. Falo isso quando a associação estava articulada com os polos, não trabalhando no individual como está hoje (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

Silva Junior (2013), ao estudar esse conselho deliberativo, identificou que a ausência de alguns conselheiros motivou alguns debates em 2010, principalmente sobre o possível desligamento dos conselheiros representantes de órgãos públicos, a exemplo, da marinha do Brasil e o museu Emilio Goeldi e conselheiros representantes de entidades sociais, a exemplo, da colônia dos pescadores e das igrejas católica e evangélica que não compareciam às reuniões, a solução dada a esse problema foi enviar ofícios aos órgãos e entidades que estavam ausentes, para se posicionarem a respeito.

4.3.2 Gestão compartilhada

Nas entrevistas, os conselheiros demonstraram ter muito entendimento com a Resex marinha nas questões ambientais, sociais e econômicas. Ao perguntar aos conselheiros sobre a missão do conselho deliberativo, as repostas foram claras: “deliberar decisões importantes para dentro da Resex marinha”, “reunir e se articular para adquirir parcerias”, “trabalhar conjuntamente em benefício da Resex marinha”. Tais afirmações vão ao encontro à ideia exposta por Rêgo (2016) que tal conselho deliberativo é um espaço de discussão, constituído com diferentes atores em prol de bens coletivos, mesmo que tais atores se posicionem de maneira diferente.

Precisava criar o conselho deliberativo, porque em cada tomada de decisão que viesse para dentro da organização ou para base, precisava de algumas deliberações, falar das construções, falar dos empreendimentos. Então precisava ter todo um acompanhamento para direcionar tudo isso. Para que não houvesse agressão ao meio ambiente, para que não houvesse construção em cima de dunas, então tudo isso precisava do conselho deliberativo. (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

Com relação a cooperação no conselho deliberativo, até o ano 2014 existia nas atividades para implementação dos planos, ações e projetos, contudo era limitado entre os conselheiros representantes dos polos, ICMBio e a Assuremacata, os demais ficavam ausentes, depois a cooperação foi sendo enfraquecida e hoje quase já não existe, como fica explícito na fala do entrevistado.

Olha havia cooperação entre os conselheiros representantes dos polos, associação e o ICMBio, agora os demais só tinham nomes que eram conselheiros, mas nunca participavam. Estavam nas assembleias gerais uma vez ou outra para levantar a mão, quando era pra votar alguma coisa. Mas nunca queria estar presente na hora de pegar no pesado. Atualmente não existe mais cooperação entre a associação e os conselheiros representantes dos polos (Conselheiro representante do polo Bacuriteua, 2019).

Com relação ao planejamento das ações, objetivos, regras do plano de manejo e de gestão da Resex marinha desde o ano 2007 até o ano de 2014, segundo os entrevistados foram decididos e planejados de forma coletiva entre os conselheiros, com exceção do plano de manejo criado em 2013 que resultou em algumas divergências. Atualmente esse planejamento é exposto em reuniões ordinárias do conselho deliberativo, onde são colocadas algumas questões, a maioria pelos técnicos do ICMBio e algumas colocações dos conselheiros representantes dos polos. Já com relação as fiscalizações na Resex marinha, até o ano de 2008 ficava a cargo dos agentes fiscais ambientais voluntários, formado pelos próprios pescadores que foram treinados pelo IBAMA para tal função, depois que o ICMBio chega em Bragança no ano de 2010 este assume esse controle, por ser o órgão gestor da Resex marinha.

Quem fazia essa fiscalização eram os agentes fiscais ambientais, se não estou enganada, foram formados 30 agentes voluntários. Os próprios pescadores foram treinados para serem fiscais. O que faz falta hoje é uma organização fortalecida que tínhamos antes, principalmente nesse momento que o nível de desmatamento aumentou e estamos sem apoio do governo (Ex-conselheira representante do polo Tamateua, 2019).

Outra via importante para a gestão compartilhada são as parcerias, estas foram observadas a partir do diagrama do Venn de 2019 que o conselho deliberativo ainda possui algumas parcerias sejam com instituições e entidades, a exemplo, de nível internacional com a UNESCO, de nível nacional com a Rare, e a nível local como os comitês comunitários. O processo de negociação também é um fator importante na gestão compartilhada. Quanto a isso os entrevistados apontam que tal processo não é considerado difícil, visto que na maioria das vezes nas negociações quem está à frente era o ICMBio, a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, e estes já conhecem as formas como cada um trabalha, o que facilita na hora de negociar.

Quanto à transparência no repasse de informações para as comunidades, todos os entrevistados afirmam que no início do funcionamento do conselho deliberativo havia transparência, contudo, nem sempre estas foram de maneiras claras, e hoje essa transparência está a desejar. Ao perguntar sobre a frequência das reuniões nas comunidades extrativistas entre 2010 a 2014, 65% dos entrevistados relataram que sempre aconteciam as reuniões, cuja pauta era o repasse das informações, apenas 35% dizem que tais reuniões era difícil de acontecer nas comunidades extrativistas. Sobre essas reuniões, a Assuremacata tinha um controle através de um caderno, neste eram construídas as atas do repasse das informações nas comunidades. O objetivo do caderno era para que os conselheiros representantes dos polos tivessem o respaldo sobre o cumprimento de suas funções. Atualmente, essas reuniões já não acontecem.

Ao perguntar quem construía as pautas das reuniões no conselho deliberativo, 100% dos entrevistados apontaram o ICMBio, os conselheiros dão algumas contribuições, mas no geral era feito por tal órgão. As decisões nesse espaço deliberativo acontecem por meio de votação, mas ao perguntar a quem as decisões privilegiavam, 64,3% dos conselheiros da sociedade civil e dos polos apontaram que privilegiam apenas alguns grupos específicos, apenas 35,7% afirmaram que tais decisões privilegiam a Resex como o todo. O motivo é a política partidária, que tende a favorecer apenas alguns grupos ligados a diretoria da Assuremacata, o que gerou e gera disputa entre os conselheiros dos polos.

Com relação aos conflitos existentes, no diagrama de Venn de 2019 observa que os conflitos entre os conselheiros representantes dos polos com a prefeitura e a Assuremacata continuam, ainda sobre as mesmas questões de partidarismos, uma prática muito recorrente em cidades pequenas, de forma que esses conflitos começaram por volta de 2013 e permanece até os dias atuais (2019). Silva (2018) ao pesquisar nesse conselho deliberativo relata que os conflitos entre os conselheiros representantes dos polos resultaram no enfraquecimento da gestão compartilhada. Essa questão de disputa política é reforçado pelos entrevistados.

O conflito da política partidária não se resolveu até hoje, tivemos que engolir essa questão, porque havia muitos conselheiros que eram coniventes. A política é um ciclo vicioso e os próprios comitês começaram a aceitar, porque no caso eram os próprios conselheiros representantes dos polos que comprava voto para o prefeito e deputados (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

O fato é que, o conselho deliberativo depende muito do apoio dos poder público, e aqui na Caeté-Taperaçu existi uma coisa muito forte, chamado partidarismo, se fulano é de um lado, então ele não vai ajudar porque o outro não apóia o candidato dele. É foi isso que aconteceu para o conselho deliberativo chegar no estado que ele se encontra hoje em dia (Conselheiro representante do polo Caratateua, 2019).

Na visão dos entrevistados, o que dificulta o funcionamento do conselho deliberativo desde a terceira gestão (2015 a 2018) até o início da quarta da gestão (2019) são: a falta de reunião e articulação entre a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos; a ausência dos conselheiros representantes de órgãos públicos, a exemplo do INCRA e a marinha do Brasil que estão distante da Resex marinha, além dos conselheiros ausentes que estão localizados no município de Bragança tais como câmara dos vereadores, secretaria de pesca, assistência social e meio ambiente; e o partidarismo.

As avaliações feitas pelos conselheiros com relação ao funcionamento da terceira e o início da quarta gestão do conselho deliberativo, é que tal conselho é representado apenas pelo ICMBio, devido o enfraquecimento da Assuremacata que era considerada um ponto de grande importância, como relata um entrevistado “existe um ditado popular que fala ‘quando o dono da casa morre, todo mundo fica sem pé’ e foi exatamente o que aconteceu com os conselheiros representantes dos polos depois que a associação enfraqueceu” (Conselheiro representantes de entidade social, 2019). Em outro trecho da fala de outro conselheiro mostra o conformismo com a atual situação desse conselho deliberativo “então o conselho deliberativo não está tão ativo como antes, mas está funcionando, pelo menos temos um conselho, em outras Resexs marinhas nem isso tem” (Conselheiro representante do polo Acarajó, 2019).

4.3.3 Saídas (*outputs*) dos produtos da governança

Os produtos que foram coproduzidos ao longo do funcionamento da gestão do conselho deliberativo foram: 03 (três) planos de gestão nos anos 2010, 2014 e 2017 que teve a participação na elaboração do ICMBio, Assuremacata, conselheiros representantes dos polos e alguns conselheiros representantes de entidades sociais; 01 (um) diagnóstico de elaboração do plano de manejo em 2012, que teve a participação do ICMBio, Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos; e diversas ações coletivas, que vão desde o levantamento de dados dos usuários da Resex marinha até o reflorestamento de uma área na vila chamada “Que Era”, que antes era uma plantação de arroz.

Além de uma política pública adaptada, a exemplo, das casas habitacionais construídas nas comunidades pertencentes ao polo Ajuruteua, visto que nesse polo partes das comunidades extrativistas estão localizadas em áreas de praias, e por esse motivo as casas foram construídas de madeiras e não de alvenaria como estava no projeto, sendo os próprios moderadores das comunidades junto ao conselheiro representante do polo que construíram as primeiras casas.

4.3.4 Resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo

Ao se tratar da eficiência relacionada às políticas públicas, os entrevistados afirmam que as políticas públicas implementadas no decorrer do funcionamento do conselho deliberativo atenderam as necessidades das comunidades extrativistas, a exemplo, das casas habitacionais, água para todos, os fomentos de eletrodomésticos (geladeiras, *freezers*) e equipamento de pescaria (barcos e redes de pescar), além algumas políticas públicas que foram demandadas pela própria população, a exemplo, do “luz para todos” e o “Bolsa verde”.

Apesar dos entrevistados afirmarem que hoje não está sendo implementada nenhuma política pública de cunho social, devido o novo cenário que o Brasil vem vivendo com o fim de muitas políticas públicas, mas as que foram desenvolvidas atenderam as comunidades extrativistas. Já com relação à eficiência nas regras estabelecidas nos planos de manejo e gestão, os entrevistados relatam que tal eficiência só ocorreu nos planos de gestão, pois no plano de manejo muitas das regras não estão de acordo com as realidades das comunidades extrativistas e em decorrência disso, não são cumpridas pelos extrativistas.

Muita coisa que pedimos para que fosse incluso nesse plano de manejo não veio, então afirmo que esse plano não está de acordo com a nossa realidade, não foram respeitadas as nossas opiniões na elaboração, então é difícil para povo respeitar agora (Conselheira representante de entidade social, 2019).

Com relação à legitimidade, entre o ano de 2005 ao ano de 2013 as comunidades extrativistas reconheciam o conselho deliberativo como um espaço para solucionar seus problemas, principalmente os sociais, visto que havia muitas demandas das comunidades, e grandes partes das demandas eram atendidas. No entanto, atualmente os entrevistados expõem que para as comunidades extrativistas o conselho deliberativo e a própria Resex marinha acabaram.

Quanto à aprendizagem coletiva dos conselheiros representantes dos polos e entidades sociais ao longo do funcionamento do conselho deliberativo, os entrevistados apontam que 55% aprenderam ter uma visão mais clara dos desafios da Resex marinha, principalmente com relação ao planejamento, implementação e avaliação dos planos e projetos que foram desenvolvidos; 36% aprenderam a negociar e dialogar com o poder público; e apenas 9% aprenderam trocar experiências e conhecimentos entre si. Tais aprendizagens contribuíram para o sentimento de pertencimento a Resex marinha como relata uma entrevistada “a Resex é a minha vida, por isso luto pelo conselho deliberativo, pelas comunidades extrativistas” (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

Lopes (2016) observou na pesquisa realizada nesse conselho deliberativo uma possibilidade de aprendizagem através da educação, visto que uma liderança da vila do Bonifácio se dedicou a concluir o ensino médio, para assumir o cargo de conselheiro, essa liderança viu na educação uma maneira de se qualificar para tal cargo.

4.4 A GESTÃO ATUAL DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DAS LIDERANÇAS.

Neste tópico serão expostos os resultados dos dados da pesquisa com relação a gestão atual do conselho deliberativo sob a ótica das lideranças extrativistas, que não fazem parte do conselho deliberativo, mas que tem conhecimento sobre o seu funcionamento a partir de alguns critérios, tais como: participação, as saídas dos produtos (*outputs*) da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo.

4.4.1 Participação

As lideranças relatam que no início do funcionamento do conselho deliberativo, no ano de 2007, não havia muito a participação do ICMBio, apenas da Assuremacata e conselheiros representantes dos polos, somente a partir de 2010 que o ICMBio tem uma participação mais efetiva, período que o conselho deliberativo desenvolveu muitas ações. Tais lideranças associam esse desenvolvimento das ações ao governo Lula, devido ao apoio que havia através dos projetos e as políticas públicas, contudo as lideranças também relatam que foi nesse interstício de tempo que começaram os desvios de verbas por parte da Assuremacata, verbas que eram destinadas as comunidades extrativistas, nas quais a Assuremacata era a responsável em administrar, a exemplo, das canoas, redes de pescar, *freezer* e outros.

Em 2010 se eu não me engano foi quando o ICMBio chegou em Bragança, período que o conselho deliberativo desenvolveu muitas ações. Até porque era o governo Lula é tínhamos muito apoio do governo, isso ajudou muito o conselho deliberativo a se desenvolver. O que gerou também corrupção na associação. Sabe como é, entrou dinheiro e cresceram os olhos de muitas gentes (Liderança extrativista da vila Que Era, 2019).

O conselho deliberativo começou a funcionar em 2007, no início eles tinham propostas muito boas. A forma como seria conduzido era excelente, porque eles iam colocar pessoas das comunidades lá dentro para está nos representar. E no início até que deu certo na época do Lula, porque tínhamos o total apoio do governo, quando foi para o governo da Dilma os incentivos deram uma quebrada, quando veio o Temer as coisas só pioraram e o com o Bolsonaro já viu, ele quer acabar é com tudo (Liderança extrativista da vila do Tamateua, 2019).

As lideranças têm conhecimento da existência do conselho deliberativo e da importância desse conselho deliberativo para a Resex marinha. Quanto a sua participação

na elaboração do plano de manejo, tais lideranças relatam que apenas participaram no levantamento dos dados feitos pelos conselheiros representantes dos polos, Assuremacata e comitês comunitários. Esse levantamento aconteceu em duas etapas nas comunidades extrativistas, a primeira com as comunidades em geral e a segunda etapa apenas com as lideranças comunitárias.

Os conselheiros passaram por aqui falando do plano de manejo, colocamos algumas coisas que queríamos que viesse nesse plano, principalmente porque tínhamos medo que visse algumas regras que nos prejudicasse. Então tivemos dois momentos, o primeiro foi anunciar sobre o plano de manejo de forma mais geral para toda a comunidade e depois algumas lideranças foram para uma discussão mais fechada, nesse segundo momento a gente fez uma lista do que queríamos que fosse colocado (Liderança extrativista da Vila do Acarajozinho, 2019).

Essas etapas citadas pelas lideranças no levantamento das informações para elaboração do plano de manejo também é relatado pelos conselheiros. Contudo as lideranças afirmam que quando chegou o técnico responsável em elaborar o plano manejo, este não levou em consideração o levantamento que havia sido feito pelas comunidades extrativistas, ou seja, não considerou os seus conhecimentos tradicionais. Muitas lideranças afirmam que nem chegaram a conhecer o técnico responsável, quando ficaram sabendo, o plano de manejo já havia sido concluído, o que os deixou bastantes chateados.

Fiquei sabendo que o pessoal que veio fazer o plano de manejo, nem ligou pra lista, só fez a gente perder tempo fazendo toda aquela lista. Então só participamos no levantamento feito pelos conselheiros representantes dos polos, associação e os comitês comunitários, quando os técnicos vieram, estava tudo pronto. Houve até confusão por causa disso (Liderança extrativista da vila do Acarajozinho, 2019).

Eu fiquei muito chateado, porque foi uma falta de respeito com as comunidades extrativistas, por isso esse plano de manejo não tem nenhuma validade para as comunidades, não respeitamos, porque eles não nos respeitaram primeiro. Agora não podem exigirem nada com relação a esse plano de manejo (Liderança extrativista da vila do Treme, 2019).

Quanto às articulações entre os polos e as comunidades extrativistas, fica evidente na fala dos entrevistados, que no início da criação do conselho deliberativo por volta do ano de 2007 a articulação entre os polos era fortalecida, todos os membros dos comitês comunitários recebiam convites para participarem das reuniões dos polos, contudo desde 2014 que essa articulação foi enfraquecida, de forma que, atualmente (2019) não existe mais essas reuniões.

Com relação às articulações entre as comunidades extrativistas, isso acontecia de acordo com cada polo. Havia polos que eram vistos como modelo com relação à articulação entre as suas comunidades. Já outros não haviam tantas articulações. Como relata uma entrevistada “aqui no polo Acarajó era difícil de acontecer, porque quem é os

responsáveis em organizar as reuniões com as comunidades é o conselheiro representante do polo, e ele quase não fazia essas reuniões” (Liderança extrativista da vila do Acarajó, 2019). Atualmente essas reuniões dos polos com as comunidades extrativistas também já não acontecem mais.

Quanto ao engajamento das comunidades extrativistas no desenvolvimento das ações coletivas, as mais destacadas pelas lideranças foram: cadastro no registro dos usuários da Resex marinha; levantamento das famílias beneficiárias do bolsa verde; participação no processo de tirada dos pontos de GPS para construção de estradas e abertura de ramais.

Já com relação a representatividade dos membros do conselho deliberativo, as entrevistas apresentam que partes dos conselheiros representantes dos polos, desempenhavam tal papel de representar seu polo, de modo a beneficiar as comunidades extrativistas as quais estavam na função de representar, no entanto nem todos os conselheiros assumiram esse papel, visto que havia muitos interesses individuais isso no início da criação do conselho (2007). Atualmente (2019) 100% dos entrevistados relatam que essa representatividade já não existe, muitas lideranças extrativistas desconhecem até a permanência da existência do conselho deliberativo. Como relata uma liderança extrativista da vila Que Era “hoje para ser sincera nem sei se ainda existe o conselho deliberativo. A articulação está zero com a Assuremacata, que também está quebrada, a última vez que visitei o escritório da associação não tinha nem cadeira para sentar”

4.4.2 Saídas (*outputs*) dos produtos da governança

De acordo com as lideranças extrativistas entrevistadas, os produtos que foram coproduzidos no funcionamento da gestão do conselho deliberativos desde o ano de 2007 até o ano de 2019 foram: o reflorestamento de algumas áreas degradadas e a construção de estradas e ramais. Aqui as lideranças não citam o plano de manejo, porque afirmam que não houve uma construção participativa na elaboração de tal plano. Já com relação as políticas públicas adaptadas, os entrevistados apontam as casas habitacionais.

4.4.3 Resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo

Quanto a eficiência no funcionamento do conselho deliberativo, as lideranças extrativistas apresentam que houve uma satisfação por parte das comunidades extrativistas com relação as políticas públicas, uma vez que, trouxe melhorias e melhores condições de vida para os moradores que estão dentro e no entorno da Resex marinha, principalmente

com as construções das estradas que facilitou no escoamento do peixe e mariscos, além dos benefícios que possibilitou obter rendas extras para as famílias, que não fosse apenas da pesca. No entanto as lideranças fazem críticas, a forma como alguns projetos eram desenvolvidas, pois seguia o modelo *top-down*, uma vez que não levava em consideração a realidade local.

Houve muitas melhorias para a população extrativista, a construção de estradas e as aberturas de ramais ajudaram nas nossas vendas, nossos filhos tiveram melhores condições para irem às escolas. Além dos benefícios sociais, teve família que a única renda era o pescado e ganhou máquina de costurar, então a esposa já aprendeu a desenvolver outra atividade para ajudar na renda, o marido ganhou canoa, rede, remo (Liderança extrativista do Tremé, 2019).

O IDATAM⁸ veio aqui nos dá uns cursos de capacitação, nossa eu fiquei muito chateada, porque olha só os cursos: como fazer bombom de chocolate, artesanato e outros que nem lembro mais. Ai te pergunto, o que isso vai ajudar o pescador?. Então não era feito uma avaliação antes de vim esses cursos, não era levada em consideração a nossa realidade local, já vinha tudo pronto lá de cima (Liderança extrativista da Vila Que Era, 2019).

Com relação a eficiência para o lado ambiental, esta deixou a desejar, visto que, uma parcela das comunidades extrativistas tinha a conscientização de preservar, sendo estas responsáveis por realizarem as diversas denúncias. Enquanto que outra parcela continuava com as práticas do desmatamento. Segundo as lideranças esse fato acontecia devido a falta de um trabalho de conscientização dos conselheiros representantes dos polos, junto a Assuremacata e o ICMBio. Essa ausência de trabalhar a conscientização por parte do conselho deliberativo no decorrer dos anos apenas se intensificou, pois atualmente não é desenvolvida nenhuma ação nas comunidades extrativistas sobre essa questão.

Para o lado ambiental até houve palestras de conscientização, mas acho que faltaram mais incentivos. Porque tivemos um índice nada favorável de desmatamento. Sou extrativista, defendo minha classe, mas vou te falar uma coisa, tem pessoas que moram na Resex marinha, mas só querem destruir, não pensar que suas ações vão prejudicar no futuro dos seus filhos, porque se não tiver uma consciência ambiental, a tendência é acabar com o peixe e o caranguejo. E ai, como que é ele vai sobreviver, porque ele depende disso para se alimentar (Liderança extrativista da vila do Bacuriteua, 2019).

Olha para o lado ambiental houve mais ou menos melhorias, porque teve alguns conflitos entre os próprios usuários, porque alguns desmatavam e outros denunciavam, chegavam às vezes até se agredirem. Mas teve alguns pontos que foram reflorestados, como uma área de arrozal aqui na Vila Que Era (Liderança extrativista da vila Que Era, 2019).

Quanto à legitimidade do conselho deliberativo, as comunidades extrativistas tinham o conhecimento do conselho deliberativo, chegavam a participar de alguma ação, contudo elas recorriam com suas demandas mais a Assuremacata, por ser a associação a qual as comunidades extrativistas pagavam suas taxas, logo era quem recorriam para

⁸ Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia.

resolver seus problemas, isso entre 2007 a 2014. Atualmente, as comunidades extrativistas estão recorrendo ao ICMBio, devido os conflitos com a Assuremacata.

Sobre a transparência do repasse das informações, novamente é exposto que isso depende de cada conselheiro representante dos polos, visto que, uns trabalhavam mais com essa questão da transparência. No entanto outros já não levavam a sério essa questão da transparência, de modo que, muitas comunidades extrativistas ficavam sabendo das ações que estavam acontecendo, apenas quando visitavam a sede da associação no período que a Assuremacata estava articulada com os conselheiros representantes dos polos. Hoje em dia, 100% responderam que a transparência no repasse das informações já não acontece, as comunidades extrativistas só sabem das coisas, quando as lideranças conversam com algum conselheiro representante dos polos ou com os técnicos do ICMBio.

4.5 DESAFIOS ATUAIS E ESTRATÉGIAS FUTURAS PARA A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No segundo semestre de 2019 nos dias 04 e 05 de outubro, a professora Tânia Ribeiro junto com a sua equipe de estudantes da UFPA promoveram uma oficina para os conselheiros representantes dos polos e os presidentes das associações das Resexs marinhas dos municípios de Tracuateua e de Bragança em parceria com os técnicos do ICMBio. Ocasão que os estudantes distribuíram para todos os presentes, cartilhas e folders sobre as Resexs marinhas, fruto do trabalho da dissertação dos estudantes, nos quais apresentavam o papel das associações, do ICMBio, da população extrativista e do conselho deliberativo, além de explicações sobre o SNUC, o território, a participação, os conselheiros e a gestão participativa.

No primeiro dia de oficina, o objetivo era fazer uma linha do tempo com os conselheiros (representantes dos polos e os presidentes das associações), apontando os principais acontecimentos ao longo do tempo nessas duas Resexs marinhas (figura 07). A atividade tinha como tema: “Memórias da terra e do mar”, momento que os conselheiros representantes dos polos e os presidentes das associações das Resexs Caeté-Taperaçu e Tracuateua fizeram um resgate na trajetória das Resexs marinhas. Trazendo informações de ações que aconteceram desde o ano de 1995 quando começaram a primeira campanha de proteção do caranguejo Uçá até o ano de 2019 com a integração das 04 (quatro) Resexs marinhas: Araí-Peroba na cidade de Augusto Corrêa, a Caeté-Taperaçu na cidade de Bragança, a Gurupi-Piriá na cidade de Viseu e a de Tracuateua.

Figura 07: Construindo a linda do tempo “Memórias da terra e do mar”



Fonte: Registrado pela autora.

No segundo dia de oficina, o objetivo era montar uma tabela a partir da visão dos conselheiros representantes dos polos e dos presidentes das associações sobre os desafios encontrados e as possíveis estratégias que poderiam ser adotadas nesses conselhos deliberativos para melhorar seus funcionamentos. O que foi observado com essa atividade é que as duas Resexs marinhas tanto a de Tracuateua como a Caeté-Taperaçu passam por problemas semelhantes como apresenta no quadro (07).

Quadro 07: Desafios e estratégias apresentados pelos conselheiros representantes dos polos e os presidentes das associações das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Tracuateua.

Desafios atuais	Estratégias futuras
Mobilizar e engajar para a participação (Comunidades, comitês, conselheiros, suplentes e ex-conselheiros).	Conversar com as comunidades extrativistas para escolherem os dias de reuniões e diversificar os representantes dos comitês. Mapear os comitês que apresentam fragilidades.
Mobilização dos recursos materiais	Recorrer às parcerias locais, divulgar informação e mobilizar.
Formação de recursos humanos	Educação ambiental e educação regular
Regime interno	Conhecer os instrumentos de gestão
Descumprimento das regras de uso dos recursos naturais.	Conhecer as políticas públicas implementadas nas Resexs marinhas e dialogar com as comunidades extrativistas.
Fortalecimento das representações	Intercambio dos conselheiros com os conselheiros de outras Resexs
Ampliação de informações e comunicação	Conhecer os instrumentos de gestão em conjunto com as comunidades extrativistas e adaptar as regras de acordo com a realidade das comunidades.
Direitos sociais	Incluir nas reuniões gerais um espaço para discutir o cenário político social e cultural.
Funcionamento das regras	O alinhamento da comunicação entre a associação e os conselheiros representantes dos polos e identificar os interesses e as necessidades das comunidades extrativistas.

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com o exposto na oficina para os conselheiros em 2019.

No final da oficina foi feita uma avaliação, onde os conselheiros representantes dos polos e os presidentes das associações descreveram o que a oficina ajudou para o desenvolvimento do trabalho nos conselhos deliberativos. Os pontos mais destacados foram: a) satisfação de estarem reunidos, visto que os conselheiros já não se reúnem mais

com frequência; b) o espaço permitiu resolver algumas questões pessoais entre os conselheiros representantes dos polos e os próprios presidentes das associações, um dos presidentes chegou a pedir desculpas aos conselheiros por deixar a associação chegar ao estado que se encontra, e em outro momento os conselheiros falaram em deixar as divergências de lado para trabalhar em favor da Resex marinha; e c) algumas decisões e ações foram tomadas de forma coletiva, além de responsabilidades que se propuseram em assumir.

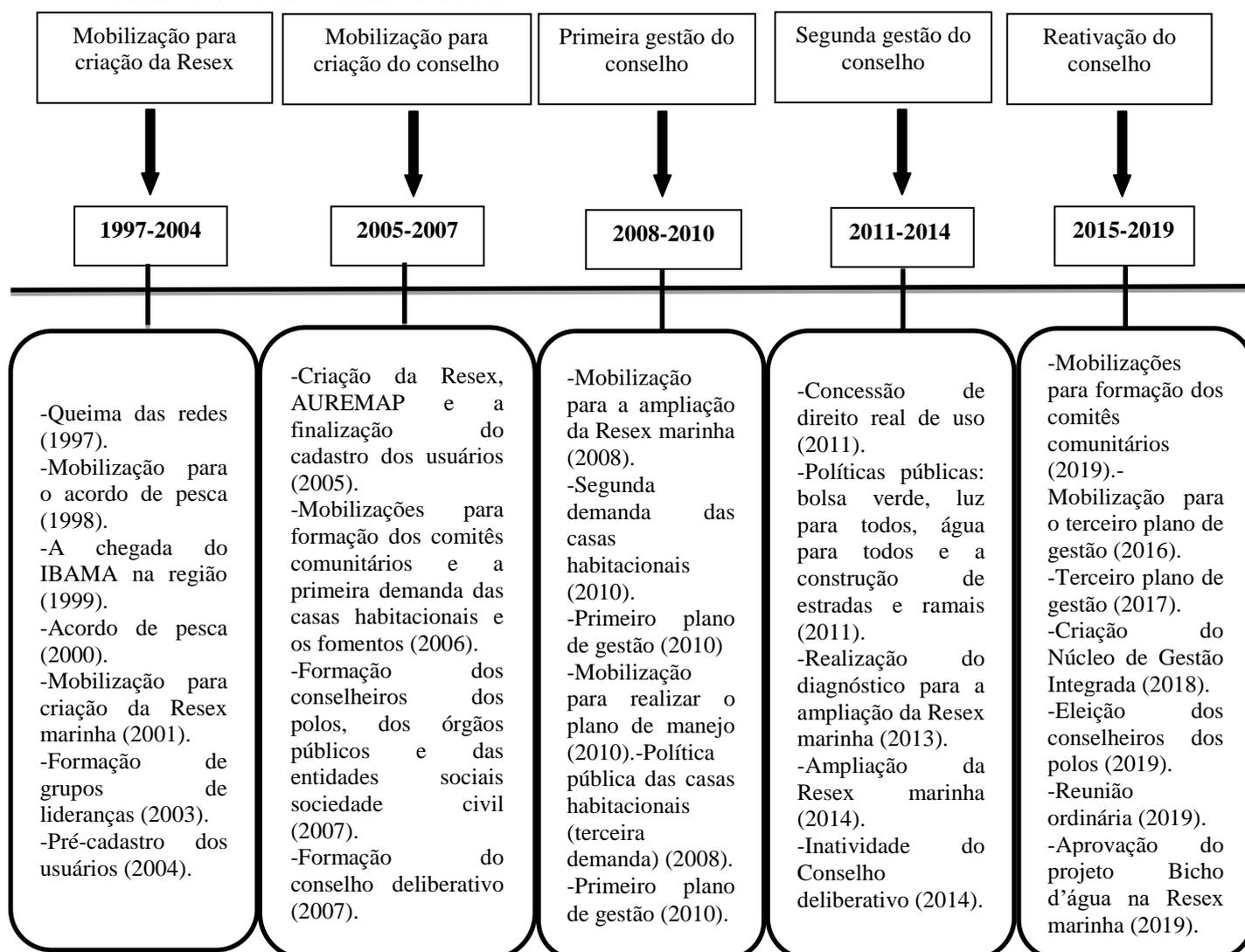
Com relação aos desafios atuais que o conselho deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu vem enfrentando, as estratégias apontadas pelos entrevistados para superar tais desafios, e que o conselho deliberativo volte a funcionar como antes: a) com maiores responsabilidades dos conselheiros que estão distantes, a exemplo do INCRA, EMATER, Prefeitura e outros; b) que os conselheiros representantes dos polos tenham objetivos comuns; c) que o conselho deliberativo consiga resolver as questões das políticas partidárias; e que d) haja articulação e confiança entre os conselheiros das diferentes instâncias.

5 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARAÍ-PEROBA

5.1 A TRAJETÓRIA DE FUNCIONAMENTO DA GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

A Resex marinha Araí-Peroba também é uma das nove (9) Resexs marinhas criadas no estado do Pará. Possui uma área com extensão de 55.555 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco) hectares, que corresponde aproximadamente 50% da área total do município no qual está localizada. A principal atividade desenvolvida nessa Resex marinha é a pesca, contudo foi pesca predatória o motivo da reivindicação para a criação de tal Resex. A figura (08) apresenta em 05 (cinco) fases, a trajetória das principais ações que aconteceram entre a mobilização em 1997 para que se chegasse a um acordo de pesca, até 2019 com as mobilizações para a reativação do seu conselho deliberativo.

Figura 08: Trajetória das principais ações desenvolvidas no funcionamento da gestão do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba



Fonte: Elaborado pela autora.

Optou-se em dividir em 05 (cinco) fases com o objetivo de apresentar as principais ações que foram desenvolvidas, desde o contexto histórico das mobilizações para a criação da Resex marinha, visto que há poucas pesquisas sob tal Resex. Diante desse fato resgata-se a história da Resex marinha e ações que foram desenvolvidas no decorrer do funcionamento do conselho deliberativo para identificar os principais motivos que levaram a sua inatividade.

Fase 01: Mobilização para criação da Resex marinha

A comunidade do Araí no município de Augusto Corrêa passava por um processo de invasão de território, no qual pescadores do município de Bragança e outros municípios vizinhos adentravam nessa comunidade para realizar a atividade de pesca, utilizando-se de equipamentos irregulares, tais como: a pesca de apoitamento⁹, a pesca de fuzarca¹⁰ e a pesca de tapagem¹¹. O uso de equipamentos predatórios começou a incomodar os pescadores daquela região, isso fez com que a comunidade do Araí se mobilizasse para proteger o seu recurso natural e a sua fonte de alimento, o pescado.

Por causa da invasão de pescadores dos municípios vizinhos em 1997 a comunidade do Araí mobilizou-se e organizou a retirada das redes de pesca dos pescadores invasores. Enquanto os homens faziam as fiscalizações e removiam as redes no mar, as mulheres organizavam as redes apreendidas e as guardavam em uma casa que antes servia como base da polícia militar. Nesse período os pescadores chegaram a apreender em torno de 1000 a 2000 metros de redes. Em decorrência dessa ação, no final de 1997 a polícia militar foi à comunidade do Araí para resgatar as redes que haviam sido apreendidas, mas, os moradores dessa comunidade não permitiram que os policiais levassem as redes, e como uma forma de impedir, as redes foram queimadas em praça pública.

Esse fato gerou uma grande repercussão pela região, em decorrência disso em 1998 a comunidade teve o apoio de um capitão da marinha aposentado, que incentivou a comunidade a procurar à marinha do Brasil para um possível acordo de pesca para a proteção dos rios e contra a pesca predatória. Nesse momento a comunidade começa a realizar reuniões com o objetivo de obter o acordo de pesca, entretanto no início de 1999 as

⁹ Considerada uma pesca predatória, é uma rede fixa colocada nos canais dos rios para fechar a “passagem” dos peixes, capturando assim qualquer espécie, quantidade e tamanho.

¹⁰ A fuzarca é uma armadilha fixa de pesca feita por duas espias no em formato de V, suas extremidades se prende a uma rede no formato de funil.

¹¹ É tipo de pesca construído com cercas de varas e pindova para deixar os peixes sem saída.

reuniões perdem força, visto que, é nesse período que o capitão aposentado vai embora da região. No entanto, no final desse mesmo ano, chega pela região à pessoa do Senhor Vergaria (já falecido) e sua equipe (técnicos do IBAMA), atraídos pela história da queima das redes em praça pública.

Com a chegada desses técnicos na comunidade do Araí, as reuniões para obter o acordo de pesca são fortalecidas novamente. Existia um grupo de 05 (cinco) lideranças, entre elas estava à pessoa do senhor Francisco (já falecido), conhecido por “Chico do Araí”, considerado liderança de grande influência na região. O Senhor “Chico do Araí” aliou-se aos técnicos do IBAMA para discutir com os moradores da comunidade o que gostariam de fazer com relação a prática da pesca predatória, nessa ocasião, a comunidade manifestou a pretensão de obter um acordo de pesca.

No final de 1999 os técnicos junto com as lideranças começaram a fazer reuniões não apenas na comunidade do Araí, mas em outras comunidades próximas sobre o acordo de pesca e já incluíam na pauta sobre uma possível criação de uma Resex marinha, contudo naquele momento haviam poucas pessoas interessadas sobre o assunto de criar uma Resex marinha, visto que o foco era um acordo de pesca.

Nos anos 2000 é realizado o acordo de pesca, passando essa região a ser uma das primeiras no Brasil a ter um acordo de pesca em áreas marinhas. O documento foi construído junto com as comunidades envolvidas na causa e de acordo com suas demandas. Depois do levantamento dessas informações, o próximo passo foi registrar e autenticar em cartório o documento, sendo este o primeiro documento em defesa da pesca na região.

Contudo o acordo de pesca foi respeitado apenas por quem construiu ele, ou seja, os pescadores das comunidades, mas não foram respeitados pelos pescadores de outros municípios, com relação a esse problema, em 2001 as reuniões deram continuidade, porém sobre a criação de uma Resex marinha, as primeiras reuniões aconteceram com poucas pessoas nas comunidades conhecidas por Porto do Campo, Araí, Caçada, Cachoeira e o Cedro, cujo objetivo era levar a ideia de unidade de conservação, mas sob o olhar do modelo em áreas marinhas.

Havia o grupo de lideranças engajados e empenhados na criação da Resex marinha, no entanto para criar a Resex marinha era necessário que as comunidades demandassem por isso. Diante dessa situação as lideranças foram para as comunidades falar das vantagens não só ambientais, mas socioeconômicas de se criar uma Resex marinha, e com isso as lideranças começaram a despertar os interesses dos moradores nos anos de 2001 e 2002, período que começa as ações para tirar a documentação dos pescadores, uma vez que, a

maioria não tinha os documentos obrigatórios e sem essa documentação, não poderiam ter acesso aos benefícios de uma Resex marinha.

Em 2003 começaram a criar os grupos de lideranças, cada comunidade¹² tinha um grupo formado por 05 (cinco) lideranças, que estava discutindo sobre a Resex marinha. Período que as reuniões começaram a ganhar forças, visto que antes participavam umas 05 (cinco), 30 (trinta) e 50 (cinquenta) pessoas e depois passa a ter 600 (seiscentas) pessoas e com isso vem os embates com a gestão municipal, pelo fato da Resex marinha ser uma política pública criada pelo governo Lula, o partido oposto do gestor municipal da época. No entanto as lideranças encontram apoio no vice-prefeito que viu a oportunidade de se beneficiar nas próximas eleições.

Em 2004, o INCRA chega nas comunidades que estavam acontecendo as reuniões, para fazer o processo de pré-cadastro das famílias que seriam consideradas extrativistas, o objetivo nesse período das lideranças comunitárias era criar a Resex marinhas até a costa do rio Urumajó¹³, no entanto por causa dos conflitos ocorridos com relação a política partidária com a gestor municipal, ficou negociado que a Resex marinha abrangeria apenas 9 (nove) comunidades, sendo uma das menores unidades de conservação marinhas no Brasil, com apenas 11.479 (onze mil quatrocentos e setenta nove) hectares.

Fase 02: Mobilização para criação do conselho deliberativo

Em 2005 é consolidado o processo de criação da Resex marinha, juntamente com a AUREMAP com a liderança do “Chico do Araí” que assumiu a presidência, nesse mesmo ano o INCRA realiza o cadastro final dos usuários. O que gerou conflitos, visto que a meta de pessoas cadastradas pelo INCRA seria de 1500 (mil e quinhentos) usuários, contudo as lideranças tinham estabelecido nas reuniões que os beneficiados da Resex seriam os que de fato fossem pescadores e vivesse da pesca, mas por ser uma Resex marinha pequena, as pessoas que tinham o perfil de pescadores de acordo com os critérios estabelecidos pelo grupo de lideranças correspondiam a um total de 900 (novecentas) pessoas.

O primeiro conflito foi que poucos pescadores haviam tirado seus documentos, pois não acreditavam que a Resex marinha viesse a acontecer de fato. Quando os órgãos públicos como o INCRA e o IBAMA começaram a estar presente com maior frequência nas comunidades, os pescadores que não haviam tirados seus documentos nas ações que foram desenvolvidas pelas lideranças, queriam de qualquer forma fazer os seus cadastros, e,

¹² As cinco comunidades que iniciaram no processo de mobilização para a criação da Resex.

¹³ Toda a área marinha do município de Augusto Corrêa.

quando tais pescadores eram impedidos de realizá-los, acabavam gerando conflitos com o grupo de lideranças que estavam à frente da consolidação da Resex marinha.

O segundo conflito foi a não realização de reuniões para decidir os novos critérios para alcançar a meta dos 1.500 (mil e quinhentos) usuários impostos pelo INCRA. Com isso, perdeu-se o controle da situação, tanto que houve servidores públicos da região que se cadastraram como pescadores e o IBAMA não acompanhou de perto esse processo de cadastramento, o que gerou conflitos entre os pescadores, os servidores públicos locais, os grupos de lideranças e o INCRA. Visto que o processo de cadastramento foi realizado, mas desrespeitou os critérios que haviam sido estabelecidos pela AUREMAP e as lideranças comunitárias.

O terceiro conflito gerado no ano de 2005 ocorreu na criação da AUREMAP, pois não houve planejamento de como a associação se manteria financeiramente. Não foram estabelecidos critérios e nem o valor fixo a serem pagos pelos associados, o que gerou problemas futuros, visto que as associações têm seus tributos a serem pagos e sem a contribuição dos seus associados era difícil para a AUREMAP se manter.

Em 2006, ocorreram mobilizações para formação do conselho deliberativo, o primeiro passo foi à formação dos comitês comunitários, cada comunidade precisava formar o seu comitê. A cerca de 6 (seis) meses todas as 9 (nove) comunidades já haviam formado o seu comitê. No final de 2006 deu-se início a construção da primeira demanda das casas habitacionais, que chegou ao total de 900 (novecentas) casas construídas, além dos fomentos, como: redes, canoas, geladeiras, *freezers*, máquinas de costurar e outros equipamentos. Em relação a esses primeiros benefícios, foram feitas denúncias pelos extrativistas da Resex marinha, de que haviam servidores públicos da região se beneficiando dos fomentos e as casas. Isso gerou conflitos com a AUREMAP, visto que, algumas das denúncias foram divulgadas pelos meios de comunicação, como: nos programas de rádios, jornais locais e redes sociais.

Em 2007 foram formados 6 (seis) polos na Resex marinha, no segundo semestre desse ano, foram eleitos os conselheiros representantes dos polos e os conselheiros dos representantes órgãos públicos e de entidades sociais, totalizando assim 21 (vinte e um) conselheiros, sendo o ICMBio ocupar o cargo de presidente do conselho deliberativo e o “Chico do Arai” da AUREMAP o cargo de vice-presidente. Com a portaria de nº 42, de 12 de junho de 2007 foi oficializada a formação do conselho deliberativo. De acordo com artigo 2º dessa portaria, o conselho deliberativo foi composto pelas seguintes representações abaixo no quadro (08).

Quadro 08: Composição do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba em 2007.

Órgãos públicos	Sociedade civil organizada	Comunidades extrativistas
ICMBio	AUREMAP	Polo Ipixuna-Cedro
Prefeitura Municipal	STR	Polo Araí
EMATER	Conselho Nacional dos Seringueiros	Polo Porto do Campo
Marinha do Brasil	Movimento dos Pescadores do Pará	Polo Caçada
SECTAM	Igreja Católica	Polo Cachoeira
Museu Paraense Emílio Goeldi	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Polo Itapixuna
Câmara de Vereadores	Colônia de Pescadores	
	Conselho Interativo de Segurança e Justiça	

Fonte: Organizado pela autora de acordo com o artigo 2º da portaria de nº 42, de 12 de junho de 2007.

Fase 03: Primeira gestão do conselho deliberativo

Na primeira gestão do conselho deliberativo, partir de 2007 os conselheiros representantes dos polos e a AUREMAP estavam bastante articulados, visto que havia reuniões a cada 06 (seis) meses, para decidir e deliberar decisões importantes sobre a Resex marinha. Em 2008 foram iniciadas mobilizações para o processo de ampliação da Resex, o objetivo era incluir todas as áreas marinhas do município de Augusto Corrêa. O conselho deliberativo participou de todo o processo de mobilização, realizando reuniões em 33 (trinta e três) comunidades.

O conselho deliberativo organizou as 33 (trinta e três) comunidades em 05 (cinco) polos, sendo eles: polo Urumajó, polo Patal, polo Aturiaí, polo Zé Castor e o polo Nova Olinda. As reuniões tinham como pauta a inserção dessas comunidades à ampliação da Resex marinha, por isso nas reuniões perguntavam-se para os moradores das comunidades se queriam ser incluídos na Resex marinha. Em vista da percepção dos benefícios ocorridos as 9 (nove) primeiras comunidades, os moradores das comunidades apoiavam a expansão dessa Resex.

Em 2009, uma nova gestão assumiu a presidência de AUREMAP para dar continuidade ao projeto de ampliação. No final desse mesmo ano, ocorreu o processo de levantamento de informações nas comunidades para a realização do diagnóstico de ampliação da Resex marinha. Em 2010 ocorreu a construção da segunda demanda das casas habitacionais. No entanto, foram iniciadas a construção de apenas 10 (dez) casas, mas nenhuma delas foi concluída, pois faltou realizar toda a parte de acabamento, além das casas serem construídas sem banheiro. Em decorrência disso alguns dos extrativistas que ganharam as casas acabaram abandonando-as, como mostra nas figuras (09) e (10).

Figura 09: Casa do programa das casas habitacionais **Figura 10:** Casa do programa das casas habitacionais



Fonte: Registrado pela autora.



Fonte: Registrado pela autora.

Ainda em 2010 o conselho deliberativo aprovou o primeiro plano de gestão da Resex marinha e deu início ao processo de mobilização nas comunidades extrativistas para a elaboração do plano de manejo. Ocasão que esse conselho deliberativo enfrenta uma disputa política muito forte pela presidência da AUREMAP, sendo os interesses mais de cunho político do que socioambiental. Essa disputa acaba refletindo dentro do conselho deliberativo, e como consequência a desarticulação dos conselheiros participativos nas reuniões do conselho deliberativo.

Fase 04: Segunda gestão do conselho deliberativo

A partir de 2011 o conselho deliberativo perde força, porque os conselheiros representantes dos órgãos públicos e de entidades sociais que estavam distantes, colocavam dificuldades para participar das reuniões, justificando que a área onde a Resex marinha estava localizada era extremamente longe, as estradas ruins e muitas pontes quebradas até mesmo o próprio ICMBio que ocupava o cargo de presidente desse conselho deliberativo não participava. Contudo, apesar das dificuldades para a reunião do conselho deliberativo, nesse mesmo ano fora concedido o termo de CDRU para as comunidades extrativistas dentro e no entorno da Resex marinha, além de algumas políticas públicas, a exemplo, do “bolsa verde”, “luz para todos” e os recursos federais para infraestrutura, tais como: a construção de estradas vicinais, ramais e pontes.

No ano de 2012 a AUREMAP enfrenta dificuldades financeiras e com isso enfraqueceu a atuação da associação, no mesmo período em que iniciaram brigas políticas

dentro do conselho deliberativo, visto que a Resex marinha passou a ser vista como um instrumento para obtenção de votos no período de eleições, devido às muitas políticas públicas que estavam sendo implementadas e isso atraiu olhares políticos.

Mesmo com o enfraquecimento do conselho deliberativo, em 2013 foi realizado o diagnóstico para a ampliação da Resex marinha, foram realizadas diversas reuniões nas comunidades para fazer o levantamento de informações sobre as seguintes questões: identificação e caracterização da população tradicional, identificação do uso e manejo dos recursos naturais, identificação de comunidades indígenas ou quilombolas na área, identificação de grupos sociais que poderia interferir no processo de ampliação da unidade, análise do impacto econômico com a ampliação Resex marinha e o levantamento de dados e análise dos impactos ambientais. Para a elaboração do diagnóstico e levantamento dos dados foram utilizados digrama de Venn, trabalho em grupo e entrevistadas com algumas comunidades para obter os dados.

Em 2014 é consolidado o processo de ampliação, passando a Resex marinha Araí-Peroba a uma área de extensão de 55.555 (cinquenta cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco) hectares. O processo de ampliação levou em torno de 6 (seis) anos para ser consolidado, porque estava incluído em um processo de criação de outras Resexs marinhas. Nesse mesmo ano de 2014 o conselho deliberativo passou a ficar inativo, os principais motivos foram: a falta de apoio dos conselheiros representantes tanto dos órgãos públicos, quanto de entidades sociais, além de disputa política na AUREMAP.

Fase 05: Reativação do conselho deliberativo

A Resex marinha foi ampliada em 2014, contudo o INCRA ainda não realizou o cadastro das 33 (trinta e três) comunidades que foram incluídas, e as atividades do conselho deliberativo ficaram totalmente inativas. Com essa ampliação houve a ocorrência do êxodo urbano, pois pessoas começaram a se mudar da cidade de Augusto Corrêa para as áreas da Resex marinha. Como consequência desse movimento hoveram impactos diretos ao meio ambiente, tais como: o aumento do desmatamento para a construção de casas e roçados, e a extinção de algumas espécies de animais locais. Esse êxodo urbano aconteceu, porque as pessoas pensavam que iriam se beneficiar dos programas sociais da mesma forma que as 9 (nove) primeiras comunidades se beneficiaram. Com a inatividade conselho deliberativo não houve fiscalizações e as regras sobre essa questão não foram decididas.

Como relata dois entrevistados: “essa área foi ampliada, mas nunca nem foi cadastrada, só foi ampliada, mas nunca veio uma equipe para fazer esse cadastramento,

porque quem é responsável é o INCRA” (Ex-conselho representante do polo da Cachoeira, 2019), “houve grandes áreas desmatadas com o êxodo urbano, as pessoas estavam vindo em busca dos benefícios sociais” (Secretario de agricultura familiar, 2019).

Em 2018 uma nova gestão assumiu a presidência da AUREMAP em parceria com o ICMBio começaram a ser mobilizar para reativar o conselho deliberativo. O primeiro passo foi visitar todas as comunidades dentro e no entorno da Resex marinha, desde as 9 (nove) primeiras comunidades até as 33 (trinta e três) comunidades que foram incluídas depois. O objetivo era falar sobre a importância da Resex marinha e dos comitês comunitários, visto que o problema do conselho deliberativo no início da sua criação foi deixá-lo muito aberto, incluindo membros que residiam na capital do estado (Belém), o que dificultava realizar reuniões para deliberar decisões urgentes. Em 2019 começaram as mobilizações para formar os novos comitês comunitários, para isso, foram realizadas diversas reuniões nas comunidades extrativistas.

5.2 A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DOS EX-CONSELHEIROS

Neste tópico, serão expostos os resultados dos dados da pesquisa, com relação a gestão do conselho deliberativo entre os anos de 2007 a 2013 períodos que esse conselho deliberativo estava funcionando, a partir de alguns critérios da governança, como: participação, gestão compartilhada, as saídas (*outputs*) dos produtos da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo, na visão dos ex-conselheiros.

5.2.1 Participação

Apesar do conselho deliberativo não está funcionando desde 2014, quando em funcionamento este teve uma participação limitada dos conselheiros. Segundo os entrevistados, essa limitação acontecia devido o difícil acesso a Resex marinha, seja pela distância, sejam pelas más condições das estradas e pontes, o que dificultava a participação tanto dos conselheiros que estavam longe como os que estavam na área da Resex marinha, nas reuniões do conselho deliberativo.

Sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas na Resex marinha, os entrevistados apontam que havia a presença de quase 80% dos conselheiros nas primeiras reuniões do conselho deliberativo, contudo no decorrer do tempo esse percentual vai sofrendo declínio gradativamente, devido as dificuldades colocadas pelos conselheiros

representantes dos órgãos públicos, sobre o difícil acesso, o que levou a implicar na participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias.

Nas primeiras reuniões tínhamos a presença de quase todos os conselheiros, mas com a passar do tempo eles começaram a colocar dificuldades, porque o Araí é extremamente longe, estradas ruins, então a dificuldade de acesso começou a dificultar a participação dos membros do conselho deliberativo. O próprio ICMBio não participava, colocava uma série de dificuldade e isso aconteceu com todos os gestores que passaram (Ex-membro da diretoria da associação, 2019).

Então outra coisa que não funcionou foi essa distância e ausência do gestor do ICMBio, em Bragança eles sempre estiveram presente. Eu sempre vejo assim, qualquer unidade o gestor deve está dentro da área, pelo menos duas vezes no mês, para fazer uma visita. Porque o foco maior é no mar (Ex-presidente da associação, 2019).

Outra limitação era a falta de interesse dos conselheiros representantes dos polos e de entidades sociais em participar, o que levava apenas a AUREMAP assumir a responsabilidade de conduzir as situações recorrentes a Resex marinha. De forma que a interação entre os conselheiros acontecia mais quando a AUREMAP recorria com os demais conselheiros de forma individual. Dessa forma a AUREMAP fazia o elo de interação entre os conselheiros e buscava por parceria nas ações que estavam sendo desenvolvidas. Já a interação entre os conselheiros representantes dos polos não existia, visto que na maioria das vezes nas reuniões, os conselheiros ficavam apenas como ouvintes. Como explica um ex-conselheiro.

Quem sempre conduziu as coisas no conselho deliberativo foi a associação, na época do Chico mesmo, ele sempre resolvia tudo, a gente só concordava, porque ele era um homem muito engajado na Resex marinha, estava sempre em busca de benefícios para a população (Ex-conselheiro representante do polo Peroba, 2019).

Com relação aos grupos formados no conselho deliberativo, de acordo com os entrevistados, o grupo que dominava era a AUREMAP junto com os conselheiros representantes dos polos, apesar de que a AUREMAP se responsabilizava em direcionar as coisas, mostrava-se sempre em articulação com os conselheiros representantes dos polos e a prefeitura. Já entre os grupos excluídos desse processo, ficavam os órgãos públicos, como o ICMBio, INCRA, EMATER, marinha do Brasil e outros, e entre as entidades sociais, estavam: as igrejas católicas e Assembléia de Deus, STR e etc. De forma que, tais conselheiros quase nunca participavam das reuniões ordinárias.

5.2.2 Gestão compartilhada

Os ex-conselheiros demonstraram ter certo entendimento sobre a Resex marinha. Ao questioná-los sobre a missão do conselho deliberativo, obteve-se as seguintes respostas: “esse conselho deliberativo foi criado porque o governo exigiu, então éramos obrigados a ter um, para deliberar questões mais gerais”; “o conselho deliberativo ele é bem maior que

os comitês, ele tem status, porque os comitês comunitários e como se fossem os representantes de cada comunidade específica, já o conselho ele é um instituição maior, que vai ter várias representações”; “a responsabilidade desse conselho é deliberar”; “o objetivo do conselho deliberativo era deliberar aquilo que pode ou não fazer na Resex marinha. Então criar o conselho deliberativo era necessário”.

Com relação a cooperação no conselho deliberativo, no início da sua criação (2007) grande parte dos conselheiros estavam empolgados com o desenvolvimento das ações e das políticas públicas, contudo no decorrer do tempo, foi-se perdendo o apoio dos conselheiros e do próprio presidente do conselho deliberativo. A cooperação foi enfraquecida no momento que as políticas públicas foram extinguidas. Outra questão que levou ao enfraquecimento da cooperação foi saída do Sr, “Chico do Arai” da presidência da AUREMAP para assumir cargo político no município (vereador).

O Chico era a cabeça de tudo, estava sempre engajado e lutando pela gente, pela Resex marinha, pelos benefícios, pena que depois que ele nos deixou, tudo mudou. (Ex-conselheiro representante do polo Araí, 2019).

Quando digam que o Chico deixou um problema, eu digo não. Ele vivenciou um problema, e não teve a oportunidade de resolver. Na verdade o que faltou naquela época, no início do conselho deliberativo foi estratégias, e é o que falta também hoje, chegar nas pessoas que mais utilizam do meio ambiente, porque quando se pensa em um projeto, precisa está todo mundo junto (Ex-conselheiro representante de entidade social, 2019).

Com relação ao planejamento das ações, planos, objetivos e regras da Resex marinha desde 2007 até o ano de 2013, os entrevistados apontam que o planejamento para as ações e os objetivos eram determinados nas reuniões organizadas pelo conselho deliberativo e pela AUREMAP. Já as regras, elas não foram decididas coletivamente e claramente, visto que estas ficavam restritas apenas a diretoria da AUREMAP. Outro ponto apontado pelos entrevistados era que o conselho deliberativo nunca exerceu de fato suas funções estabelecidas nos decretos, como relata uma Ex-conselheira entrevistada.

Na Resex Araí-Peroba o conselho deliberativo nunca funcionou direito, mas de 2014 pra cá ele parou de funcionar completamente. É como isso a Resex marinha não se desenvolveu como as demais Resexs marinhas, como a de Viseu, Tracuateua e Bragança. Essa Resex marinha ficou parada, sem plano de manejo, sem nada (Ex-conselheira representante de órgão público, 2019).

O plano de manejo chegou a ser construído, mas não foi aprovado. Os entrevistados não souberam explicar os motivos da não aprovação, o que constam é a existência de acordos de pesca com regras mais internas, sendo as principais: não é permitido pescar nas cabeceiras, pesca de tapagem e o uso veneno.

O plano de manejo, que até hoje nunca saiu. Ainda veio uma equipe, que era uma empresa que tinha que fazer, só fizemos uma reunião sobre esse plano de manejo, mais aí foram e não voltaram mais, acho que foi falta de recurso (Ex-conselheiro representante do polo Cachoeira, 2019).

Com relação as parcerias, o conselho deliberativo tinha parceria com a prefeitura municipal, AUREMAP e o INCRA a partir de 2008. Em 2013 com a nova gestão municipal, o conselho deliberativo não teve apoio nenhum da prefeitura, apesar dessa gestão ser do partido do PT, devido aos conflitos políticos entre a gestora municipal e o presidente da AUREMAP, a prefeitura não apoiou o conselho deliberativo.

No início tanto o conselho deliberativo, como da Resex marinha teve todo apoio de deputado, do presidente, mas depois foram ficando esquecidos, principalmente entre 2013 a 2016 que mesmo a prefeita sendo do lado do PT, nunca apoio a gente da Resex marinha, e hoje a Resex marinha está abandonada, e eu não sei como eles vão fazer para levantar novamente (Ex-conselheiro representante de entidade social, 2019).

Com relação ao processo de negociação, os entrevistados apontam que tal processo nem sempre acontecia, devido o vice-presidente do conselho deliberativo trabalhar com uma visão centralizada, visto que na maioria das vezes nas negociações quem estava à frente era a AUREMAP. Quanto a construção das pautas das reuniões no conselho deliberativo, 100% dos entrevistados apontaram a AUREMAP como a responsável em fazer as pautas das reuniões, os conselheiros chegavam dar algumas sugestão, mas no geral era feito pela entidade.

Quanto à transparência no repasse de informações para as comunidades extrativistas, 100% dos entrevistados afirmam que no funcionamento do conselho deliberativo a transparência das informações não acontecia de forma clara. Ao perguntar sobre a frequência das reuniões nas comunidades extrativistas, 70% dos entrevistados relataram que sempre aconteciam as reuniões, apenas 30% dizem que tais reuniões eram difíceis de acontecer.

As decisões nesse conselho deliberativo aconteciam por meio de votação, mas ao perguntar a quem as decisões privilegiavam, 80% dos conselheiros representantes das entidades sociais e dos polos apontaram que privilegiam apenas alguns grupos específicos, logo o grupo ligado a diretoria da AUREMAP, apenas 20% afirmaram que tais decisões privilegiam a Resex marinha como o todo. O principal motivo relatado pelos entrevistados era a política partidária entre os membros do conselho deliberativo.

Na visão dos entrevistados, uns dos fatores que levaram a inatividade do conselho deliberativo em 2014, foram: a) a ausência dos conselheiros representantes de órgãos públicos, a exemplo do INCRA e a marinha do Brasil e o ICMBio que estava distante da Resex marinha, e dos conselheiros que estão localizados no município de Augusto Corrêa tais como câmara dos vereadores, EMATER, secretaria de pesca e meio ambiente; b) a política partidária que sempre existiu, desde a criação da Resex marinha, visto que Augusto

Corrêa é uma cidade onde existe muita disputa política; c) a visão centralizada do conselho deliberativo e a d) saída do primeiro presidente da AUREMAP.

Com a soma de todos esses fatores o conselho deliberativo não conseguiu manter-se ativo, segundo as avaliações feitas pelos ex-conselheiros entrevistados com relação a inatividade do conselho desde 2014, teve como consequência o não desenvolvimento da Resex marinha seja nas questões ambientais, seja nas questões socioeconômicas quando comparada com as demais Resexs marinhas que foram criadas no mesmo ano (2005).

5.2.3 Saídas (*outputs*) dos produtos da governança

Os produtos que foram coproduzidos ao longo do funcionamento da gestão do conselho deliberativo foram: um plano de gestão em 2010, elaborado pela AUREMAP junto aos conselheiros representantes dos polos; a elaboração do plano de manejo em 2010 (este só não foi aprovado), elaborado por uma equipe técnica contratada em parcerias com a AUREMAP e os conselheiros representantes dos polos; e um diagnóstico para ampliação da Resex 2013, elaborado pela ICMBio em parceira com a AUREMAP.

A partir das entrevistas com os ex-conselheiros é possível identificar um avanço com relação a infraestrutura nas áreas da Resex marinha, contudo ao conhecer algumas comunidades foi possível observar algumas falhas, tais como: alguns ramais não foram concluídos, pontes não terminadas (figura 11), estradas foram construídas dentro de área de mangue (figura 12), algumas casas foram construídas sem banheiros e sem o acabamento final.

Figura 11: Ponte do Azoíçal



Fonte: Registrado pela autora.

Figura 12: Ramal contruido pelo INCRA



Fonte: Registrado pela autora.

5.2.4 Resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo

Quanto a eficiência relacionada às políticas públicas implementadas no decorrer do funcionamento do conselho deliberativo, os entrevistados afirmam que estas atenderam as necessidades das comunidades extrativistas, a exemplo, do programa “luz para todos”, o “Bolsa verde”, “as casas habitacionais” e as construções de estradas e ramais que foram realizadas através das parcerias com a prefeitura e o INCRA, que permitiu a população extrativista ter acesso aos serviços básicos como educação, saúde, e meios para escoamento da sua produção.

Hoje nas comunidades temos pouquíssimas casas de barro e palha, graças a essas casas que veio para os moradores da Resex marinha, que apesar de não estarem prontas, mas ajudou muita gente (Ex-conselheiro representante do polo Cachoeira, 2019).

No governo do Lula, depois que saiu o decreto da Resex marinha, o Lula investiu muito nas áreas de Resex marinha, com a construção de estradas, melhorou os ramais, construiu pontes novas. Então, tudo isso foi muito satisfatório para a população extrativista. Já o governo da Dilma foi feito o programa “bolsa verde”, um programa que ajudou muito as comunidades (Ex-conselheiro representante de órgão público, 2019).

Sobre a eficiência nas regras estabelecidas no plano de gestão, os entrevistados relatam que tal eficiência deixou a desejar, visto que estas não eram efetivas na prática. Com relação à legitimidade, 100% dos entrevistados relatam que as comunidades extrativistas reconheciam mais a AUREMAP como um espaço para solucionar seus problemas, do que o próprio conselho deliberativo.

Com relação à aprendizagem coletiva dos ex-conselheiros representantes dos polos e de entidades sociais ao longo do funcionamento do conselho deliberativo, os entrevistados apontam que 55% aprenderam trocar experiências e conhecimentos entre si; 35% aprenderam ter uma visão mais clara dos desafios da Resex marinha, com relação ao planejamento, implementação e avaliação dos planos e projetos que foram desenvolvidos; e apenas 10% aprenderam a negociar e dialogar com o poder público.

5.3 A GESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOB A ÓTICA DAS LIDERANÇAS

Neste tópico serão expostos os resultados dos dados da pesquisa com relação a gestão do conselho deliberativo entre os anos de 2007 a 2013 sob a ótica das lideranças extrativistas, que não fazem parte do conselho deliberativo, mas que tem o conhecimento sobre como ocorria o funcionamento do conselho deliberativo a partir dos critérios: participação, as saídas (*outputs*) dos produtos da governança e os resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo.

5.3.1 Participação

De acordo com as lideranças, o conselho deliberativo foi criado em 2007, mas nunca não foi muito atuante devido o difícil acesso a Resex marinha, alguns órgãos não eram participativos, e com isso, a AUREMAP acabava resolvendo todas as questões, dando destaque a liderança do “Chico do Araí” como a pessoa que organizava tudo. Outro ponto exposto pelas lideranças extrativistas são as dificuldades com a política partidária que estava por trás desse conselho deliberativo, o que sempre prejudicou o seu funcionamento.

Olha pra mim o conselho deliberativo era o Chico, ele tinha uma equipe sim, mas quem estava sempre a frente era ele, na época do Chico, ele não ficava só esperando do governo, ele sempre tomava a frente de tudo (Liderança extrativista da vila do Araí, 2019).

Olha o conselho deliberativo dessa Resex marinha se resume no Chico, porque era ele quem sempre resolvia tudo, do poder público não tinha ninguém. Então esse conselho deliberativo foi pouco falado (Liderança extrativista da vila da Caçada, 2019).

O conselho deliberativo foi muito fraco, eles falam muito e poucos fazem. O maior problema da Resex marinha é a política que esta por trás dela. Agora que eles falaram que Nova Olinda ficou fazendo parte da Resex marinha em 2014, eu tenho quase certeza que não vai funcionar, até porque na visão das pessoas a Resex marinha só presta se tiver dinheiro ou algum benefício financeiro, se não tiver nada disso então não presta (Liderança extrativista da vila de Nova Olinda, 2019).

As lideranças extrativistas também expõem que o processo de ampliação que aconteceu em 2014 se deu através do sistema *top-down*, uma vez que, o único objetivo era uma visão política, logo, não foi uma decisão que partiu das comunidades extrativistas, e isso fica evidente nas entrevistas com as lideranças extrativistas da área que foi ampliada. Visto que muitas dessas lideranças nem sabiam que estavam fazendo parte de uma área de preservação ambiental. Outra questão colocada pelas lideranças entrevistadas foi a forma como que trabalharam com as comunidades extrativistas o conceito de Resex marinha, trazendo mais uma ideia de assistencialismo do que de sustentabilidade.

Essa ampliação em 2014 eu entendo que seja por um olhar político, porque esses políticos daqui estão sempre querendo se promover. Então foi uma decisão que foi decidida e planejada de cima pra baixo, porque muitas comunidades nem sabem se estão dentro de uma Resex marinha (Liderança extrativista da vila do Bacanga Porto, 2019).

A lógica de Resex marinha era pra ser de produção de forma sustentável e não de assistencialismo, mas os políticos viram na Resex marinha uma forma de obter voto, tanto que o próprio Chico foi vereador, alguns prefeitos que apoiaram o grupo já pensando em se dá bem (Liderança extrativista da vila de Nova Olinda, 2019).

O assistencialismo é citado pelas lideranças extrativistas, pelo fato de que foram entregues aos extrativistas uma série de benefícios, como os fomentos e os programas sociais. Contudo, não foram realizadas atividades educacionais de conscientização

ambiental e nem houve uma aprendizagem coletiva, visto que acabou sendo limitadas a atividades consideradas apenas como assistencialismo. As regras sobre a Resex marinha foram construídas de forma centralizadas, sem levar em consideração a opinião e a realidade das comunidades extrativistas, logo as regras foram novamente construídas no sistema *top-down*, e quando essas regras chegam prontas nas comunidades para que sejam cumpridas, elas não são acatadas, uma vez que, as comunidades extrativistas ao não se sentirem contempladas nas novas regras, acabam por não obedecê-las.

As lideranças extrativistas têm conhecimento da existência do conselho deliberativo e da sua importância para o desenvolvimento da Resex marinha, no entanto as lideranças afirmam que não existe e nunca existiram articulações entre os polos e as comunidades extrativistas, pois quem sempre resolvia tudo era o “Chico do Araújo”, ex-presidente da AUREMAP. Quanto ao engajamento das comunidades extrativistas no desenvolvimento das ações coletivas, as lideranças apontam apenas o levantamento das famílias beneficiárias do “bolsa verde” em 2008.

Esse negócio de articulação nunca teve aqui, não sei se vai ter daqui pra frente, porque agora que o atual presidente da associação está parecendo aqui, o ICMBio começou a aparecer, parece que coisas vão da certo agora (Liderança extrativista da vila da Caçada, 2019).

Com relação a representatividade dos membros do conselho deliberativo, as lideranças relatam a importância das visitas nas comunidades extrativistas, uma vez que, sem acompanhar de perto as comunidades as quais representam, não tem argumentos para defender e buscar por melhorias. Sem reuniões com a base, não pode representar eficientemente, por isso é importante conversar e ouvir as comunidades extrativistas, o que não aconteceu por parte dos ex-conselheiros representantes dos polos. Diante desse fato, para as lideranças extrativistas a quem tinha uma maior representatividade era a AUREMAP.

5.3.2 Saídas (*outputs*) dos produtos da governança

De acordo com as lideranças entrevistadas, esse conselho deliberativo não foi muito coprodutivo, devido sua centralidade em conduzir a decisões, houve alguns produtos como a construção de estradas e ramais, casas habitacionais e os programas sociais (bolsa verde e luz para todos). Contudo estes não foram coproduzidos de maneira coletiva.

5.3.3 Resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo

Com relação a eficiência do conselho deliberativo, as lideranças extrativistas relatam que houve satisfação das comunidades extrativistas com relação às políticas públicas, uma vez que, trouxe melhorias nas condições de vida para os moradores da Resex marinhas. Já com relação a eficiência para o lado ambiental, esta deixou a desejar, visto que, faltou trabalhar mais a conscientização.

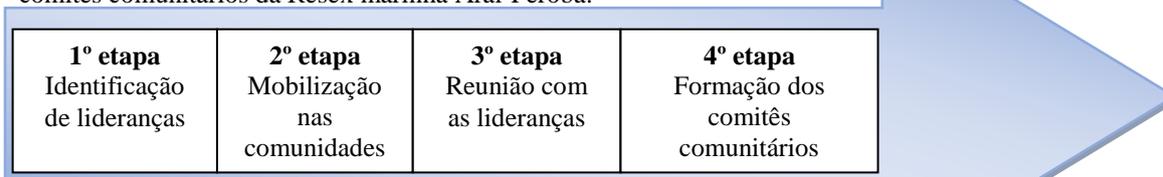
Com relação a transparência do repasse das informações, isso era uma tarefa desenvolvida pela AUREMAP. Quanto a legitimidade do funcionamento do conselho deliberativo, as primeiras 9 (nove) comunidades extrativistas tinham o conhecimento do conselho deliberativo, no entanto as 33 (trinta e três) comunidades que entraram com ampliação de 2014, não tinham nenhum conhecimento. Contudo, todos tem o conhecimento da AUREMAP e do trabalho desenvolvido pelo Sr. "Chico do Araí".

Olha o conselho deliberativo não nunca foi tão atuante, quem tinha maior reconhecimento pela população era a associação. Digo isso na época do Chico, porque depois tinha muito interesse por trás, principalmente os interesses políticos (Liderança extrativista da vila do Araí, 2019).

5.4 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA REATIVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No final de 2018, depois que saiu a portaria do NGI, o ICMBio em parceira com a AUREMAP deram início ao processo de mobilização para a reativação do conselho deliberativo, a pesquisa acompanhou até a conclusão da primeira fase (formação dos comitês comunitários) em 2019, o objetivo dessa primeira fase era percorrer toda área da Resex marinha para identificar as lideranças e mobilizá-los para formação dos comitês comunitários, sendo essa primeira fase composta por 4 (quatro) etapas, como apresenta a figura (13) a seguir:

Figura 13: Etapas realizadas no processo de mobilização para formação dos comitês comunitários da Resex marinha Araí-Peroba.



Fonte: Elaborada pela autora.

A primeira etapa foi visitar todas as comunidades extrativistas pertencente à área da Resex marinha, essa etapa durou em torno de 4 (quatro) a 6 (seis) meses, o seu objetivo era identificar todas as lideranças das comunidades, a fim de informá-los sobre a Resex marinha, sua ampliação em 2014 e a importância dos comitês comunitários. Durante essa

etapa foram observados dois pontos: o primeiro é que as lideranças das comunidades extrativistas que pertencem a área Resex marinha a partir de 2014 não têm nenhum conhecimento sobre Resex e desconhecem fazer parte de tal área. O segundo ponto observado é que quando o assunto Resexs marinhas é tratado, as lideranças extrativistas já relacionam aos benefícios sociais, o que confirma que essa Resex marinha se voltou apenas para o assistencialismo.

A segunda etapa foi mobilizar as comunidades extrativistas para realizar reuniões, cuja pauta era discursar com a comunidade como todo, sobre a importância da Resex marinha para o lado ambiental e social, e a importância da formação dos comitês comunitários - como grupos que representariam os interesses dessas comunidades dentro do conselho deliberativo. Entre as comunidades extrativistas que aconteceram essas reuniões, estavam: a Ilha do Coco (figura 14) e a vila do Ipixuna (figura 15).

Figura 14: Reunião na Ilha do Coco



Fonte: Registrado pela autora.

Figura 13: Reunião na vila do Ipixuna



Fonte: Registrado pela autora.

Nessa etapa observou-se que a comunidade extrativista do Ipixuna mesmo fazendo parte da área da Resex marinha desde 2005 demonstrou desconhecer o que é uma Resex marinha, visto que ao serem questionados sobre o que seria uma Resex marinha, os extrativistas presentes na reunião não souberam responder. A comunidade da Ilha do Coco (pertence à área de Resex marinha a partir de 2014) demonstrava ter um conhecimento maior sobre a Resex marinha. A comunidade extrativista aproveitou o momento para relatar alguns conflitos com os pescadores da Resex marinha vizinha a Caeté-Taperaçu, uma vez que, tais pescadores invadiam o território dessa comunidade com equipamento de pesca irregular.

A terceira etapa foi realizar reuniões apenas com as lideranças das comunidades extrativistas, cujo objetivo era apresentar as finalidades de um comitê comunitário, momento que foram distribuídos *folders* descrevendo passo a passo da formação de um comitê comunitário, bem como houve palestras sobre o conceito de Resexs marinhas e os motivos pelos quais existem. Uma das comunidades extrativistas onde aconteceram essas reuniões foi na comunidade extrativista de Nova Olinda (figura 16), nessa ocasião estavam reunidas diversas lideranças extrativistas e vereadores da região para se discutir questões dessa Resex.

Figura 16: Reunião na vila de Nova Olinda



Fonte: Registrado pela autora.

Observou-se que nessa etapa houve uma discussão mais profunda com relação ao passado, presente e futuro sobre a Resex marinha Araí-Peroba, contudo sempre levando para um lado mais político, surgindo algumas acusações indiretas e questionamentos sobre como passaria a ocorrer à gestão do conselho deliberativo, quem tomaria a frente e o que ganhariam com isso. O que levar a concluir o que os interesses individuais nessa Resex marinha novamente estão acima dos interesses coletivos, assim como aconteceu no ano 2005 na criação, no ano de 2014 com a ampliação e em 2019 com a reativação do conselho deliberativo.

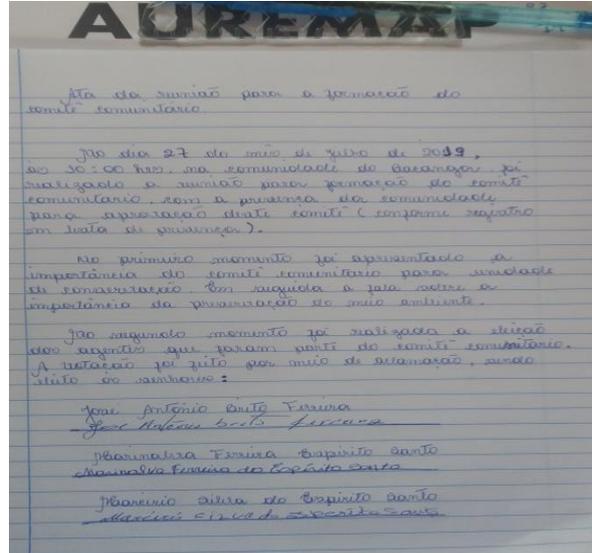
A quarta etapa aconteceu a formação dos comitês comunitários que reuniu lideranças, moradores e o atual presidente da AUREMAP, nessa etapa foi realizada a votação das lideranças para compor o comitê comunitário. Depois da votação foi registrado em ata tudo o que aconteceu na reunião de formação do comitê comunitario e os nomes dos membros do comitê comunitário e suas assinaturas, como demonstra o registro fotográfico realizado na comunidade extrativista do Bacanga Porto (figura 17 e figura 18). Ficando a responsabilidade

do presidente da AUREMAP de encaminhar esse documento para que o ICMBio possa protocolar e validar o documento.

Figura 17: Reunião para formação do comitê **Figura 18:** Ata da reunião formação do comitê comunitario



Fonte: Registrado pela autora.



Fonte: Registrado pela autora.

Observou-se duas questões importantes nessa etapa, a primeira a de que poucas lideranças extrativistas queriam se candidatar para fazer parte do comitê comunitário, seja pelo fato de ser funcionário público da prefeitura e por isso o medo de problemas com a gestão municipal, seja pelo fato de ser visto pela comunidade como a pessoa que passaria a ficar em evidência por denúncias para o ICMBio ou para a AUREMAP das atividades irregulares que fossem praticadas na comunidade extrativista. A segunda questão é falta de interesse da comunidade em participar, uma vez que, nessa comunidade há entorno de 25 (vinte e cinco) famílias, mas apenas 12 (doze) chefes de família compareceram na reunião, tendo em vista que o objetivo da reunião era reunir toda a comunidade extrativista.

6. O CONSELHO DELIBERATIVO ENQUANTO ESPAÇO DE DELIBERAÇÕES NAS RESEXES MARINHAS CAETÉ-TAPERACU E ARAÍ-PEROBA NA REGIÃO BRAGANTINA

Neste tópico será exposto a discussão dos resultados da pesquisa, o objetivo é analisar e comparar o papel dos conselhos deliberativos na promoção da gestão dos bens comuns e a governança territorial sob a ótica da gestão social nesses espaços deliberativos, levando em consideração que estes deveriam ser espaços de participação, empoderamento, dialogicidade, compartilhamento de responsabilidade e de poder entre atores sociais e governamentais.

6.1 O PAPEL DOS CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS E SOCIAIS NOS CONSELHOS DELIBERATIVOS

Tanto o conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu, como o da Resex marinha Araí-Peroba foram criados no ano de 2007. Esses conselhos foram criados de acordo com as normativas sendo composto por representantes de instituições e entidades governamentais, e não governamentais, cujos objetivos eram promoverem espaços de diálogos, negociação, transparência e parcerias; além de elaborar o regimento interno, definir o calendário das reuniões, informar e mobilizar os conselheiros e a comunidade extrativista em geral, atender as demandas, e garantir que as decisões sejam de caráter participativo.

Tendo o presidente (ICMBio) e o vice-presidente (associações) dos conselhos deliberativos a responsabilidade de garantir a participação dos demais conselheiros na elaboração das regras tanto interna do conselho deliberativo, como as de uso comum das Resexs marinhas, para que venham serem efetivas na prática; os polos responsáveis pela elaboração, avaliação e execução dos planos, ações e atividades; os demais órgãos públicos, sejam, eles federais, estaduais e municipais são co-responsáveis pela elaboração, avaliação e execução das regras; e as demais entidades sociais são co-responsáveis também pela elaboração, avaliação e execução das regras, haja vista que são entidades representativas dos interesses dos extrativistas e pescadores locais. No quadro (10) apresenta o papel dos conselheiros de acordo com as normativas e os resultados encontrados em campo.

Quadro 09: O papel dos conselheiros de acordo com as normativas e os resultados encontrados em campo.

Composição do conselho deliberativo		Papel dos conselheiros/ normativo	Papel dos conselheiros/ resultado de campo	
			Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba
Órgão gestor na	ICMBio	Elaborar e organizar	Preside as reuniões;	A partir de 2017, o

presidência do conselho deliberativo		os documentos e as atividades do conselho; articular e direcionar as reuniões e assembléias gerais.	convoca os conselheiros para as reuniões; assegura à presença dos conselheiros dos polos, através de transportes e alimentação para que possam participar das reuniões e demais atividades.	ICMBio passa a se articular, direcionar as reuniões, visitar as comunidades que pertence a Resex marinha e realiza atividades.
Órgãos públicos	INCRA	Realizar o cadastro RB; administrar o financiamento do PNRA, política pública das casas habitacionais e de infra-estrutura; além de expedi a CDRU.	Fez o cadastramento das famílias no RB; avaliação e seleção das famílias aptas para ter acesso ao financiamento do PNRA; financiou a política das casas habitacionais; e expediu o termo de concessão de uso aos extrativistas.	Fez o cadastramento das famílias no RB; avaliação e seleção das famílias aptas para ter acesso ao financiamento do PNRA; financiou a política das casas habitacionais; e expediu o termo de concessão de uso aos extrativistas para as comunidades pertencentes a Resex marinha criada em 2005, depois da ampliação em 2014 o INCRA não atuou.
	Câmara de Vereadores	Apoiar e incentivar as atividades e verbas destinadas a Resex marinha, além de participar das reuniões do conselho deliberativo.	Ausente nas reuniões e ações com relação ao conselho deliberativo.	Ausente nas reuniões e ações com relação ao conselho deliberativo.
	Prefeitura Municipal	Participar das reuniões do conselho deliberativo, apoiar as ações que acontecem na Resex marinha e o repasse das verbas federais para construção das estradas, pontes e abertura de ramais.	Não participa assiduamente das reuniões; apoio limitado as ações desenvolvidas; e as verbas federais para infraestrutura, só aconteceu depois de alguns conflitos.	Destinou as verbas federais para infraestrutura, contudo não participava e não participa das reuniões.
	EMATER	Dar assistência técnica aos agricultores nas áreas que pertence a Resex marinha. Além de participar das reuniões do conselho deliberativo.	Órgão pouco atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.	Órgão pouco atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.
	SEMA	Participar das reuniões na tentativa de planejar metas e elaborar políticas públicas de inclusão	Órgão pouco atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.	Órgão não atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.

		social e produção socioambiental.		
	UFPA	Participar das reuniões do conselho deliberativo, na tentativa de desenvolver pesquisas e projetos na Resex marinha.	Elabora projetos e oficinas para o conselho deliberativo, realiza pesquisas científicas e forma grupo de estudos.	Órgão não atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.
Entidade na vice-presidente do conselho	Assuremacata AUREMAP	Gerenciar os recursos advindos de políticas públicas para a Resex marinha, mobilizar e participar das reuniões para defender os direitos dos seus associados.	Já foi atuante e assídua nas reuniões e ações do conselho deliberativo, contudo por motivos de partidarismo, tal entidade perdeu a credibilidade diante dos seus associados.	Gerenciou os recursos advindos das políticas públicas, buscava parcerias, presidia as reuniões do conselho deliberativo e organizava as atividades que foram desenvolvidas.
Sociedade civil organizada	SPA	Participar das reuniões para representar os pescadores artesanais que residem em áreas de Resex marinha.	Entidade pouca atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.	Entidade não atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.
	STR	Participar das reuniões do conselho deliberativo; defender os direitos dos usuários da Resex marinha que são agricultores familiares associados do sindicato.	Entidade não atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.	Entidade não atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.
	CONFREM	Desenvolver e articular estratégias para o reconhecimento e garantia dos territórios extrativistas costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica.	Entidade pouca atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.	Entidade pouca atuante com relação às ações e projetos desenvolvidos para a Resex marinha.
População tradicional	Oito polos formados na Resex marinha Caeté-Taperaçu	Informar as comunidades extrativistas pertencentes de cada polo, das decisões e ações dos conselhos deliberativos, bem como levar as demandas das comunidades para dentro do conselho deliberativo.	Conselheiros representantes dos polos já foram articulados e mobilizados nas atividades do conselho deliberativo.	
	Cinco polos formados na Resex marinha Araí-Peroba			Conselheiros representantes dos polos poucos articulados e mobilizados nas questões do conselho deliberativo.

Fonte: Elaborado pela autora.

O ICMBio começa exercer seu papel com maior efetividade no conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu a partir de 2010, período que o escritório do órgão se instala no município de Bragança. Já no conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba essa efetividade no desempenho do seu papel começa a partir de 2017 com objetivo de reativar o conselho deliberativo. O INCRA e as prefeituras municipais nos dois conselhos deliberativos atuaram mais na infraestrutura, já com relação aos processos de elaboração das regras internas dos conselhos deliberativos (plano gestão) e das regras de uso comum (plano de manejo no caso da Resex marinha Caeté-Taperaçu), estes atuaram de forma coadjuvante, haja vista que, não participaram diretamente.

A Câmara de Vereadores apesar de ter o papel de apoiar e incentivar as atividades e verbas destinadas a Resex marinha, este foi e pouco atuante nos conselhos deliberativos, embora em ambos os conselhos deliberativos tivessem ex-presidentes das associações, que foram eleitos a vereadores municipais, pois ao se elegerem deixavam seus cargos nos conselhos deliberativos, e com isso não usavam seus novos cargos para beneficiar aqueles que os elegeram, no caso os extrativistas, haja vista que, existe um descontentamento por parte das populações extrativistas em ambas as Resexs marinhas sobre os ex-conselheiros que assumiram cargos políticos municipais.

A EMATER, SEMA, SPA, STR e CONFREM foram e são poucos atuantes no conselho deliberativo da Caeté-Taperaçu, principalmente no conselho deliberativo da Araí-Peroba que não houve participação nenhuma desses órgãos tanto nas reuniões com nas atividades desenvolvidas. A UFPA no conselho deliberativo da Caeté-Taperaçu seu papel voltou-se para a elaboração de projetos e pesquisas científicas na Resex marinha, contudo pouco participativo com relação ao processo de tomada de decisão e negociação nas reuniões. Já no conselho deliberativo da Araí-Peroba não teve nenhuma atuação, seja em projetos, seja em pesquisa, seja em ações.

As associações Assuremacata e AUREMAP, atuam de forma assídua no desenvolvimento das atividades dos conselhos deliberativos. Contudo na Resex marinha Caeté-Taperaçu por motivos de partidarismo a Assuremacata perdeu a credibilidade diante dos seus associados, o que levou a um enfraquecimento no desempenho do seu papel. Já a AUREMAP, por não ter um conselho deliberativo atuante com suas atividades, era a responsável por conduzir tudo na Resex marinha Araí-Peroba, o que acarretou em uma gestão centralizada.

Quanto aos conselheiros representantes dos polos, no conselho deliberativo da Caeté-Taperaçu apesar de atualmente estarem desmotivados quanto ao funcionamento

desse conselho deliberativo, no entanto tais conselheiros passaram por treinamentos, já estiveram articulados e mobilizados no desenvolvimento de seus papéis. Quesito que faltou nos conselheiros representantes dos polos do conselho deliberativo da Araí-Peroba, uma vez que, foram poucos atuantes com o desenvolvimento de seus papéis, haja vista que faltou engajamento, voluntarismo e uma consciência de coletividade.

O SNUC descreve dois princípios importantes sendo eles: o da impessoalidade e do interesse público que são fundamentais para os conselhos deliberativos nas Resexs marinhas, no entanto com relação ao princípio da impessoalidade, nos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba haviam pessoas e grupos ligados a diretoria das associações que estavam sendo privilegiadas. Já com relação ao princípio de interesse público, em ambos os conselhos deliberativos os interesses pessoais estavam acima dos interesses coletivos.

É possível observar através da trajetória de funcionamento da gestão do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba, que tal conselho deliberativo não alcançou sua missão, uma vez que, sua real situação é a falta de uma estrutura física e organizacional, falta de conselheiros comprometidos, falta de voluntarismo, falta de corresponsabilidade, falta de entendimento do papel dos conselheiros e falta de uma gestão descentralizada. Já no conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu, através de sua trajetória é notório que tal conselho deliberativo se encontra desmobilizado, devido uma série de conflitos ao longo do tempo que não foram solucionados.

6.2 O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

A definição dada da participação por Bordenave (1983) é “fazer parte e tomar parte de algo”. No entanto para que essa participação dos conselheiros venha acontecer, principalmente os representantes dos polos, antes é necessário informar um conjunto de indicadores como mobilização, protagonismo, interação entre os atores, papel dos conselheiros, grupos de interesses e engajamento.

A análise que foi conduzida mostrou que no conselho deliberativo da Caeté-Taperaçu estes indicadores já estiveram fortalecidos até o início de 2014, porém atualmente (2019) a mobilização e o engajamento se encontram enfraquecidos, devido diversos motivos que vão desde aos conflitos políticos, desinteresse dos conselheiros, divergência entre Assuremacata e os polos até a falta de políticas públicas; o protagonismo social também se encontra enfraquecido, visto que os conselheiros representantes dos polos e

entidades sociais apresentam-se apenas como ouvintes nas reuniões do conselho deliberativo; a interação entre os atores acabou devido os conflitos entre os conselheiros representantes dos polos e a Assuremacata; o grupo de interesse atualmente é formado pelo ICMBio e os polos como grupo dominante, já os grupos excluídos são aqueles que não participam das reuniões do conselho deliberativos (conselheiros representantes de entidades sociais e órgãos públicos).

Já no conselho deliberativo da Araí-Peroba, tais indicadores nunca foram efetivos na prática. Haja vista, que a falta de mobilização entre os ex-conselheiros ocorreu devido o difícil acesso a Resex marinha, os conflitos políticos, o desinteresse dos conselheiros e a falta de políticas públicas; a falta de efetividade do protagonismo se deu, pois o conselho deliberativo dessa Resex não foi atuante; a responsável em fazer a interação era a AUREMAP que recorria aos demais conselheiros de forma individual, já entre os conselheiros representantes dos polos não existia; por ser a AUREMAP a responsável em conduzir e resolver as questões da Resex marinha, não foram identificados a formação de grupos dominantes e excluídos; pelo fato de conselho deliberativo não ter sido atuante na Resex marinha, não houve engajamento dos conselheiros representantes dos polos, o que levou a inatividade desse conselho deliberativo. No entanto, a nova gestão da AUREMAP junto ao ICMBio estão trabalhando com a mobilização dos ex-conselheiros representantes dos polos, de entidades sociais e órgão público na tentativa de reativar o conselho deliberativo.

Quanto à gestão compartilhada nos conselhos deliberativos, de acordo com as normas constitucionais, é dever do Estado e da sociedade civil defender e preservar o meio ambiente, visto que cabe ao poder público, implementar políticas públicas destinadas à preservação e conservação do meio ambiente, enquanto que a sociedade civil tem o dever de controlar e avaliar as políticas públicas. Para tanto é necessário um conjunto de indicadores, tais como: parcerias, gerenciamento de conflitos, negociação e transparência.

No conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu, a transparência nas informações encontra-se enfraquecida, as parceiras que ainda permanecem é com a UNESCO, Rare e os comitês comunitários. As decisões acontecem por meio de votação, contudo não favoráveis a Resex marinha como todo, mas a grupos específicos, já com relação ao processo de negociação se restringe ao ICMBio, a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, por ser estes os que mais presentes nas reuniões do conselho deliberativo. Os conflitos mais frequentes foram ligados a: ausência de órgãos públicos (prefeitura, INCRA, EMATER e marinha do Brasil); o plano de manejo elaborado

de forma tecnicista e centralizado; falta de comunicação entre os conselheiros; a escolha dos beneficiários dos programas sociais; política partidária; e a falta de atuação da Assuremacata. Conflitos esses que vem se perpetuando desde a criação do conselho deliberativo e não foram solucionados, pois faltou mecanismo eficiente para gerenciar tais conflitos.

Por sua vez, a situação sobre a gestão compartilhada no conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba não era muito diferente, tal conselho deliberativo, apresenta carência de parcerias e de transferência nas informações. As decisões também aconteciam por meio de votação, já o processo de negociação se restringia ao AUREMAP que atuava de forma individual com os demais conselheiros para as negociações importantes na Resex marinha. Os conflitos mais frequentes foram: ausência de órgãos públicos (prefeitura, ICMBio, INCRA, EMATER, universidades e marinha do Brasil), falta de comunicação entre os conselheiros, a falta de clareza nas definições das regras estabelecidas; a forma como aconteceu a escolha dos beneficiários dos programas sociais, e a política partidária.

A trajetória de funcionamento dos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba são marcadas por constantes conflitos, os mais frequentes foram de cunho político e social. Sobre esses conflitos, Losekann (2012) descreve três explicações: dificuldade de priorizar as exigências ambientais quando vai contradizer os interesses econômicos; caráter consultivo, quando deveriam ser deliberativo; e a baixa qualidade das deliberações.

De fato, questões que foram observadas nos dois conselhos deliberativos, visto que apesar de tais conselhos deliberativos terem caráter deliberativo na teoria, na prática esses espaços apresentam-se mais de caráter consultivo, logo não apresentam um local de discussão de diferentes opiniões, o que vai limitar a gestão coletiva, tanto no âmbito da decisão como de colaboração e parcerias. Um exemplo disso, é que na maioria das vezes quem construía ou constrói as pautas das reuniões, em um conselho deliberativo era o ICMBio e no outro era o AUREMAP. De forma que os conselheiros representantes dos polos apenas estavam presentes nas reuniões para aprovar ou reprová-las, decisões já pré-estabelecidas.

Olha, hoje as coisas estão sendo decididas assim, coloca as coisas no quadro e ficam falando isso pode, se maioria aceitar ok, se a não aceitarem aí é descartada, ou seja, não tem mais aquela discussão que era antes (Conselheiro representante do polo Caratateua, 2019).

Os conflitos gerados nos conselhos deliberativos das duas Resex marinhas assemelham-se, alguns dos conflitos chegaram até ao ministério público, como foi o caso

do conflito entre conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu e a prefeitura municipal sobre os desvios das verbas, segundo os conselheiros representantes dos polos essa verba era destinada para a construção de estradas e ramais, contudo um entrevistado representante da prefeitura relata que esse fato não é verídico. Segundo o entrevistado, o problema é que esse conselho deliberativo é altamente político, e as acusações aconteceram devido o gestor municipal da época apoiar partido oposto do conselho deliberativo.

Tivemos muitos conflitos com a prefeitura, principalmente por causa da verba que veio para as estradas e ramais. Então quando o conselho deliberativo percebeu que as estradas não iam sair, foi pra cima da prefeitura, e tiveram que devolver o dinheiro, porque essa verba pertencia às comunidades, por isso nos reunimos e deliberamos em ata e depois encaminhamos ao Ministério Público (Ex-conselheira representante do polo Tamateua, 2019).

Ao se falar da Resex marinha Caeté-Taperaçu automaticamente se falar em politicagem. Alguns anos atrás o antigo gestor municipal teve alguns problemas com o conselho deliberativo dessa Resex marinha, porque eles estavam alegando que o prefeito tinha desviado uma verba, quanto que na verdade não foi isso que aconteceu. O fato é que com isso houve uma quebra na relação da prefeitura com o conselho deliberativo (Representante da prefeitura municipal da cidade de Bragança, 2019).

Identifica-se que em ambos os conselhos deliberativos não conseguiram gerenciar seus conflitos e como isso veio o enfraquecimento de um e a inatividade do outro. Questões que Arns (2009) descreve que em uma instância de governança sempre haverá disputas de interesses e conflitos, contudo é necessário medir os conflitos para que os mesmos não venham interferir no desenvolvimento dos conselhos deliberativos.

Quanto às saídas (*outputs*) dos produtos da governança, no conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu houve maior produção com relação aos planos (de utilização, manejo e gestão) sendo 01 de plano de utilização, 03 planos de gestão, 01 diagnostico para elaboração do plano de manejo e 01 plano de manejo; Além de políticas públicas adaptadas, sobretudo a política pública das casas habitacionais. Diferente do conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba que teve apenas 01 plano de gestão, 01 diagnostico para ampliação e 01 diagnostico para elaboração do plano de manejo. Essa diferença na produção nas duas Resexs marinhas se dá pelas questões de maior incidência de participação, mobilização e engajamento dos conselheiros representantes dos polos e entidades sociais, além das parcerias com universidades e organizações sociais e públicas que teve no conselho deliberativo da Caeté-Taperaçu e que faltou no conselho deliberativo da Araí-Peroba.

Com relação aos resultados (*outcomes*) do funcionamento do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu, sobre à eficácia nas políticas públicas algumas chegou a ser, a exemplos, das casas habitacionais e o Bolsa Verde, já sobre às regras estabelecidas no

plano de manejo essa eficácia não aconteceu. A legitimidade desse conselho deliberativo encontra-se enfraquecida, haja vista que entre os anos 2007 a 2013, as comunidades extrativistas reconheciam o conselho deliberativo como um espaço para solucionar seus problemas, contudo atualmente a visão que se têm do conselho deliberativo é que já não existe mais tal conselho. Quanto à aprendizagem coletiva entre os conselheiros voltaram-se mais para uma visão mais clara dos desafios da Resex marinha, a negociação e diálogo com o poder público.

Já no conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba, a eficácia em seu funcionamento deixou a desejar, seja com relação às políticas públicas e infraestrutura, seja com relação a regras estabelecidas no plano de gestão e de uso comum da Resex marinha, uma vez que, tais regras não foram efetivas na prática. Esse conselho deliberativo desde a sua criação em 2007 não foi legitimado, devido a sua pouca atuação, por isso a AUREMAP era mais reconhecida como um espaço para solucionar os problemas, do que o próprio conselho deliberativo, o levou para uma pouca aprendizagem coletiva entre os conselheiros.

Em síntese é possível observar que nos conselhos deliberativos, os princípios da tomada de decisão coletiva, dialogicidade, transparência nos processos decisórios, entendimento e emancipação estão deixando a desejar. Os autores Cançado, Tenório e Pereira (2011) e Cançado (2011) apresentam esses elementos como fundamental para o desenvolvimento da gestão social. Contudo as realidades atuais dos conselhos deliberativos da Resex marinha Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba não estão correspondendo com tais elementos, haja vista que a emancipação não aconteceu no conselho deliberativo da Araí-Peroba, pois com término das políticas públicas, os conselheiros representantes dos polos foram se desmobilização, o que identifica um forte assistencialismo.

6.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO COLETIVA EM TERRITÓRIO DE USO COMUM

Ao analisar a trajetória do funcionamento da gestão do conselho deliberativo na Resex marinha Caeté-Taperaçu, percebe-se que houve de certa forma uma participação da população extrativista quanto a construção das regras do plano de utilização, além de alguns questionamentos e conflitos sobre regras estabelecidas no plano de manejo, que também foi identificado por Silva Júnior et al. (2014). Haja vista que foram decididas de forma centralizada, por não levar em consideração a opinião dos extrativistas e pelo fato do documento está em uma linguagem técnica. Peres (2011) descreve que não basta apenas deixar a linguagem acessível para que termos técnicos usados sejam entendidos e

compreendidos, precisa construir o diálogo com a população, com base nos diferentes saberes, uma vez que, há diferenças entre o olhar técnicos sobre os recursos naturais e o olhar compartilhado pelas populações tradicionais.

A gente queria muito que fosse criado como a gente discutiu com os pescadores, mas quando olhamos o documento estava tudo em uma linguagem técnica. O que chateou bastante, porque queríamos que ficasse um vocabulário que a gente entendesse, de acordo com os nossos conhecimentos, afinal era um plano que seria nosso, então deveria está falando a nossa língua. (Ex-conselheira representante do polo Tamatateua, 2019).

No conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba faltou efetividade e participação da população extrativista, haja vista que, faltou representação e repasse de informação para os extrativistas, pois muitos não sabem o significado de uma Resex marinha e muito menos que residem dentro de uma. Esse fato aconteceu devido essa Resex marinha ter sido ampliada em um sistema *top-down*, levando em consideração apenas interesses políticos como meio de obter votos, através de promessas a população extrativista que nunca foram cumpridas. Quando deveria ter acontecido através do *bottom-up*, logo um desejo da própria população extrativista que houvesse a ampliação da Resex marinha.

Nesse conselho deliberativo, observam-se questões pontuadas por Olson (1965) com relação aos *free riders*, pouco voluntarismo na preservação e produção dos bens comuns. Visto que os interesses individuais estavam acima dos interesses coletivos, um exemplo disso foi grandes áreas desmatadas devido um fenômeno que aconteceu, chamado de êxodo urbano, as pessoas da cidade estavam indo para a área da Resex marinha em busca de benefícios sociais, e isso acarretou na super-exploração, devido as regras não terem sido bem definidas. Pois nessa Resex marinha, o plano de manejo não chegou a ser aprovado, contudo sua elaboração também foi bem criticada devido às diversas regras construídas em cima de saberes técnicos, ignorando assim os saberes tradicionais. Questões que contraria o ponto de vista de Ostrom (1990), visto que segundo a autora para existir uma gestão coletiva eficiente, é necessário que as regras e mecanismos sejam estabelecidos e implementados com a participação de maior número de atores possível.

A Resex marinha vai dá uma rede e uma canoa para o cara pescar, também vai dá geladeira, fogão, energia, uma estrada, então essa parte é boa, porque ela vai suprir as necessidades, mais aí vamos ter que assumir uma responsabilidade de uma série de regras que os caras não estão acostumados a trabalhar, são tantas regras que às vezes é quase impossível de cumprir (Liderança extrativista da vila de Nova Olinda, 2019).

Com a implantação das Resexs marinhas, houveram algumas regras estabelecidas sem a participação dos extrativistas, chegando apenas pronta para que tais acatassem as

regras pré-estabelecidas (os planos de manejos e os acordos de pescas). Com isso, na maioria das vezes as regras não são respeitadas pelas comunidades extrativistas, pois não houve a participação dos que são afetados diretamente com as novas regras. Isso acarretou em conflitos, pois território antes de ser considerada uma Resex marinha é a moradia da população tradicional e já existem suas próprias regras, com relação a coleta do caranguejo, o manejo da pesca e o extrativismos. Sob essa ótica Vasconcelos e Lima (2016) descrevem um dos maiores conflitos gerados, são as regras que são impostas com a implantação das Resexs marinhas, pela relação que existe entre o homem e o meio em que vive, dá uma noção de pertencimento, logo o espaço como seu território.

Essa centralização nas regras contraria o que diz no artigo 3º da Instrução Normativa do conselho deliberativo, na qual define: que as diretrizes para a elaboração do plano de manejo devem ocorrer com a transparência dos processos e adequação a cada realidade; deve ser levado em consideração o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental, cultural e econômica das populações tradicionais; a promoção dos meios necessários adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão (BRASIL, 2007).

Essa contradição na elaboração das regras, gerou vários conflitos, por exemplo, na Resex marinha Caeté-Taperaçu, a população extrativista não respeita o plano de manejo, por não se sentir representado no plano, devido ter sido elaborado em um sistema *top-down*, quando deveria ser no sistema *bottom-up*. Sob essa questão Peres (2011) descreve que existe um empate entre os saberes, de um lado as autoridades ambientais que valorizam os saberes científicos emitidos nas portarias, e do outro as populações que relutam por não serem ouvidos e nem levado em consideração seus saberes tradicionais.

Eu critiquei muito o plano de manejo, porque nós fizemos uma maratona de discussões nas comunidades extrativistas para falar do plano de manejo, depois que ficou pronto, nós trouxemos uma demanda de informações, para uns caras que vieram para escrever o plano de manejo lá de Brasília, que não entendia nada da nossa realidade (Ex-conselheira representante do polo Tamateua, 2019).

Uma Resex marinha é instrumento de política pública, que deve ter como base o reconhecimento das competências das populações tradicionais, que são exercidas através de seus saberes e práticas. Esse reconhecimento resulta em um contrato social, econômico e político entre o Estado e as comunidades. Contudo devido a onipresença de práticas político-partidárias levaram à perda de vitalidade nas atividades das duas Resex marinhas. Nos dois casos ocorreram os mesmos efeitos: déficit de participação, problemas com confiança na qualidade das informações, a predominância das práticas assistencialistas e o descaso relativo à noção de bens comuns, entre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais fatores que levaram a dificuldade de funcionamento do conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu e a inatividade do Araí-Peroba se assemelham, a falta de visão e entendimento da missão do conselho deliberativo, e a falta da construção de uma consciência coletiva, o que levou para uma disputa de política partidária; desarticulação entre os conselheiros representantes dos polos e as associações, seja por conflitos, seja por falta de interesse de participar; a falta de apoio de conselheiros representantes dos órgãos públicos, tais como: INCRA, prefeituras, câmaras de vereadores, IBGE, Marinha do Brasil, UFPA e ICMBio (no conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba a justificativa dada era devido a distância e o difícil acesso a Resex marinha); uma gestão centralizadora no conselho deliberativo da Araí-Peroba; interesses pessoais de quem estavam à frente das negociais; a falta de políticas públicas; e a falta de empoderamento dos conselheiros representantes dos polos da Resex marinha Araí-Peroba.

Nas duas Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, identifica-se que existe e existiu sim espaço para que os conselheiros representantes dos polos, de entidades sociais e dos órgãos públicos, tivessem direito a voz e voto, contudo apenas esses quesitos não os classificam como espaços democráticos, se o processo de decisão não for descentralizado e feito com transparência, levando em consideração que a gestão nesses espaços é compartilhada, logo exige efetividade na participação dos conselheiros. Outro ponto importante que vale apenas atenta-se são os rótulos democráticos que os conselhos deliberativos das Resexs marinhas propagam, quando que na verdade é apenas uma manipulação para obter objetivos pessoais.

É notório que a trajetória de funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos das duas Resexs marinhas é marcada por constantes conflitos que não foram resolvidos, que apesar da governança territorial ser uma inovação social, nos conselhos deliberativos da Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba trata-se de uma governança ainda em fase de experimentação na prática, pois foram identificados arranjos institucionais enfraquecidos e participações não efetivas dos conselheiros representantes dos polos e de entidades sociais no processo de decisão que impossibilita atuação da governança territorial.

A partir dos critérios sobre a gestão dos conselhos deliberativos, identifica-se que no conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu apesar de estar enfraquecido hoje, já houve uma articulação e cooperação entre a Assuremacata, os conselheiros representantes dos polos e dos órgãos públicos, pois através da trajetória desse conselho

deliberativo mostrou toda uma organização dos conselheiros representantes dos polos com a Assuremacata, que foi enfraquecida com os conflitos e com a chegada do ICMBio tomou uma lógica mais centralizada.

Já o conselho deliberativo da Resex marinha Arai-Peroba, sua gestão sempre teve dificuldades de funcionamento devido seu difícil acesso e menos acessíveis aos conselheiros, além de ex-conselheiros representantes dos polos têm dificuldades de falar sobre a Resex marinha, principalmente com relação aos processos decisórios, as tomadas de decisões, o significado de se criar uma Resex marinha e principalmente sobre o papel de um conselheiro. O que acabou levando para um assistencialismo, pois na visão dos ex-conselheiros representantes dos polos a Resex marinha é para se beneficiarem de políticas públicas assistenciais, como casas habitacionais, programas sociais e fomentos (eletrodomésticos, barcos, redes de pescar e entre outros).

Observa-se que tanto o conselho deliberativo da Resex marinha Caeté-Taperaçu como o conselho deliberativo da Resex marinha Araí-Peroba, apresentam-se desafios quanto aos instrumentos de gestão, principalmente com relação à transparência na comunicação, visto que, observou-se uma desconfiança entre os conselheiros, devido as diversas omissões de informações importantes ao longo do funcionamento da gestão dos conselhos deliberativos, seja entre os próprios conselheiros, seja entre os conselheiros representantes dos polos e as comunidades extrativistas. Além da falta de parcerias, articulação, capacitações e treinamentos para conselheiros, bem como a falta de habilidades na negociação de conflitos e conselhos deliberativos mais com caráter consultivo, quando deveria ser deliberativo.

Há também desafios quanto à atuação da governança territorial, principalmente por envolver intermediação que acontece através dos conselheiros a nível local (representantes dos extrativistas, da prefeitura, das associações locais, das igrejas e etc.) e em nível estadual e nacional (representantes da EMATER, do ICMBio, do INCRA, do Museu Paraense Emílio Goeldi e outros). Para Dallabrida (2010) essa forma de multinível, tem como desafios englobar todas as particularidades dos conselheiros em diferentes níveis.

Nesse sentido, nas Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba existem as inter-relações entre os territórios das Resexs marinhas e os territórios dos municípios, onde estão localizadas, haja vista que existe uma relação de poder, que exigem parcerias para realizar planejamento participativo, com um olhar sistêmico sobre as especificidades das comunidades extrativistas, para provocar mudanças nas políticas públicas sejam elas de cunho social ou ambiental, e assim garantir a efetividade no controle social, o que vai

refletir na elaboração dos planos de gestão e manejo, e na estrutura das organizações dos espaços deliberativos. No entanto o problema maior são as disputas eleitorais nos municípios, que na maioria das vezes gera uma relação de conflitos, devido à troca de favor que existe com os conselheiros, que vai desde obras realizadas até os favores pessoais.

Nessa perspectiva, Fernandes (2008) descreve que o território rural é mais um instrumento de dominação através das políticas neoliberais do que de construção social, visto que, as comunidades rurais por terem menor poder político, logo terão mínima participação no processo de tomada de decisão nas políticas públicas, mesmo que o discurso sejam o “empoderamento”. As questões expostas pelo autor são notários nos contextos históricos das duas Resex marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba.

Cabem aos conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, colocarem em prática as alternativas dadas por Ostrom (1990) dos arranjos institucionais e a criação das regras internas (planos de gestão) e regras de uso comum (plano de manejo) serem de forma coletiva, além de participação ativa e efetiva, comprometimento, voluntarismo, conscientização ambiental e a mobilização. De maneira geral um dos maiores desafios nos dois conselhos deliberativos da Caeté-Taperaçu e da Araí-Peroba, é o gerenciamento de forma coletiva dos recursos comuns dos territórios de Resexs marinhas, seja pela falta de compreensão da missão do conselho deliberativo, seja por não saber lidar com os conflitos ou por ter objetivos individuais quando deveriam ser coletivos. Além criar regras de funcionamento dos conselhos deliberativos e dos arranjos institucionais que não foram bem estabelecidas o que comprometem a eficiência e eficácia da gestão desses territórios.

Por outro lado há estratégias gerenciais que pode ajudar no funcionamento dos conselhos deliberativos Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba, tais como: a pauta deve ser construída em encontros que antecede a reunião geral dos conselhos deliberativos, de forma que todos os presentes contribuam significativamente na construção da mesma; as datas das reuniões gerais devem ser agendadas e as convocatórias devem ser enviadas com bastante antecedência para que todos se programar para participar; utiliza-se de materiais de apoio, a exemplos dos *folders* e cartilhas, contudo deve está em uma linguagem acessível aos presentes. Além de utilizar meios de divulgar as atividades dos conselhos deliberativos para a população, seja através de jornais locais, seja através de reuniões periódicas com a comunidade local, além da capacitação dos conselheiros representantes dos polos e de entidades sociais em negociação de conflitos e mobilização social com o objetivo de

diminuir a assimetria de informação e o conhecimento entre os conselheiros de diferentes instâncias.

Há estratégias também sobre os conselhos deliberativos da Caeté-Taperaçu e da Araí-Peroba trabalharem mais a questão de incentivar os conselheiros representantes dos polos a participarem no processo de decisões, para que estes venham estarem mobilizados, articulados e participativos, bem como haver integração dos conselheiros entre as 4 (quatro) Resexs marinhas que foram integradas e assim obter uma aprendizagem coletiva a partir da realidade de cada Resex marinha. Além de promover espaços deliberativos, com descentralização desde construção das pautas das reuniões até na avaliação de políticas públicas.

Levando aos conselheiros representantes dos polos, de entidades sociais e órgãos públicos terem uma consciência de seus direitos e deveres, e assim serem capazes de reconhecer a importância da sua participação nas ações e projetos recorrentes as Resexs marinhas para que as normas e regras não sejam elaborados no sistema *top-down*, e sim no sistema *bottom-up*. Pois através desse entendimento dos conselheiros, é possível desenvolverem habilidades de compreender a Resex marinha de forma geral para se permitir ter uma análise coerente e não apenas sob um olhar político, o que vai refletir no gerenciamento dos conflitos, uma vez que a missão dos conselhos deliberativos em território de Resex marinha é uma coprodução das normas seja das ações, seja dos projetos, seja dos planos de manejo e de gestão, e não o assistencialismo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, G. A.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú-Volume II-Planejamento das Unidades**. 2012. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/...planos-de-manejo/resex_caete_taperacu_pm_diag.pdf. Acesso em: 15/07/ 2018.
- ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. de A. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 13, p. 021-040, 2016.
- ARNS, P. C. Governança democrática e desenvolvimento territorial: avanços e limites das iniciativas brasileiras. In: ZAPATA, T. (org.). **Desenvolvimento local e a nova governança**. Recife: IADH, 2009.
- BASTOS, V. V. de S. *et al.* **Governança em Territórios Rurais: Uma análise do Território da cidadania Borborema – PB**. In: II Seminário Internacional: novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável. Recife, Anais, pág. 01-15, 2012.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.
- BOTREL, M. de O. et al. Entre a gestão pública e a gestão social de bens culturais no Brasil. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, vol. 01, n. 02, pág. 41-54, set. 2011.
- BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais.**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- BRASIL. **Decreto de nº 6040, de 7 de fev de 2007**. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponíveis em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 20/02/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso em: 20/03/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 25/04/2019.
- BRASIL – **Instrução Normativa nº 02, de 18 de set de 2007**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf>. Acesso em: 13/06/2018.
- BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de jul de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.

BRASIL. **Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989.** Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7804.htm. Acesso em: 15/07/2019.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. n. 1, dez, 2008.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125-146, 2013.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 09, n. 03, pág. 313-353, set/dez 2013.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R.. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, vol. 09, n. 03, pág. 681-703, 2011.

CANTO, O. do et al. Conflitos sociambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N. da; OLIVEIRA NETO, A. da C.; SOBREIRO FILHO, J. **Perspectiva e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais**. Belém: GAPTA/UFPA, v. 01, pág. 87-114, 2018.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; e MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre Território e Desenvolvimento Territorial. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; e MALUF, R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2009, pág. 25-45.

CHAMY, P. **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade**. In: Encontro nacional da ANPPAS. Brasília, Anais, pág. 01-11, 2008.

CONTENTE, A. da C. P. Bragança: um breve olhar sobre a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. **Amazônica Revista de Antropologia**, vol. 05, n. 03, pág. 682-706, 2013.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento Territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Revista: IPEA regional, urbano e ambiental**. Pág. 23-37, dez. 2009.

COSTA, G. B. et al. **Percepção das lideranças sobre governança nas reservas extrativistas do Estado de Rondônia**. In: 8º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Set, Santa Cruz do Sul/RS, Anais, pág.01-14, 2017.

COUDEL, E.; TONNEAU, J. P.; PIRAUX, M. Articular dispositivos de formação et de governança: Um desafio para o desenvolvimento. **Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, vol. 29, n. 01, pág. 143-153, 2010.

CRONKLETON, P., PULHIN, J. M., SAIGAL, S. Co-management in Community Forestry: How the Partial Devolution of Management Rights Creates Challenges for Forest Communities. **Conservation and Society**, v. 10, n. 2, p. 91-102, 2012.

CUNHA, C. C.; e LOUREIRO, C. F. B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, n. 20, Pág. 169-1985, 2009.

CUNHA, L. H. de O. **Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade**. In: Encontro Intercultural Povos do Vale do Ribeira: Paisagem e Cultura. (mês) Ilha Comprida/SP, Anais, pág.01-42, 2001.

- DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 15, n. 03, pág. 165-186, 2010.
- DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. In: I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE). Anais, 2011.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 01, n. 02, pág. 73-98, jul./dez. 2003.
- DIAS, T. F.; DE PAIVA, J. A. Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais Brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, vol. 1, n. 3, pág. 91-105, 2015.
- DUMITH, R. de C. A inserção das Unidades de Conservação na legislação ambiental brasileira: um olhar especial sobre o histórico e a gestão das Reservas Extrativistas. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 12, pág. 147-172, 2013.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**, 2008. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/entrando-nos-territorios-do-territorio.pdf/view>. Acesso em: 20/06/2019.
- FERRÃO, J. Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos. In: FERREIRA, A. et al. (Orgs). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano rurais**. Rio de Janeiro, Consequência, pág. 255-282, 2013.
- FERREIRA, Y. C. de S. M. L.; SOBRINHO VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. de A. Co-gestão em Reserva Extrativista na Amazônia: inovação social para sustentabilidade? O caso da Resex Terra Grande do Pracuúba, Estado do Pará. **P2P e Inovação**, vol. 03, n. 01, pág. 91-109, 2016.
- FISCHER, T. **A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação**. In: Congresso Internacional Del Clad Sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Anais, pág. 01-13, 2002.
- FUINI, L. L. A governança territorial e suas manifestações: Arranjos Produtivos Locais (APLS) e circuitos turísticos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, vol. 13, n. 01, pág. 9-22, 2013.
- GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- GONÇALVES, M. T.; KAUCHAKJE, S.; MOREIRA, T. A. Modalidades de gestão social no Brasil. **Situ-Revista Científica do Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano**, vol. 01, n.02, pág. 131-154, 2015.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, vol. 29, pág. 11-24, jan 2003.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, vol. 162, pág. 1244-1248, abr. 1968.
- HENRICHES, J. A.; DE MEZA, M. L. F. G.. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 09, n. 01, pág. 124-138, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/augusto-correa/panorama>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia para Gestão e Conselhos. Brasília**, 2014.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo socioambiental referente à proposta de ampliação da reserva extrativista marinha Araí-Peroba, Estado do Pará**. 2014. Disponível em: www.icmbio.gov.br/.../Estudo_Socioambiental_Ampliacao_Resex_Arai-Peroba_PA. Acesso em: 09/07/2018.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. de A. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 17, pág. 1469-1478, 2012.

KASANOSKI, D. S. **Bolsa verde: benefício social e incentivo à conservação ambiental?**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. UnB, Bahia, pág. 119, 2016.

LIMA, L.; SILVA, L. X. da; e DAL FORNO, M. A. R. A Evolução Histórica dos Conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, vol. 01, n. 01, 2014.

LOPES, E. C. A. **Estratégias e experiências de participação: um estudo com usuários da Resex marinha Caeté-Taperaçu em Bragança/Pará**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da UFPa, Belém, pág. 126, 2016.

LOSEKANN, C. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./abr. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, R. P. **Possibilidades e obstáculos a co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Federal de Santa Catarina, 2009.

MELLINGER, L.; FLORIANI, D. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná. **Ambiente & Sociedade**, vol. 18, n. 2, pág. 1-22, 2015.

MILANO, Y. de M. R. As implicações do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso para Gestão de uma reserva extrativista Marinha. **Revista de Direito dos Monitores da Universidade Federal Fluminense**, vol. 1, n. 11, pág. 59-75, 2011.

OLIVEIRA, V. A. R. de; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos Ebape. br**, vol. 08, n. 04, pág. 613-626, 2010.

OLSON, M. The logic of collective action. Cambridge, MA: **Harvard University Press**, pág. 186, 1965.

OSTROM, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, **New York: Cambridge University Press**, pág. 280, 1990.

PERES, A. da C. **Estudo Antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFPA, Belém, pág. 300, 2011.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. **Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)**. In: Congresso Internacional da Rede de Gestão Territorial para o desenvolvimento Rural: eu construo um paradigma. Colômbia, Anais, 2015.

PIRES, E. L. S. **Desenvolvimento e governança territorial no Brasil: Conceitos, modalidades e perspectivas**. In: Congresso Iberoamericano de Estudos territoriais e ambientais. São Paulo, Anais, 2014.

PIRES, E. L. S. *et al.* **A Governança Territorial no Brasil: Conceitos e Modalidades. In: I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE)**. Anais, 2011.

PIRES, E. L. S. Território, Governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 02, n.38, pág. 24-49, ago/dez, 2016.

RÊGO, R. S. **Entre redes: Um estudo do sistema de representação e atuação do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Cururupu**. Monografia. (Bacharel em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Maranhão, pág. 75, 2016.

RISSO, L. C. A importância das reservas extrativistas para a discussão mundial de conservação da natureza. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, vol. 06, n. 01, jan/jun, 2012.

SANTOS, J. L. dos. Reserva Extrativista como Alternativa para a Sustentabilidade Local: O caso da RESEX Marinha Maracanã - Pará. In: IV Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Brasília, Anais, 2008.

SANTOS, À. M. dos; CHAVES, D. A.; e NOGUEIRA, K. de N. do S. Os recursos de uso comum e a formação de Resex Marinha na Região Amazônica: A Resex Arai Peroba (PA). **Revista Caribeña de Ciências Sociais** (2016). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/01/resex.html>. Acesso: 08 de junho de 2018.

SANTOS, A. M.; e SIMONIAN, L. T. L. RESEX Marinha Gurupi-Piriá e políticas públicas educacionais. **Revista: Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 42, pág. 308-327, dez, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. 3º ed. São Paulo, Hucitec, 1991.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, pág. 88-125, jan/jun 2004.

SILVA, J. B. da; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento, Meio Ambiente**. Vol. 33, pág. 163-175, 2015.

SILVA, A. P. R. da. **Saber fazer e poder fazer: A Construção Social e Política da RESEX Caeté-Taperaçu**. Dissertação (Mestrado em Letras). Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, pág. 126, 2013.

SILVA JUNIOR, S. R. da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Tese (Doutorado

em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, pág. 129, 2013.

SILVA JUNIOR, S. R. da. *et al.* Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. **Revista eletrônica de geografia e ciências sociais**, vol. 18, n. 477, mai, 2014.

SILVA JUNIOR, S. R. da et al. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 21, n. 02, 2018.

SILVA, P. A. S. Território: abordagens e concepções. In: Boletim DATALUTA do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Dezembro de 2015. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acessado em 03/02/2020.

SILVA, T. I. da. **Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu - Bragança-PA**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, UFPA, Belém, pág. 150, 2018.

TEISSERENC, M. J. da S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 29, n. 77, pág. 229-242, mai/ago, 2016.

TEISSERENC, P. Governança Territorial em Reservas Extrativistas. **Revista: Pós Ci. Soc.** vol.11, n. 22, pág. 19-46, jul/dez, 2014.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Revista: Desenvolvimento em questão**, vol. 03, n. 05, pág. 101-124, 2005.

APÊNDICE I**Roteiro do questionário para os conselheiros****Identificação**

Sexo do Entrevistado: () Masculino () Feminino

Município:

Que tipo de Entidade ou Instituição você representava no conselho deliberativo da RESEX?

() Sociedade Civil

() Comunidade extrativista

() Poder Público

Você era membro do conselho?

() Titular

() Suplente

Há quanto tempo você participa no conselho?

() Menos de 1 ano

() De 1 a 5 anos

() De 6 a 10 anos

() Acima de 10 anos

O que levou a ser um membro do conselho deliberativo?

Participação**Mobilização**

Qual o objetivo do conselho?

Como acontecia o processo de mobilização dos conselheiros para participar das reuniões do conselho?

Como acontecia a mobilização dos conselheiros no desenvolvimento das ações coletivas?

Protagonismo dos atores sociais no processo de decisão

Em relação às decisões tomadas no conselho, chegava-se ao consenso facilmente ou o processo era difícil?

Os conselheiros representantes dos polos tinham participação ativa nos processos decisórios?

Interação entre os autores

Existia articulação entre os polos das comunidades extrativistas para tomada de decisões ou elaboração de propostas que seria debatida dentro do conselho?

Como ocorria essa interação entre eles?

Havia diálogo entre os conselheiros na elaboração e desenvolvimento das ações do conselho?

Grupos de interesses

Para você, quem são os órgãos/entidades ou do conselho que tem maior poder de decisão nas reuniões do conselho? Por quê?

Na sua visão, existia grupos dominantes no conselho?

E existia algum grupo marginalizado, excluídos no conselho?

As decisões tomadas, privilegiava a RESEX como todo ou apenas um grupo específico?

() O todo, existe uma repartição equilibrada das ações.

() Apenas alguns grupos são privilegiados.

Engajamento dos atores na elaboração das ações e planos desenvolvidos no conselho

Você participou de alguma elaboração de ações, projetos ou planos? De forma você participou?

Como ocorria o processo de participação no monitoramento e avaliação do plano de manejo?

As opiniões dos atores eram levadas em consideração nos planos de gestão e manejo? E as ações?

Gestão compartilhada**Cooperação entre os atores**

Em sua opinião, existia cooperação entre os conselheiros nas atividades para a implementação dos planos, ações e projetos?

Você já participou de alguma ação conjunta com a finalidade de obter objetivos comuns no conselho?

Processo decisório e negociação

Frequentemente, quem construía a pauta das atividades realizadas pelo conselho?

Como ocorria a tomada de decisão nas reuniões do conselho na maioria das vezes:

() Consenso

() Votação

Como eram feitas as negociações nesse conselho?

Parcerias

O conselho deliberativo tinha parceira com outras instituições ou organizações sociais? Quais?

Essas instituições ou organizacionais sociais eram locais, regionais ou de outros estados?

Planejamento das ações e planos

Com relação ao plano de gestão, como se deu o processo de planejamento na elaboração?

E o planejamento do plano de manejo?

Como as ações eram planejadas?

Definição dos objetivos, diagnósticos, regras do plano de manejo e de gestão da Resex

Como foram construídos os objetivos do conselho

Como foram construídas as regras sobre o plano de manejo?

A opinião das comunidades extrativistas foi levada em consideração na elaboração do plano de manejo da RESEX Caeté-Taperaçu?

E sobre o planejamento da elaboração do diagnóstico para ampliação espacial da RESEX Araí-Peroba?

Como foram construídas as regras dos planos de gestão?

O conselho tinha algum controle sobre a aplicação de penalidades, quando não se cumpriam as regras?

Existia reuniões com as comunidades para esclarecimentos das regras decididas?

() Nunca

() Dificilmente

() Sempre

Conflitos

Haviam conflitos de interesses entre os conselheiros? Você poderia me apontar algum?

Para você, quais são os conflitos mais presentes na gestão da Resex?

Como o conselho fazia para resolver esses conflitos?

Com relação às suas expectativas, como você avalia o funcionamento do conselho?

Na sua opinião, porque o conselho não está funcionando atualmente?

O que dificultava o funcionamento do conselho? e o que precisa ser feito para o conselho voltar a funcionar?

Resultados (outcomes)

Eficiência do funcionamento do conselho

Após a criação do conselho, as políticas públicas mudaram ou foram apenas adaptadas às realidades da Resex?

Com a atuação do conselho, as ações ou projetos criados atenderam as demandas da população extrativista?

As regras contidas nos planos, estão de acordo com as realidades? Quer dizer é possível cumpri-las?

Legitimidade

Na sua opinião, as comunidades locais reconheciam o conselho como um espaço que promove o desenvolvimento da RESEX?

As comunidades reconheciam o conselho como um espaço onde encontravam soluções aos seus problemas?

Transparência

As informações sobre as regras estabelecidas eram repassadas de forma clara para as comunidades extrativistas?

As informações sobre as ações desenvolvidas pelo conselho, estava acessível a todos? o que influencia nas vidas das comunidades ter acesso a essas informações?

Aprendizagem

O que você mais aprendeu participando do conselho?

() Capacidade de negociar

() Dialogar com o poder público

() Ter uma visão mais clara dos desafios da RESEX

() Entendimento sobre as políticas públicas

() Planejar, implementar e avaliar planos e projetos

() Trocas de experiências e conhecimento

() Lidar com conflitos

() Respeitar regras e normas decididas coletivamente

A partir da sua participação no conselho seu sentimento de pertencimento a RESEX foi fortalecido?

Saídas (outputs) dos produtos

A existência de planos e políticas públicas adaptadas

Quais planos foram criados a partir da atuação do conselho?

Houve alguma política pública adaptada pelo conselho? quais?

Realização de diagnóstico

Foram realizados diagnósticos para implementação dos planos?

Quais ações foram realizadas pelo conselho?

As regras decididas sobre o plano de gestão do conselho, foi aplicada na prática?

Realização de acordos de pesca

Foram realizados acordos de pesca na Resex?

APÊNDICE II

Roteiro do questionário para as lideranças

Identificação
Sexo do Entrevistado: () Masculino () Feminino
Data de Nascimento:
Município:
Você participa de algum Movimento Social ou associações? () Sim () Não
Quais? () Associação da RESEX () Movimentos Religiosos () Movimentos ou associação de Mulheres () Movimentos ou associação de Povos e Comunidades Tradicionais () Outros.
Há quanto tempo você participa? () Menos de 1 ano () De 1 a 5 anos () De 6 a 10 anos () Acima de 10 anos
Participação
O que você conhece sobre o conselho deliberativo da RESEX?
As comunidades extrativistas tiveram participação na elaboração do plano de manejo ou acordos de pesca?
De que forma essa participação aconteceu?
Existia articulação entre os polos para tomar decisões ou elaborar propostas que seria debatida dentro do conselho?
E entre as comunidades, existia reuniões para destacar as demandas de cada localidade?
Você participou de alguma ação desenvolvida pelo conselho? qual?
Resultados (outcomes)
Com a atuação do conselho, as ações ou projetos criados atenderam as demandas da população extrativista?
Na sua opinião, os conselheiros de fato representam no conselho os interesses das comunidades?
Na sua opinião, as comunidades locais reconheciam o conselho como um espaço que promove o desenvolvimento da RESEX?
Quais os impactos quando as informações sobre as regras estabelecidas eram repassadas de forma clara para as comunidades extrativistas?
Saídas (outputs) dos produtos
Quais planos foram criados a partir da atuação do conselho?
E os programas, houve algum implementado na RESEX?
Foram realizados diagnósticos?
Foram realizados acordos de pesca na RESEX?

APÊNDICE III

Folder confeccionado para as reuniões da Resex marinha Arai-Peroba Frente

RESERVA EXTRATIVISTA

? **Você Sabia...**

Que a criação de uma Reserva Extrativista tem por objetivos básicos a proteção dos meios de vida e a cultura das populações extrativistas, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

?

Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que a humanidade verá que o dinheiro não se comer.

Cacique Seattle.

FORMAÇÃO DO COMITÊ COMUNITÁRIO

- Reunião com a comunidade.
- Indicação pela comunidade ou a própria pessoa pode se indicar.
- A decisão dos membros do comitê comunitário acontece por meio de aclamação.
- Realização de uma ata relatando os nomes das pessoas escolhidos pela comunidade para fazer parte do comitê.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Quem pode participar de um Comitê?

- Lideranças comunitárias, tais como: responsáveis pelas igrejas, professores, agentes comunitários de saúde, presidentes de associações, sindicatos e entre outros. Visto que, são pessoas que lidam diariamente com grande parte da comunidade.
- Pessoas das comunidades que estão dispostas a assumir essa responsabilidade.

Verso

O QUE É PROIBIDO EM UMA RESEX

- Jogar lixo nos rios e igarapés.
- Derrubada de todas as espécies de árvore sendo elas frutíferas ou não.
- A entrada de madeireiros para fins comerciais de extração de madeira na RESEX.
- Caçar onde as aves no lugar onde ficam reunidas para reprodução.
- A entrada de caçadores "de fora" para comercializar.
- Matar animais com filhotes, fêmeas enxertadas, filhotes de qualquer espécie ou ameaçados de extinção.
- A utilização de produtos agrotóxicos e venenos na produção agrícola nas áreas utilizadas para produção de alimentos da agricultura familiar ou em outras práticas produtivas.
- Barcos para pesca com pessoas de fora da RESEX.
- Colocar arrastão na entrada de igarapés.
- Pescar "peixe de filho" de todas as espécies.
- Pesca predatória.
- O uso de "timbó" igarapés.

O QUE É PERMITIDO EM UMA RESEX

- A extração de madeira para o uso das comunidades da RESEX como: barcos, canoas, remos, construção de casas, etc.
- Criação de animais de grande porte, por exemplo, o gado; e de pequeno porte.
- As comunidades poderão utilizar áreas para produzir alimentos e produtos da agricultura familiar.
- A caça é permitida exclusivamente aos moradores da RESEX para sua alimentação.
- Liberada a pesca para os moradores da RESEX com os seguintes petrechos: tarrafa, caniço, malhadeira de 7 a 12, arpão e linha.
- Comercialização do pescado desde que a pesca seja feita pela comunidade, respeitando o período do defeso.

COMITÊ COMUNITÁRIO

E um grupo formado por três (3) pessoas, responsável em levar as demandas da sua comunidade para associação da RESEX ou para os representantes dos polos.

Reunião para apresentar para sua comunidade o que foi decidido ou resolvido nos órgãos ou entidades competentes, com relação aos problemas na comunidade.

Mobilizar, incentivar e orientar sua comunidade para as atividades que aconteceram.

Como formar um comitê?

APÊNDICE IV

Quadros sobre as diferenças e semelhanças da participação, gestão compartilhada, saídas (*outputs*) dos produtos da governança e resultados (*outcomes*) do funcionamento entre conselhos deliberativos das Resexs marinhas Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba

Indicadores sobre a participação	Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba
Mobilização	Os motivos identificados para a falta de mobilização entre os conselheiros foram: conflitos políticos, desinteresse dos conselheiros, divergência entre Assuremacata e os polos, e a falta de políticas públicas.	Os motivos identificados para a falta de mobilização entre os ex-conselheiros foram: difícil acesso a Resex marinha, conflitos políticos, desinteresse dos conselheiros, e a falta de políticas públicas.
Protagonismo	Já houve protagonismo social no início da criação do conselho deliberativo, no entanto, atualmente tal protagonismo se encontra enfraquecido, visto que conselheiros representantes dos polos apresentam-se apenas como ouvintes nas reuniões que acontece no conselho deliberativo.	O protagonismo nunca aconteceu na prática, devido à falta de efetividade, empoderamento e principalmente de incentivo ambiental. Visto que, o conselho deliberativo dessa Resex marinha não foi muito atuante.
Interação entre os conselheiros	A interação entre os conselheiros existia até o ano de 2013, quando a Assuremacata assumia o papel de articulador entre os conselheiros representantes dos polos. A partir de 2014 essa interação é enfraquecida devida aos conflitos com a associação.	A responsável em fazer a interação era a AUREMAP que recorria aos demais conselheiros de forma individual. Já entre os conselheiros representantes dos polos não existia interação.
Grupos de interesses	O grupo dominante formado entre 2007 a 2013 era a associação junto aos polos, já a partir de 2014 esse grupo é formado pelo ICMBio e os polos. Enquanto que os grupos excluídos eram aqueles que não participavam nas reuniões do conselho deliberativo.	Por ser a AUREMAP a responsável em conduzir e resolver as questões da Resex marinha, não foram identificados a formação de grupos dominantes e excluídos.
Engajamento	Há um enfraquecimento no engajamento dos conselheiros, principalmente com relação a coprodução na elaboração do plano de manejo da Resex marinha, sendo um processo importante na tomada de decisões.	Pelo fato de conselho deliberativo não ter sido atuante na Resex marinha, não houve engajamento dos conselheiros representantes dos polos, o que levou a inatividade desse conselho deliberativo.

Indicadores sobre a gestão compartilhada	Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba
Cooperação	A cooperação na gestão do conselho deliberativo apresenta-se atualmente enfraquecida. No entanto, quando tal cooperação existia era limitada entre os conselheiros representante dos polos, do ICMBio e da Assuremacata.	A cooperação no conselho deliberativo só existia no período do desenvolvimento das políticas públicas. A partir do momento que as políticas foram extintas, isso levou o enfraquecimento da cooperação.
Parceiras	O conselho deliberativo possui parcerias com UNESCO, Rare e os comitês comunitários.	Não tinha parcerias.
Conflitos	Ausência de órgãos públicos (prefeitura, INCRA, EMATER e marinha do Brasil); plano de manejo elaborado de forma tecnicista e centralizado; falta de comunicação entre os conselheiros;	Ausência de órgãos públicos (prefeitura, ICMBio, INCRA, EMATER, universidades e marinha do Brasil); falta de comunicação entre os conselheiros; a pesca

	desvios de verbas federais; a escolha dos beneficiários dos programas sociais; política partidária; e a falta de atuação da Assuremacata.	predatória, a não definição claras das regras estabelecidas; a escolha dos beneficiários dos programas sociais; e a política partidária.
Processo de negociação	O processo de negociação se restringe ao ICMBio, a Assuremacata e os conselheiros representantes dos polos, por ser estes os que mais participa das reuniões do conselho deliberativo.	O processo de negociação acontecia de forma centralizada, sendo a AUREMAP a articuladora das negociações importante para a Resex marinha.
Transparência	Já houve transparência nas informações do conselho deliberativo, apesar de que nem sempre serem de forma clara, no entanto, atualmente a transparência encontra-se enfraquecida no conselho deliberativo.	A transparência nas informações no funcionamento conselho deliberativa não era de forma clara desde a sua criação em 2007 até a sua inatividade em 2014.

Indicadores sobre (outputs) dos produtos da governança	Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba
A existência de planos	01 de plano de utilização, 03 planos de gestão e 01 plano de manejo.	01 plano de gestão
Existência de políticas públicas adaptadas	A política pública das casas habitacionais, que foram adaptadas para atender as particularidades de comunidades que estão localizadas em áreas de praias.	Nenhuma política pública adaptada.
Realização de diagnósticos	01 diagnóstico para a elaboração do plano de manejo.	01 diagnóstico para ampliação da Resex marinha. 01 diagnóstico para a elaboração do plano de manejo
Existência de acordos de pesca	Há existência de diversos acordos de pesca, que vão desde o tamanho específico da rede até os equipamentos permitidos para pesca.	Existe um acordo de pesca, mas foi antes da região ser considerada Resex marinha, as regras foram construídas com a participação das comunidades.

Indicadores Resultados (outcomes) do funcionamento dos conselhos deliberativos	Resex marinha Caeté-Taperaçu	Resex marinha Araí-Peroba
Eficiência do funcionamento dos conselhos deliberativos	Com relação às políticas públicas, em algumas o conselho deliberativo chegou a ser eficiente. Já com relação às regras estabelecidas no plano de manejo essa eficácia não aconteceu.	A eficiência deixou a desejar, seja com relação às políticas públicas e infraestrutura, seja com relação a regras estabelecidas no plano de gestão, uma vez que, tais regras não foram efetivas na prática.
Legitimidade	Entre os anos 2007 a 2013, as comunidades reconheciam o conselho deliberativo como um espaço para solucionar seus problemas. Atualmente a visão que se têm do conselho deliberativo é que já não existe mais tal conselho deliberativo.	Devido a pouca atuação do conselho deliberativo, as comunidades extrativistas reconheciam mais a AUREMAP como um espaço para solucionar seus problemas, do que o próprio conselho deliberativo.
Aprendizagem	A aprendizagem que houve entre os conselheiros foram: ter uma visão mais clara dos desafios da Resex marinha; e negociar e dialogar com o poder público.	Apesar da pouca atuação do conselho deliberativo, a aprendizagem que ficou evidente foram, as trocas de experiências e conhecimentos entre si.

ANEXO I

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02018.004600/1999-51,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente quarenta e dois mil, sessenta e oito hectares e oitenta e seis centiares, tendo por base as Folhas SA-23-V-A e AS-23-V-C, na escala 1:250.000, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 36' 19,48" WGr e 0° 56' 3,76" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileira, segue por uma reta de azimute 231° 43' 02" e distância aproximada de 1.609,46 metros até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 37' 0,36" WGr e 0° 56' 36,20" S, localizado na linha divisória entre os Municípios de Augusto Corrêa e Bragança, no limite do terreno de marinha, na foz do Rio Caeté; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Caeté no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.118,12 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 43' 41,97" WGr e 0° 59' 38,90" S, localizado na margem direita do Rio Caeté, sobre o limite municipal; deste, segue o limite da zona terrestre de mangue, margeando o Rio Caeté, por uma distância aproximada de 10.695,10, metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 45' 14,96" WGr e 1° 03' 09,54" S, localizado na margem direita do Rio Caeté; deste, segue para a margem esquerda do Rio Caeté, no sentido jusante, pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 19.308,79 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 44' 54,58" WGr e 0° 57' 55,50" S, localizado no Igarapé Raimundo; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 7.739,27 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 47' 12,23" WGr e 0° 57' 23,56" S, localizado no Rio Taperaçu; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 12.087,35 metros, até Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 46' 55,36" WGr e 0° 54' 39,59" S, localizado no Rio Velho; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 13.291,77 metros até Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 48' 38,26" WGr e 0° 57' 55,64" S, localizado no Furo do Jabotiteua, tributário do Rio Maniteua; deste, segue pela margem esquerda do Furo do Jabotiteua, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 3.470,29 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 49' 25,99" WGr e 0° 56' 32,67" S, localizado na margem direita do Rio Maniteua sobre a linha divisória dos Municípios de Bragança e Tracuateua; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Maniteua, no sentido jusante, por uma distância de 14.586,88 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 47' 43,06" WGr e 0° 50' 18,48" S, localizado na foz do Rio Maniteua, no limite do terreno de marinha; deste, segue por uma reta de azimute 08° 30' 25" e distância aproximada de 1.609,71 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 47' 35,35" WGr e 0° 49' 26,66" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma linha equidistante de uma milha náutica da linha da costa, por uma distância aproximada de 55.022,35 metros, até o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de cento e setenta e sete mil, cento e vinte metros e sessenta centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídas do polígono descrito no caput deste artigo:

- uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 37' 19,05" WGr e 0° 49' 13,64" S, localizado na margem direita do Furo da Estiva, segue a montante pelo Furo da Estiva, por uma distância aproximada de 3.151 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 36' 41,50" WGr e 0° 50' 16,95" S, na confluência do Furo da Estiva com o Furo do Maguari; deste, segue pela margem esquerda do Furo Maguari, no sentido jusante, por uma distancia aproximada de 1.991 metros, até a sua foz no Oceano Atlântico, Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 35' 58,51" WGr e 0° 50' 25,69" S; deste, segue pelo limite da preamar máxima, por uma distância aproximada de 3.575 metros, ao longo da costa da localidade Ajuruteua, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 36' 53,33" WGr, 0° 48' 46,21" S; deste, segue a montante, pela margem direita do Furo do Chavascal, por uma distancia aproximada de 1.574 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente dez mil, duzentos e noventa metros e setenta e cinco centímetros; e
- a Rodovia PA 458, que interliga a sede do Município de Bragança à localidade Ajuruteua, no Estado do Pará.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Publicado no Diário Oficial da União em 23.5.2005.

ANEXO II**DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.**

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, no Município de Augusto Corrêa, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo e vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e que consta do Processo nº 02018.004854/1999-79,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, no Município de Augusto Corrêa, Estado do Pará, com uma área aproximada de onze mil, quatrocentos e setenta e nove hectares e novecentos e cinquenta e três centiares, tendo por base as Folhas SA-23-V-B e AS-23-V-D, na escala 1:250.000, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 24'03.77" WGr e 0° 58'18.03" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras, sobre o limite da Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó, segue em direção ao leste, por uma linha eqüidistante de uma milha náutica da linha da costa, por uma distância aproximada de 6.794,40 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 20'34.45" WGr e 0° 59'5.00" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma reta de azimute 142° 41'45" e distância aproximada de 1.609,20 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 20'2.92" WGr e 0° 59'46.69" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma reta de azimute 156° 57'06" e distância aproximada de 2.201,75 metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 19'35.06" WGr e 1° 00'52.67" S, localizado no limite do terreno de marinha, na foz do Rio Emburanunga, na linha divisória entre os Municípios de Viseu e Augusto Corrêa; deste, segue pelo limite municipal sobre Rio Emburanunga, no sentido montante, por uma distância aproximada de 14.050,67 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 21'6.16" WGr e 1° 07'58.76" S, localizado no limite municipal, sobre Rio Emburanunga; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 16.448,39 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 23'12.16" WGr e 1° 05'1.83" S, localizado no Rio Araí; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 14.326,10 metros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 26'58.07" WGr e 1° 06'48.72" S, localizado no Rio Peroba; deste, segue pela margem direita do referido rio, por uma distância aproximada de 17.264,77 metros, até Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 46° 25'41.68" WGr e 1° 00'16.18" S, localizado no Rio Perobá; deste, segue por uma reta de azimute 39° 48'36" e distância aproximada de 4.725,50 metros, até o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um metros e vinte centímetros.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Publicado no Diário Oficial da União em 23.5.2005.

ANEXO III

DECRETO DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Amplia a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, localizada no Município de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e de acordo com o que consta do Processo nº 02001.000419/2007-61 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes,

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, criada por meio do Decreto de 20 de maio de 2005, localizada no Município de Augusto Corrêa, Estado do Pará, com os objetivos de:

- garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas; e
- assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região.

Art. 2º A Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba passa a ter acrescidos aos seus limites originais o seguinte polígono, com área de aproximadamente 50.555ha e perímetro de aproximadamente 199.991m, elaborado a partir das cartas topográficas MIR-68, MIR-69, MIR-85, MIR-86, todas em escala 1:250.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico - DSG do Exército Brasileiro, e da imagem de satélite LANDSAT TM5 222/061 de 26 de outubro de 2010 em composição 5R4G3B, conforme a seguinte descrição em coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a no Datum SIRGAS 2000: inicia-se o perímetro no ponto 1, de c.g.a. 0° 56' 6.16" S e 46° 36' 22.56" W, localizado no limite da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005; deste, segue por um conjunto de linhas retas no sentido leste, tendo como referência a distância de uma milha náutica da costa e passando pelos seguintes pontos: ponto 2, de c.g.a. 0° 57' 11.23" S e 46° 34' 58.52" W, ponto 3, de c.g.a. 0° 54' 58.51" S e 46° 34' 24.33" W, ponto 4, de c.g.a. 0° 54' 6.02" S e 46° 33' 36.95" W, ponto 5, de c.g.a. 0° 51' 58.29" S e 46° 30' 37.05" W, ponto 6, de c.g.a. 0° 51' 36.17" S e 46° 29' 44.96" W, ponto 7, de c.g.a. 0° 51' 26.90" S e 46° 27' 48.25" W, ponto 8, de c.g.a. 0° 51' 3.40" S e 46° 25' 54.11" W, ponto 9, de c.g.a. 0° 51' 9.10" S e 46° 25' 5.77" W, ponto 10, de c.g.a. 0° 51' 50.76" S e 46° 24' 17.06" W, ponto 11, de c.g.a. 0° 52' 34.05" S e 46° 23' 50.42" W, ponto 12, de c.g.a. 0° 55' 0.24" S e 46° 23' 45.71" W, ponto 13, de c.g.a. 0° 56' 27.99" S e 46° 23' 14.26" W, ponto 14, de c.g.a. 0° 57' 45.92" S e 46° 23' 16.28" W, e ponto 15, de c.g.a. 0° 58' 16.87" S e 46° 23' 25.63" W, localizado no limite da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba; deste, segue no sentido oeste, acompanhando o limite da referida Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba até o ponto 16, de c.g.a. 0° 58' 20.60" S e 46° 24' 6.63" W, que caracteriza o ponto 1 do memorial descritivo do Decreto de 20 de maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba; deste, segue no sentido sudoeste, acompanhando o limite da referida Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba até o ponto 17, de c.g.a. 1° 0' 51.50" S e 46° 25' 22.19" W, localizado na margem direita da desembocadura do Rio Peroba, que caracteriza o ponto 8 do memorial descritivo do Decreto de 20 de maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba; deste, segue a montante pela margem direita do Rio Peroba, acompanhando os limites da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba até o ponto 18, de c.g.a. 1° 6' 52.62" S e 46° 26' 45.87" W, localizado na margem direita do Rio Peroba, conforme o memorial descritivo do Decreto de 20 de maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba; deste, segue a montante pela margem direita do Rio Peroba até o ponto 19, de c.g.a. 1° 7' 12.90" S e 46° 26' 51.30" W, localizado em sua margem direita; deste, segue em linha reta até o ponto 20, de c.g.a. 1° 7' 14.19" S e 46° 26' 58.57" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue associado à margem esquerda do Rio Peroba; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre de mangue no sentido norte, e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 21, de c.g.a. 1° 7' 1.69" S e 46° 27' 0.70" W, ponto 22, de c.g.a. 1° 6' 36.29" S e 46° 26' 47.43" W, ponto 23, de c.g.a. 1° 6' 19.49" S e 46° 26' 38.86" W, ponto 24, de c.g.a. 1° 6' 4.85" S e 46° 26' 42.70" W, ponto 25, de c.g.a. 1° 5' 49.34" S e 46° 26' 36.71" W, ponto 26, de c.g.a. 1° 5' 35.55" S e 46° 26' 48.68" W, e ponto 27, de c.g.a. 1° 5' 6.09" S e 46° 26' 43.74" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue; deste, segue em linha reta até o ponto 28, de c.g.a. 1° 5' 1.00" S e 46° 26' 44.57" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, tendo como referência os seguintes pontos: ponto 29, de c.g.a. 1° 4' 45.59" S e 46° 26' 45.23" W, ponto 30, de c.g.a. 1° 4' 28.74" S e 46° 26' 47.38" W, ponto 31, de c.g.a. 1° 4' 12.60" S e 46° 26' 39.16" W, ponto 32, de c.g.a. 1° 4' 1.82" S e 46° 27' 9.54" W, ponto 33, de c.g.a. 1° 4' 22.05" S e 46° 27' 41.00" W, ponto 34, de c.g.a. 1° 4' 51.12" S e 46° 27' 53.21" W, ponto 35, de c.g.a. 1° 5' 15.63" S e 46° 28' 15.98" W, ponto 36, de c.g.a. 1° 5' 50.98" S e 46° 28' 23.58" W, ponto 37, de c.g.a. 1° 6' 16.82" S e 46° 28' 23.85" W, ponto 38, de c.g.a. 1° 6' 41.75" S e 46° 28' 47.35" W, ponto 39, de c.g.a. 1° 7' 17.58" S e 46° 28' 45.56" W, e ponto 40, de c.g.a. 1° 7' 37.06" S e 46° 29' 13.10" W, localizado nas proximidades da interseção entre uma estrada e o corpo d'água localmente conhecido como Rio Imborá; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre de mangue associado à margem esquerda do Rio Imborá, a jusante e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 41, de c.g.a. 1° 6' 57.76" S e 46° 28' 53.68" W, ponto 42, de c.g.a. 1° 6' 41.07" S e 46° 29' 12.14" W, ponto 43, de c.g.a. 1° 6' 8.42" S e 46° 29' 6.61" W, ponto 44, de c.g.a. 1° 5' 35.17" S e 46° 29' 0.43" W, ponto 45, de c.g.a. 1° 5' 6.40" S e 46° 28' 57.34" W, ponto 46, de c.g.a. 1° 4' 57.26" S e 46° 29' 12.23" W, e ponto 47, de c.g.a. 1° 4' 40.71" S e 46° 29' 25.23" W, localizado no limite da zona terrestre do mangue associado à bacia hidrográfica do corpo d'água localmente conhecido como Rio Coco; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre de mangue da bacia hidrográfica do Rio Coco e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 48, de c.g.a. 1° 5' 1.55" S e 46° 29' 36.19" W, ponto 49, de c.g.a. 1° 5' 21.53" S e 46° 29' 56.91" W, ponto 50, de c.g.a. 1° 5' 0.34" S e 46° 29' 56.56" W, ponto 51, de c.g.a. 1° 4' 45.52" S e 46° 29' 47.65" W, ponto 52, de c.g.a. 1° 4' 31.22" S e 46° 29' 49.53" W, ponto 53, de c.g.a. 1° 4' 17.15" S e 46° 29' 55.94" W, ponto 54, de c.g.a. 1° 3' 59.48" S e

46° 30' 10.05" W, ponto 55, de c.g.a. 1° 4' 31.35" S e 46° 30' 14.78" W, ponto 56, de c.g.a. 1° 4' 34.09" S e 46° 30' 34.57" W, ponto 57, de c.g.a. 1° 4' 11.05" S e 46° 30' 43.80" W, ponto 58, de c.g.a. 1° 4' 2.42" S e 46° 31' 12.46" W, ponto 59, de c.g.a. 1° 3' 47.56" S e 46° 31' 7.11" W, ponto 60, de c.g.a. 1° 3' 30.11" S e 46° 31' 11.59" W, ponto 61, de c.g.a. 1° 3' 2.76" S e 46° 31' 10.30" W, ponto 62, de c.g.a. 1° 2' 56.72" S e 46° 31' 30.19" W, e ponto 63, de c.g.a. 1° 2' 55.63" S e 46° 31' 53.94" W, localizado no limite da zona terrestre do mangue associado à bacia hidrográfica de um corpo d'água localmente conhecido como Rio Aturiaí; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à referida bacia hidrográfica e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 64, de c.g.a. 1° 3' 9.41" S e 46° 31' 59.94" W, ponto 65, de c.g.a. 1° 3' 4.67" S e 46° 32' 17.48" W, ponto 66, de c.g.a. 1° 3' 20.58" S e 46° 31' 58.53" W, ponto 67, de c.g.a. 1° 3' 23.84" S e 46° 32' 16.63" W, ponto 68, de c.g.a. 1° 3' 33.31" S e 46° 32' 25.62" W, ponto 69, de c.g.a. 1° 4' 1.48" S e 46° 32' 40.82" W, ponto 70, de c.g.a. 1° 4' 26.68" S e 46° 33' 0.34" W, ponto 71, de c.g.a. 1° 4' 9.43" S e 46° 32' 57.10" W, ponto 72, de c.g.a. 1° 4' 7.00" S e 46° 33' 12.73" W, ponto 73, de c.g.a. 1° 3' 49.23" S e 46° 32' 59.86" W, ponto 74, de c.g.a. 1° 3' 36.19" S e 46° 32' 55.12" W, ponto 75, de c.g.a. 1° 3' 16.50" S e 46° 32' 49.15" W, ponto 76, de c.g.a. 1° 3' 4.37" S e 46° 33' 0.78" W, e ponto 77, de c.g.a. 1° 2' 44.18" S e 46° 33' 12.24" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue; deste, segue por um conjunto de linhas retas que têm como referência a delimitação das áreas alagáveis associadas às bacias hidrográficas dos Rios Aturiaí e Umarajó, determinado pelos seguintes pontos: ponto 78, de c.g.a. 1° 2' 59.44" S e 46° 34' 18.58" W, ponto 79, de c.g.a. 1° 3' 11.93" S e 46° 34' 26.07" W, ponto 80, de c.g.a. 1° 3' 13.83" S e 46° 34' 34.60" W, ponto 81, de c.g.a. 1° 2' 45.92" S e 46° 34' 55.93" W, ponto 82, de c.g.a. 1° 2' 50.42" S e 46° 35' 21.63" W, ponto 83, de c.g.a. 1° 2' 48.16" S e 46° 35' 46.92" W, ponto 84, de c.g.a. 1° 3' 2.41" S e 46° 35' 48.40" W, ponto 85, de c.g.a. 1° 3' 22.17" S e 46° 36' 13.90" W, ponto 86, de c.g.a. 1° 3' 42.67" S e 46° 36' 10.24" W, ponto 87, de c.g.a. 1° 3' 45.03" S e 46° 36' 19.02" W, ponto 88, de c.g.a. 1° 3' 25.18" S e 46° 36' 27.59" W, ponto 89, de c.g.a. 1° 2' 51.59" S e 46° 36' 15.59" W, ponto 90, de c.g.a. 1° 2' 31.35" S e 46° 36' 13.44" W, ponto 91, de c.g.a. 1° 1' 56.62" S e 46° 36' 23.32" W, ponto 92, de c.g.a. 1° 1' 45.94" S e 46° 36' 29.13" W, ponto 93, de c.g.a. 1° 1' 50.85" S e 46° 36' 40.38" W, e ponto 94, de c.g.a. 1° 2' 22.63" S e 46° 36' 38.40" W, localizado no limite da zona terrestre do mangue associado à bacia hidrográfica do Rio Umarajó; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à referida bacia hidrográfica e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 95, de c.g.a. 1° 2' 34.79" S e 46° 36' 54.57" W, ponto 96, de c.g.a. 1° 3' 12.25" S e 46° 36' 49.83" W, ponto 97, de c.g.a. 1° 3' 43.27" S e 46° 36' 32.73" W, e ponto 98, de c.g.a. 1° 4' 10.00" S e 46° 36' 12.96" W, localizado nas proximidades da interseção entre uma estrada e rio Umarajó; deste, segue no sentido oeste, acompanhando a faixa de domínio da referida estrada até o ponto 99, de c.g.a. 1° 4' 14.45" S e 46° 36' 25.38" W, localizado no limite da faixa de domínio da estrada; deste, segue em linha reta até o ponto 100, de c.g.a. 1° 4' 1.18" S e 46° 36' 31.12" W, localizado no limite da zona terrestre do mangue associado à bacia hidrográfica do Rio Umarajó; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à referida bacia hidrográfica e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 101, de c.g.a. 1° 3' 51.60" S e 46° 36' 52.73" W, ponto 102, de c.g.a. 1° 3' 40.23" S e 46° 37' 9.16" W, ponto 103, de c.g.a. 1° 3' 50.38" S e 46° 37' 26.72" W, ponto 104, de c.g.a. 1° 4' 13.55" S e 46° 37' 40.24" W, e ponto 105, de c.g.a. 1° 4' 32.32" S e 46° 38' 7.75" W, localizado nas proximidades da interseção entre uma estrada e um tributário sem denominação da bacia hidrográfica do Rio Umarajó; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à bacia hidrográfica do Rio Umarajó e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 106, de c.g.a. 1° 4' 9.50" S e 46° 37' 50.20" W, ponto 107, de c.g.a. 1° 3' 43.64" S e 46° 37' 46.01" W, ponto 108, de c.g.a. 1° 3' 20.18" S e 46° 37' 59.44" W, ponto 109, de c.g.a. 1° 2' 55.40" S e 46° 37' 42.02" W, ponto 110, de c.g.a. 1° 2' 26.79" S e 46° 37' 41.43" W, ponto 111, de c.g.a. 1° 2' 17.50" S e 46° 38' 11.25" W, ponto 112, de c.g.a. 1° 1' 55.22" S e 46° 38' 0.98" W, e ponto 113, de c.g.a. 1° 1' 35.73" S e 46° 38' 2.10" W, localizado na margem esquerda do Rio Umarajó, no limite sul da ocupação urbana da sede do Município de Augusto Corrêa; deste, segue pela margem esquerda do Rio Umarajó até o ponto 114, de c.g.a. 1° 1' 12.05" S e 46° 37' 50.53" W, localizado em sua margem esquerda; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à margem esquerda do Rio Umarajó e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 115, de c.g.a. 1° 0' 43.61" S e 46° 38' 20.90" W, localizado na interseção entre as formações de mangue e a estrada que liga a sede do Município de Augusto Corrêa com a comunidade de Ilha das Pedras; ponto 116, de c.g.a. 1° 0' 17.28" S e 46° 38' 5.87" W, localizado em outra interseção entre as formações de mangue e a estrada que liga a sede do Município de Augusto Corrêa com a comunidade de Ilha das Pedras; ponto 117, de c.g.a. 1° 0' 42.80" S e 46° 37' 22.41" W, localizado na margem esquerda do rio Umarajó no limite sul da área ocupada pela comunidade de Ilha das Pedras; deste, segue a jusante, pela margem esquerda do Rio Umarajó até o ponto 118, de c.g.a. 1° 0' 31.44" S e 46° 37' 12.14" W, localizado em sua margem esquerda; deste, segue em linha reta até o ponto 119, de c.g.a. 1° 0' 21.61" S e 46° 37' 14.02" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à Baía do Caeté e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 120, de c.g.a. 0° 59' 59.04" S e 46° 37' 32.66" W, ponto 121, de c.g.a. 0° 59' 39.27" S e 46° 37' 42.34" W, ponto 122, de c.g.a. 0° 59' 42.88" S e 46° 38' 8.40" W, ponto 123, de c.g.a. 1° 0' 6.25" S e 46° 38' 19.90" W, ponto 124, de c.g.a. 0° 59' 54.01" S e 46° 38' 36.50" W, e ponto 125, de c.g.a. 0° 59' 57.48" S e 46° 38' 51.23" W, localizado na margem direita de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Caeté; deste, segue a jusante pela margem direita do referido afluente até o ponto 126, de c.g.a. 0° 59' 5.86" S e 46° 38' 25.80" W, localizado na confluência com outro afluente sem denominação da margem direita do Rio Caeté; deste, segue a montante pela margem direita deste último afluente até o ponto 127, de c.g.a. 0° 59' 13.36" S e 46° 38' 8.20" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue associado à Baía do Caeté e tendo como referência os seguintes pontos: ponto 128, de c.g.a. 0° 59' 23.09" S e 46° 37' 47.26" W, ponto 129, de c.g.a. 0° 59' 12.77" S e 46° 37' 21.99" W, ponto 130, de c.g.a. 0° 59' 25.59" S e 46° 37' 12.55" W, ponto 131, de c.g.a. 0° 59' 14.23" S e 46° 36' 56.11" W, ponto 132, de c.g.a. 0° 58' 53.97" S e 46° 36' 50.76" W, ponto 133, de c.g.a. 0° 58' 32.47" S e 46° 36' 43.36" W, ponto 134, de c.g.a. 0° 58' 57.08" S e 46° 36' 33.51" W, ponto 135, de c.g.a. 0° 58' 37.85" S e 46° 36' 27.55" W, ponto 136, de c.g.a. 0° 58' 15.94" S e 46° 36' 35.34" W, ponto 137, de c.g.a. 0° 58' 1.47" S e 46° 36' 21.37" W, ponto 138, de c.g.a. 0° 57' 36.33" S e 46° 36' 23.89" W, ponto 139, de c.g.a. 0° 57' 53.29" S e 46° 36' 57.95" W, ponto 140, de c.g.a. 0° 58' 18.72" S e 46° 36' 53.65" W, ponto 141, de c.g.a. 0° 57' 55.14" S e 46° 37' 4.32" W, ponto 142, de c.g.a. 0°

58' 3.81" S e 46° 37' 31.02" W, ponto 143, de c.g.a. 0° 58' 17.85" S e 46° 38' 8.82" W, ponto 144, de c.g.a. 0° 58' 19.94" S e 46° 37' 27.33" W, ponto 145, de c.g.a. 0° 58' 20.78" S e 46° 37' 14.39" W, ponto 146, de c.g.a. 0° 58' 52.81" S e 46° 37' 30.84" W, ponto 147, de c.g.a. 0° 59' 4.18" S e 46° 37' 42.34" W, ponto 148, de c.g.a. 0° 58' 53.63" S e 46° 37' 53.84" W, e ponto 149, de c.g.a. 0° 58' 58.16" S e 46° 38' 25.27" W, localizado na margem direita de afluente sem denominação da margem direita do Rio Caeté; deste, segue a jusante pela margem direita do referido afluente até o ponto 150, de c.g.a. 0° 58' 23.78" S e 46° 38' 19.91" W, localizado em sua foz no Rio Caeté; deste, segue em linha reta até o ponto 151, de c.g.a. 0° 57' 56.33" S e 46° 38' 39.94" W, localizado no leito do Rio Caeté e coincidente com o limite da Reserva Extrativista Marinha de Caeté- Taperapu; deste, segue no sentido nordeste, acompanhando o limite da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperapu até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

Parágrafo único. O subsolo da área descrita no **caput** integra os limites da ampliação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba.

Art. 3º Fica excluído dos limites da ampliação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba descritos no art. 2º o seguinte polígono: inicia-se o perímetro no ponto 1, de c.g.a. 0° 58' 24.67" S e 46° 35' 23.69" W, localizado na linha de preamar máxima da costa banhada pelo Rio Umarajó em sua desembocadura; deste, segue pela costa no sentido sul, até o ponto 2, de c.g.a. 0° 58' 53.53" S e 46° 35' 15.36" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue ao sul da ocupação urbana da sede da comunidade de Perimerim; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue no sentido oeste, até o ponto 3, de c.g.a. 0° 59' 1.92" S e 46° 35' 43.39" W, localizado em limite de zona terrestre de mangue; deste, segue em linha reta até o ponto 4, de c.g.a. 0° 58' 51.14" S e 46° 36' 0.07" W, localizado na margem direita de um rio sem denominação que deságua na baía do Rio Umarajó; deste, segue a jusante pela margem direita do referido rio até o ponto 5, de c.g.a. 0° 58' 37.79" S e 46° 35' 53.22" W, localizado em sua margem direita; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre de mangue no sentido oeste, tendo como referência os seguintes pontos: ponto 6, de c.g.a. 0° 58' 40.60" S e 46° 35' 44.88" W, ponto 7, de c.g.a. 0° 58' 41.03" S e 46° 35' 31.18" W, ponto 8, de c.g.a. 0° 58' 32.85" S e 46° 35' 32.46" W, e ponto 9, de c.g.a. 0° 58' 28.33" S e 46° 35' 26.69" W, localizado no limite da zona terrestre de mangue ao norte da ocupação urbana da sede da comunidade de Perimerim; deste, segue em linha reta até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

Art. 4º A zona de amortecimento da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba será definida por meio de ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

§ 1º O disposto no **caput** não será objeto de subdelegação.

§ 2º Dentro da zona de amortecimento serão permitidas as atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e licenciadas pelo órgão ambiental competente, respeitadas as disposições do plano de manejo da unidade envolvida, quando houver.

Art. 5º A Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba será administrada pelo Instituto Chico Mendes, que adotará as medidas necessárias a seus efetivos controle, proteção e implementação.

Art. 6º O Instituto Chico Mendes e o Conselho Deliberativo da unidade deverão observar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos de pesca e aquicultura, estabelecidos em ato conjunto dos Ministros de Estado da Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente, conforme disposto no § 6º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 7º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Chico Mendes, os imóveis rurais existentes nos limites descritos no art. 2º, nos termos do art. 5º, **caput**, alínea "k", e art. 6º do Decreto- Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Publicado no Diário Oficial da União em 10/10/2014.

ANEXO IV

PORTARIA Nº 978, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Bragança, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no estado do Pará (processo SEI n. 02070.006625/2018-14).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018;

Considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UCs de categorias diferentes ou não, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013;

Considerando a proximidade física, as diversas ações conjuntas e integradas já desenvolvidas por estas Unidades de Conservação, e que estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos, resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Bragança, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federal, integrando a gestão das unidades localizadas no estado do Pará citadas a seguir:

I - Reserva Extrativista Marinha de Arai-Peroba;

II - Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu;

III - Reserva Extrativista Marinha de Gurupi-Piriá; e

IV - Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua;

§ 1º O ICMBio Bragança se constitui numa estratégia de gestão visando o cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das Unidades de Conservação, em conformidade com o SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus Conselhos.

§ 2º As Unidades de Conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, onde as prioridades de gestão nas UCs são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º As competências do ICMBio Bragança serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Bragança:

I - o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território do ICMBio Bragança;

II - o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementariedades funcionais das UCs integrantes e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III - o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente balanceado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Bragança se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Bragança deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Bragança poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º O chefe do ICMBio Bragança designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno do ICMBio Bragança, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas Unidades de Conservação previstas no art. 1º passam a estar lotados ou terem seu exercício no ICMBio Bragança.

Art. 7º O ICMBio Bragança será sediado em Bragança/PA.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Publicado no Diário Oficial da União em 23/11/2018.

ANEXO V**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBIO BRAGANÇA**

Ofício Circular SEI nº 1/2019-ICMBio Bragança

Bragança, 29 de maio de 2019

Aos representantes das Instituições no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu
 Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas do Município de Bragança - AMELIAPIS- PA Associação dos Usuários da
 Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu –ASSUREMACATA
 Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos - CONFREM
 Conselho Nacional das Populações Extrativistas- CNS Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP
 Cooperativa Mista de Pesca e Aquicultura da Região do Salgado- COOMPESCAR
 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBIO
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA
 Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR01 – PA Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
 IBGE
 Prefeitura Municipal de Bragança (SEMEP/SEMTRAPS) e (SEMMA/SEMED)
 Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança –PA
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Bragança – PA
 Universidade Federal do Pará – UFPA
 Polo de Tamatateua
 Polo Cidade
 Polo Caratateua
 Polo Acarajó
 Polo Treme
 Polo Bacuriteua
 Polo Ajuruteua
 Polo Campos

Assunto: 1ª Reunião Ordinária de 2019

Senhores(as) Conselheiros(as),

Atendendo ao disposto no Art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 Julho de 2000, e nos Art. 17, 18 e 19 do Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002 e considerando o disposto na Portaria nº 2, de 26 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 09/01/2019 , bem como as Resoluções emitidas pelo Conselho Deliberativo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.

Convoco os membros do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu para a 1ª Reunião Ordinária de 2019:

Data: 25/06/2019

Local: Sede da ASSUREMACATA - Estrada Bragança-Ajuruteua, SN, Bragança/PA

Horário: 09:00h

Pauta: a) Plano de ação 2019-2020; b) Apresentação dos resultados da Campanha por Orgulho da Rare; c) Apresentação do Projeto da ONG Bicho D'água

Atenciosamente,

JOSIEL BARBOSA CAVALCANTE
 Chefe do ICMBIO Bragança